



**Fundação Oswaldo Cruz
Instituto Nacional de Saúde da Mulher,
da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira**

**VIOLÊNCIA DIGITAL NAS RELAÇÕES AFETIVO-SEXUAIS
ADOLESCENTES**

Roberta Matassoli Duran Flach

**Rio de Janeiro
Março/2019**



**Fundação Oswaldo Cruz
Instituto Nacional de Saúde da Mulher,
da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira**

VIOLÊNCIA DIGITAL NAS RELAÇÕES AFETIVO-SEXUAIS ADOLESCENTES

Roberta Matassoli Duran Flach

Tese apresentada à Pós-graduação em Saúde da Criança e da Mulher do Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira, da Fundação Oswaldo Cruz, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Ciências.

Orientadora: Suely Ferreira Deslandes

**Rio de Janeiro
Março/2019**

CIP - Catalogação na Publicação

Flach, Roberta Matassoli Duran .

Violência digital nas relações afetivo-sexuais adolescentes / Roberta Matassoli Duran Flach. - Rio de Janeiro, 2019.
129 f.

Tese (Doutorado em Ciências) - Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira, Rio de Janeiro - RJ, 2019.

Orientadora: Suely Ferreira Deslandes.

Bibliografia: f. 109-114

1. Violência por Parceiro Íntimo. 2. Internet. 3. Mídias Digitais. 4. Aplicativos Móveis. 5. Adolescentes. I. Título.

AGRADECIMENTOS

À Deus, por ter me sustentado em cada momento da vida e me guiado no colo todas as vezes em que achei que não iria conseguir.

Aos meus pais, Claudio Roberto dos Santos Duran e Ana Maria Matassoli Duran por acreditarem no meu potencial e me apoiarem em todas as minhas escolhas e decisões.

Ao meu parceiro de vida, amigo, companheiro, irmão, pai da minha filha, Elton Flach, por todo o incentivo, por enxugar minhas lágrimas da madrugada, por cuidar de mim durante as noites de insônia e mal estar típicos de toda a pressão que se tem quando está se dedicando a um doutoramento.

À minha filha, Bernadete Maria M. D. Flach, meu girassol, que todos os dias ao acordar, olhava para mim e dizia: “Eu te amo, mamãe!”. Sem dúvidas, ela foi, em muitos momentos, o meu sustentáculo na caminhada.

À minha orientadora, Suely Ferreira Deslandes que com a delicadeza de uma ‘Diva’ nunca deixou que eu desistisse, sempre me apoiou com palavras amigas e abraços confortantes, que muitas vezes foi minha confidente de assuntos não só de natureza acadêmica, mas também, de cunho pessoal. Entrei no doutorado com uma professora e terminei com uma amiga.

À todos os meus amigxs, muitos Graças a Deus, mas em especial à Carla Correa, Tatiana Câmara, Sonia Hébia, Keila Souto, Rosane Amora, Juliana Galvão, Luciana Val, Taiza Ramos, Vanessa Sabino, Claudia Valeria Cardim, Ana Carla da Silva, Olga Suely L. Ferreira, ao Tiago Ferreira, Daniel Campos, Adriano da Silva, Wendell Ferrari, Alexandre Meier e Ygor Paraiso que me apoiaram, incentivaram, seguraram minha mão, choraram comigo, me abraçaram, ‘seguraram’ plantões extras para que eu não precisasse fazer e pudesse me dedicar aos estudos, me levaram para passear, ficaram horas no celular ou *whats app* me fortalecendo, escutaram inúmeras vezes minhas explicações sobre meu tema, divulgaram meu estudo, me “aturaram” nos dias de mau humor e lamúrias, enfim... meu sincero agradecimento eterno. O que fizeram por mim é impagável.

Aos amados professores, Ludmila Fontenele Cavalcanti, Marcos Nascimento e Thiago Coutinho que muito gentilmente aceitaram compor a minha banca de doutoramento e trouxeram contribuições maravilhosas ao estudo.

À minha eterna coordenadora e amiga Ludmila Fontenele Cavalcanti, um agradecimento especial. Tu sabes que tudo começou contigo, que a primeira pessoa que acreditou que eu tinha ‘jeito’ para a vida acadêmica foi você. Mais que uma professora e orientadora de pesquisa, você é uma ‘segunda’ mãe, me deu a base, o fundamento, o alicerce onde se construiu o edifício cujo cume foi hoje atingido, com o doutoramento. Companheira, amiga, professora, coordenadora, mãezona.... nunca serei capaz de agradecer, o tanto que fez por mim, a confiança depositada quando inúmeros outros professores na ESS/UFRJ não

apostaram, por ser eu uma aluna ‘carente’ que precisava conseguir a aprovação na seleção de um grupo de pesquisa para ser bolsista, largar o emprego e me dedicar exclusivamente à vida acadêmica. Fui sua primeira bolsista PIBEX/UFRJ. Hoje além de colega de profissão e atuando na área de formação acadêmica, sou concursada pública e Doutora! Obrigada! Obrigada! Obrigada!

Aos queridos coordenadores Fernanda (EPSJV) e Ferraz (Qi Botafogo), e aos maravilhosos estudantes que gentilmente aceitaram participar dos grupos de estudos realizados nas duas escolas meus sinceros agradecimentos. Através de vocês pude ter acesso a juventude, eles abrilhantaram o estudo e por muitos momentos foi difícil separar a pesquisadora, da pessoa Roberta encantada com as convicções e posicionamento político de um grupo com tão pouca idade. Sim, aprendi demais, foram momentos agradabilíssimos e especiais.

À chefia imediata do Serviço Social da Diretoria de Assistência Social Cel BM Ladislau e Major BM Renata Tavares por em vários momentos destes últimos 4 anos terem possibilitado trocas de serviço para que eu pudesse participar de algum evento acadêmico, e a Cap BM Débora Sales que especialmente no meu primeiro ano de doutoramento, me auxilio com trocas de serviço me possibilitando cursar todas as disciplinas obrigatórias da grade acadêmica.

RESUMO

A partir dos anos 2000, a internet e suas inovações tecnológicas digitais ampliaram ainda mais as possibilidades de conexão e hiperconexão, propiciando a ruptura de barreiras geográficas e mesmo presenciais. Conhecida como segunda geração da World Wide Web, a Web 2.0, tornou o ambiente *online* mais dinâmico, afetando mundialmente a maneira como se dão as relações íntimas e interpessoais cotidianas. Com o advento das redes sociais a cultura digital incita seus partícipes à hipervisibilidade e espetacularização das intimidades, publicizando nos meios digitais questões de foro íntimo, especialmente os relativos à sexualidade e corporalidade, resultado do embaralhamento entre as fronteiras do público e do privado. Por meio destas novas mídias digitais nos tornamos, ao mesmo tempo, controladores e controlados, e as próprias relações de intimidade se tornam mais líquidas. As relações íntimas se dão por conveniência, por impulso e devem ser consumidas instantaneamente, de uma única vez e forma descartável. A ordem do dia é satisfazer os desejos de súbito, experimentar, sem preconceitos. Nesse cenário, onde as relações se tornaram mais fluidas, frágeis e com redução de vínculos duradouros, os adolescentes são também convocados a reatualizar os sentidos de suas práticas amorosas. Dentro deste contexto relacional mais íntimo, marcado pelas disputas entre os distintos modelos de amor, há tensões constantes que visam estabelecer limites, sejam estes (in)formalmente demarcados, numa espécie de “contrato amoroso”, que estabelece o que é ou não permitido, aceito, negociado ou perdoado, delimitando as fronteiras do que passa a ser visto como “abusivo”. Os abusos digitais no contexto dos relacionamentos afetivo-sexuais são definidos internacionalmente como “cyber dating abuse (CDA)” e pode ser caracterizado como uma nova expressão da violência entre parceiros íntimos (VPI). Os tipos de abuso digitais mais comuns são: 1. Agressão direta; 2. Controle/ Monitoramento, 3. Sexting como pornografia de vingança e 4. Sextorsão. Na *agressão direta* são realizadas ameaças, insultos, disseminação de informações privadas, incluindo fotos e vídeos pessoais, roubo de identidade por meio da criação de perfis falsos em rede social, rastreamento da última conexão, uso de senha pessoal do(a) (ex)parceiro(a) sem o consentimento para verificar e-mail, contatos telefônicos, mensagens de texto e de rede social ou até mesmo para monitorar a localização via GPS, com a intenção de o (a) humilhar e embaraçar. O *controle/monitoramento* é feito via aplicativos gratuitamente disponibilizados nos sistemas Android e iPhone, que possibilitam o controle remoto do aparelho de outra pessoa, sem o conhecimento e consentimento da mesma, incluindo o uso de “cercas eletrônicas”, controle de localização, escuta de ligações telefônicas, acesso a mensagens de texto, às redes sociais, e-mail, à galeria de imagens e vídeos, clonagem do whats app, somente para citar algumas. O *sexting* usado como *pornografia de vingança* é a ameaça em divulgar nudes e vídeos íntimos feitos e trocados voluntariamente durante a vigência do relacionamento íntimo, obrigando uma pessoa a fazer algo que ela não quer. A *sextorsão* se refere a ameaça de expor fotos e vídeos íntimos de alguém, caso essa pessoa não aceite pagar um valor exigido (extorsão). Dentre as consequências à saúde estão: danos à identidade, autoestima, integridade e privacidade, deixando marcas psíquicas (*ansiedade, depressão, distúrbio do sono, ideação e tentativa de suicídio*) cujas extensões ainda são pouco conhecidas. Tais consequências nos alertam para a importância do olhar diferenciado dos profissionais de saúde à abordagem desses temas junto aos adolescentes e à sua pronta identificação nos serviços de saúde, em face à vulnerabilidade dos adolescentes em sofrer e praticar tais formas de abuso.

Palavras-chave: Violência por Parceiro Íntimo, Internet, Mídias Digitais, Aplicativos Móveis, Adolescentes

ABSTRACT

Since the 2000s, the Internet and its digital technological innovations have further expanded the possibilities of connection and hyperconnection, leading to the breakdown of geographical and even face-to-face barriers. Known as the second generation of the World Wide Web, Web 2.0 has made the online environment more dynamic, affecting worldwide the way everyday intimate and interpersonal relationships happen. With the advent of social networks, digital culture encourages its participants to hypervisibility and spectacle of intimacy, advertising in digital media issues of intimacy, especially those related to sexuality and corporality, a result of the blurring between the borders of the public and the private. Through these new digital media we become, at the same time, controllers and controlled, and the intimacy relations themselves become more liquid. Intimate relationships are given for convenience, for impulse and should be consumed instantly, in one go and disposable form. The order of the day is to satisfy the desires of sudden, experiment, without bias. In this scenario, where relationships have become more fluid, fragile and with reduction of lasting bonds, adolescents are also called to re-actualize the meanings of their love practices. Within this more intimate relational context, marked by the disputes between the different models of love, there are constant tensions that aim to establish limits, whether these are (in)formally demarcated, in a kind of "love contract," which establishes what is or is not allowed, accepted, negotiated or pardoned, delimiting the borders of what is now seen as "abusive." Digital abuses in the context of affective-sexual relationships are internationally defined as "cyber dating abuse (CDA)" and can be characterized as a new expression of intimate partner violence (IPV). The most common types of digital abuse are: 1. Direct aggression; 2. Control / Monitoring, 3. Sexting as revenge pornography and 4. Sextortion. In direct aggression are performed threats, insults, dissemination of private information, including personal photos and videos, identity theft through the creation of false profiles in social network, tracking of the last connection, use of personal password of (ex) partner without the consent to check e-mail, telephone contacts, text messages and social networking or even to monitor the location via GPS, with the intention of humiliating and embarrassing. Control / monitoring is done via free applications available on Android and iPhone systems, which allow the remote control of someone else's device without the knowledge and consent of the same, including the use of "electronic fences", location control, phone calls, access to text messages, social networks, email, image and video gallery, cloning of whatsapp, just to name a few. The sexting used as revenge pornography is the threat in disclosing nudes and intimate videos made and exchanged voluntarily during the validity of the intimate relationship, forcing a person to do something she does not want. Sextortion refers to the threat of exposing intimate photos and videos of someone if that person does not agree to pay a required amount (extortion). Among the consequences to health are: damage to identity, self-esteem, integrity and privacy, leaving psychic marks (anxiety, depression, sleep disorder, suicidal ideation and attempt) whose extensions are still little known. These consequences alert us to the importance of a differentiated view of health professionals to address these issues with adolescents and their prompt identification in health services, given the vulnerability of adolescents to suffer and practice such forms of abuse.

Keywords: Intimate Partner Violence, Internet, Digital Media, Mobile Applications, Teens.

SUMÁRIO

1. Introdução	08
2. Metodologia	15
3. Marco Teórico	20
3.1. Socialidade Digital	20
3.1.1. <i>Internet</i>	20
3.1.2. Cibercultura, Cultura da Conectividade ou “Realidade Digital”?	22
3.1.3. Características das interações nas redes sociais digitais	27
3.1.4. Novas Subjetividades e a Solidão Conectada	32
3.2. Violência entre Parceiros Íntimos	35
3.2.1. Gênero e violência entre os jovens parceiros íntimos	35
3.2.2. Práticas de abuso digital nas relações afetivo-sexuais adolescentes	40
4. Resultados	44
4.1. Abuso digital nos relacionamentos afetivo-sexuais: uma análise bibliográfica	44
4.2. Abuso digital ou prova de amor? O uso de aplicativos de controle/monitoramento nos relacionamentos afetivo-sexuais	68
4.3. Regras/rupturas do ‘contrato’ amoroso entre adolescentes: o papel do abuso digital	88
Considerações finais	106
Referências Bibliográficas	109
Anexos	115
Anexo 1 – Registro do Projeto	115
Anexo 2 – Submissão do Projeto CEP	116
Anexo 3 – Aprovação do CEP	117
Anexo 4 – Declaração Psicóloga	120
Anexo 5 – Autorização Qi	121
Anexo 6 – Autorização EPSJV	122
Anexo 7 – Quadro 1 – Caracterização dos aplicativos segundo desenvolvedor, nome do aplicativo, versão atual, gratuito/pago, classificação dos usuários, instalações e chave de busca.	124
Anexo 8 – Roteiro do grupo focal	125
Anexo 9 – Roteiro da entrevista semiestruturada	126
Anexo 10 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	127
Anexo 11 – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido	128

1. INTRODUÇÃO

Esse projeto está inserido na linha de pesquisa “Violência e Saúde” do Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira da Fundação Oswaldo Cruz (IFF/Fiocruz) e tem por objetivo analisar as dinâmicas, dispositivos tecnológicos de suporte, sentidos e discursos atribuídos às diferentes formas de violência digital ocorridas nas relações afetivo-sexuais adolescentes, também conhecido na literatura científica internacional por *cyber dating abuse* (CDA).

A violência é considerada um problema de saúde pública pela Organização Mundial de Saúde (OMS), ameaça as liberdades individuais, mata mais de 1,6 milhões de pessoas por ano no mundo, provoca sofrimento em parcela significativa, e subnotificada, da população, ocasionando sobrecarga e demandas não atendidas aos serviços e sistemas de saúde (Kjaerulf & Barahona, 2010).

Miller et al (2015) nos alertam ainda que, nacionalmente, cerca de uma (1) em cada onze (11) estudantes do ensino médio (9,4%) informam ter sofrido agressão fisicamente, ter batido ou machucado fisicamente de propósito o namorado ou namorada (p. S14, Tradução nossa)¹.

Nas relações afetivo-sexuais² adolescentes, a violência se manifestada de diversas formas, as mais comumente conhecidas são as praticadas face-a-face³, como apontam os dados estatísticos de pesquisas realizadas em Portugal, Espanha e Brasil.

Outra pesquisa recente realizada pelo *Centers for Disease Control*⁴, intitulada, “*Youth Risk Behavior Surveillance System*” (2013), aponta que “cerca de três em cada quatro participantes da pesquisa, que namoraram no último ano, mais de 10% informaram ter batido, ferido com um objeto ou arma de propósito” (Leviton, Herrera, Miller, 2015, S1, Tradução nossa)⁵.

¹ “Nationally, about 1 in 11 high school students (9,4%) report having been physically hit, slapped, or physically hurt on purpose by a boyfriend or girlfriend” (Miller et al., 2015).

² Adotou-se neste estudo o uso da expressão “relações afetivo-sexuais” por entendermos que esta expressão é mais abrangente, podendo capturar as diversas formas de relacionamentos amorosos vivenciados na contemporaneidade pelos adolescentes.

³ Adotou-se neste estudo o uso da expressão “face-a-face” para designar as formas de violências ocorridas presencialmente e assim discernir das formas de violências mediadas pelas mídias digitais.

⁴ Pesquisa “*Youth Risk Behavior Surveillance System*”, USA, 2013.

⁵ “Among the roughly three in four students who dated in the previous 12 months. More than 10% reported being “hit, slammed into something, or injured with an object or weapon on purpose””. Interventions to prevent and reduce teen dating violence. Leviton, Herrera, Miller, *J Adolesc Health* 2015; 56: S1-S2

Essas práticas abusivas ocorridas face-a-face são destacadas por esses pesquisadores como um ato comum e corriqueiro, intrínseco à relação amorosa, sendo a violência verbal a que se destaca por sua elevada frequência, seguida da violência sexual, das ameaças e da violência física (Oliveira *et al.*, 2011), e por vezes, adotado como forma de resolução de conflito entre os parceiros adolescentes.

Em um estudo realizado na Espanha com estudantes do ensino médio (2001), por exemplo, 7,5% dos rapazes e 7,1% das moças afirmaram já terem cometido, pelo menos uma vez, algum tipo de violência contra seus parceiros (González & Santana, 2001)⁶ e outros estudos indicam que esses atos eram usados como mecanismo de resolução de conflitos (Caridade & Machado, 2013; González-Ortega *et al.*, 2008; González & Santana, 2001).

Dado esse corroborado por Caridade & Machado (2013), que realizaram um amplo estudo com 4.667 jovens de Portugal, com idades entre 13 e 29 anos, dos ensinos médio profissionalizante e universitário, no qual 19,5% dos jovens relataram ter sofrido algum tipo de violência emocional, 13,4% de violência física, 6,7% violência física severa e 22,4% admitiram ter exercido violência emocional sobre seus parceiros, 18,1% perpetraram violência física e 7,3% admitiram recorrer à violência física severa.

No Brasil, esse resultado não se apresenta diferente, já que em estudo realizado em 2011 com 3.205 estudantes com idades entre 15 e 19 anos, da rede pública e privada de 10 (dez) capitais brasileiras, os pesquisadores salientaram que a violência ocorrida durante o namoro é praticada tanto pelos rapazes como pelas moças, chegando a 84,6% quando perguntados se sofrem e perpetram ao mesmo tempo algum tipo de ameaça na relação amorosa (Oliveira *et al.*, 2011)⁷.

Apesar das práticas abusivas digitais serem uma expressão corriqueira da violência nas relações afetivo-sexuais juvenis contemporâneas, quando buscamos pesquisar tais práticas publicadas em estudos científicos, os dados estatísticos são escassos.

⁶ Pesquisa realizada na Espanha, com 1146 estudantes do ensino médio, de ambos os sexos, com idade entre 16 e 18 anos sobre a violência ocorrida nas relações afetivo-sexuais.

⁷ Em agosto de 2011, em estudo pioneiro realizado no Brasil, foi publicado o livro “Amor e Violência: Um paradoxo das relações de namoro e do ‘ficar’ entre jovens brasileiros”, como resultado de uma pesquisa realizada pelo Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli da Fundação Oswaldo Cruz (Claves/ Fiocruz) com estudantes, de 15 a 19 anos, de escolas públicas e privadas de dez capitais brasileiras, sobre a temática da violência nas relações afetivo-sexuais entre jovens. Entre as conclusões apontadas pelos autores está a necessidade, no caso brasileiro, de maior aprofundamento de estudos nesta temática, uma vez que apesar da sua relevância social, ainda é um tema discutido muito recentemente pela literatura científica brasileira.

Mesmo sendo um fenômeno ainda emergente, as práticas abusivas digitais já são reconhecidas como uma nova expressão da violência entre parceiros íntimos (VPI), que envolve desde práticas de disseminação de fotos, vídeos, mensagens íntimas sem o consentimento prévio, com intuito de humilhar, difamar a pessoa, bem como inclui as formas de controle das postagens e comunicações feitas (Martinez, 2014; Tungate, 2014; Bonomi *et al.*, 2012).

O abuso digital nas relações afetivo-sexuais adolescentes, enquanto uma VPI constitui-se uma forma de violência psicológica que pode acarretar sérios problemas psíquicos às suas vítimas, podendo levar ao isolamento, à depressão, ansiedade, ao uso de drogas, ao baixo rendimento escolar, até a tentativa ou efetivação de suicídio (Ball *et al.*, 2015; Foshee *et al.*, 2012).

A violência ocorrida na fase do namoro diverge da crença popular de que esta seria a “melhor fase da vida afetiva do adolescente” e, lidar com esse tipo de violência, por vezes simbólica, constitui-se um grande desafio não só para os adolescentes, como também para seus responsáveis legais e profissionais.

Esses atos violentos são legitimados por uma visão que culturalmente romantizou a relação amorosa para as moças e naturalizou o sentimento de posse e ciúme para os rapazes (Minayo *et al.*, 2011).

E, ainda que tal visão contribua e justifique a prática de atos abusivos nas relações afetivo-sexuais adolescentes, a violência digital é praticada entre parceiros íntimos de diversas faixas etárias e iremos privilegiar neste estudo as dinâmicas, dispositivos tecnológicos de suporte, sentidos e discursos atribuídos pelos adolescentes a este fenômeno.

A opção de realizar o estudo qualitativo com meninos(as) na faixa etária de 15 a 18 anos se deu em função de diversos estudos nacionais e internacionais apontarem tal segmento como a de maior vulnerabilidade para a ocorrência de violência nas relações afetivo-sexuais (Miller *et al.*, 2015; Niolon *et al.*, 2015; Taylor, Mumford e Stein, 2015; Minayo *et al.*, 2011; Coelho & Machado, 2010; Caridade & Machado, 2006). Além disso, é preciso lembrar que a sociabilidade digital atrai de forma particular aos adolescentes, que no processo de construção da identidade, incorporam a internet ao seu cotidiano e nela se expressam e se expõem, se colocando em muitos momentos em situações de extrema vulnerabilidade à violência digital (Wykes, 2007).

A adolescência é uma fase de transição que envolve diversas transformações biológicas, sociais e psicológicas, correlacionada a fases do desenvolvimento, tais como

imaturidade emocional, inexperiência relacional (Sá et al, 2013) e iniciação sexual (Sá et al, 2013; Heilborn, 2006).

Trata-se de um processo de experimentação pessoal e de impregnação pela cultura sexual do grupo, que se acelera na adolescência e na juventude. O aprendizado constitui-se na familiarização de representações, valores, papéis de gênero, rituais de interação e de práticas, presentes na noção de cultura sexual. (Heilborn, 2006, p. 35).

Optamos por trabalhar com o conceito de adolescência por entender que esse conceito mais se aproxima da literatura do campo da saúde. Todavia, reconhecemos que a categoria juventude supera os limites da concepção biológica ou de ciclo da vida, como costuma ser compreendida pelo conceito de adolescência.

Grosso (2015) reforça o papel contestador da juventude, capaz de renovar as sociedades e permitir o avanço da civilização. Para o autor, é na fase da juventude que é possível experimentar papéis sociais com certo relaxamento das normas sociais (moratória social), reconhecendo a diversidade dessas vivências que, por vezes, ressignificam ou transgridem a cultura e os valores vigentes, num permanente estado de resistência ou de criação transgressora.

Nesse sentido, o conceito de juventude abarca um conjunto de aspectos culturais, de classe, geracionais e de grupos que deve ser entendida em sua complexidade e olhada em sua diversidade enquanto

(...) uma realidade socialmente construída, na qual se poderia obter várias leituras, a partir das condições culturais, sociais, econômicas e políticas (...), que não pode ser definida tendo em consideração critérios exclusivamente biológicos, psicológicos, sociológicos (Doutor, 2016, p. 161).

Assim, não raro no decorrer da tese empregamos os dois termos: adolescentes quando nos referíamos ao grupo etário, jovens quando nos remetíamos ao grupo social e geracional. Contudo, em muitas ocasiões essas fronteiras se justapunham.

O objetivo geral de nosso estudo foi analisar as dinâmicas, dispositivos tecnológicos de suporte, sentidos e discursos atribuídos às diferentes formas de violência digital ocorridas nas relações afetivo-sexuais adolescentes, também conhecido na literatura científica internacional por *cyber dating abuse* (CDA). Os objetivos específicos da pesquisa foram: 1. Analisar o estado da arte da produção científica nacional e internacional acerca do fenômeno do CDA discutindo sua construção conceitual, definições, descrições do fenômeno, associações com a saúde e formas de intervenção propostas; 2. Analisar as concepções e as experiências dos adolescentes sobre o fenômeno da violência online nas relações afetivo-

sexuais explorando suas dinâmicas e eventuais desigualdades e assimetrias de gênero e 3. Mapear as ferramentas de controle e monitoramento digitais de(a) parceiro(a).

O interesse pela temática da violência nas relações afetivo-sexuais no namoro teve início ainda na minha graduação⁸, quando tomei conhecimento de literaturas científicas destacando que a violência vivenciada na vida conjugal, iniciava ainda na fase de namoro, contudo, não era identificada como tal. Com o passar dos anos e diante da experiência acumulada, de ensino-pesquisa-extensão⁹, foi possível questionar se muitas das violências ocorridas na fase do namoro, não estariam sendo interpretadas como “prova de amor” e cuidado, o que me levou ao desenvolvimento de um estudo com universitários, se materializando no ano de 2013, na dissertação de mestrado¹⁰, intitulada: “Violência de gênero no namoro: Sentidos atribuídos por universitários”.

A presente proposta é um desdobramento do estudo iniciado no mestrado. Diante das novas transformações societárias ocorridas a partir da criação e ampliação do uso de tecnologias digitais, fiquei instigada a saber, se as violências ocorridas nos relacionamentos afetivos-sexuais tradicionais teriam se alterado com a introdução de novas ferramentas digitais e de relacionamento social via internet.

No Brasil, a violência ocorrida nas relações afetivo-sexuais adolescentes é um tema pouco estudado, ainda mais quando comparado com estudos desenvolvidos por outros países como Estado Unidos, Espanha e Portugal¹¹, bem como, com outros tipos de violência que já vêm sendo estudados no Brasil desde a década de 1960, como é o caso da violência intrafamiliar, da violência contra a mulher, em 1970 (Schraiber *et al*, 2005).

Na busca inicial por caracterizar a produção relativa ao tema do “abuso digital no namoro adolescente” (CDA), foi realizado entre os meses janeiro e junho de 2016 uma busca nas bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) – *Medline*, *Scielo* e Periódicos Capes, atendendo aos seguintes critérios: estar nas bases de dados; em qualquer ano de publicação; qualquer nacionalidade/idioma; qualquer língua; e, estar disponível para impressão. Os descritores utilizados foram: *cyber dating abuse* e *teen dating abuse*.

⁸ Graduação em Serviço Social pela UFRJ. Monografia final, intitulada: “Violência sexual ou dever conjugal? O véu da (i)legalidade nas relações íntimas”.

⁹ Participação de diversos projetos de pesquisa no atual Núcleo de Políticas Públicas Indicadores e Identidades (NUPPII) da ESS/ UFRJ, na qualidade de aluna bolsista e atualmente como assistente social pesquisadora colaboradora.

¹⁰ Mestrado realizado na PUC-Rio. Tal estudo posteriormente foi publicado em formato de livro.

¹¹ Quando se amplia a busca por outros tipos de publicações sobre violência no namoro, é possível encontrar uma variedade incontável de vídeos e propagandas governamentais em Portugal acerca da prevenção da violência no namoro, como por exemplo a campanha lançada em fevereiro de 2015, chamada “Quem te ama não te agride”, no qual foi elaborado um vídeo com participantes de diferentes idades e etnia, exemplificando diversas situações de violência ocorridas no namoro, que são confundidas com amor.

Foram identificadas na BVS (10 artigos), na Medline (9 artigos), no Scielo (zero) e no Periódicos Capes (24 artigos). Todos os artigos identificados na BVS e Medline estavam contidos no banco de dados dos Periódicos Capes. Após leitura de cada publicação foram desconsiderados todos os artigos que não se enquadravam nos objetivos do referido estudo, tendo sido selecionados 22 artigos. Dos quais além de serem muito recentes (o mais antigo data de 2013), não foi identificado nenhuma publicação brasileira, os estudos em sua maioria foram realizados por instituições norte-americanas (17), seguidas das espanholas (3), britânica (1) e belga (1).

A baixa produção científica sobre a temática da violência no namoro juvenil é identificada por vários estudiosos, que entendem esse tipo de violência como um problema social que demanda atenção (Miller et al., 2015; Niolon et al., 2015; Taylor et al., 2015; Pazos Gómez et al., 2014; Martinez et al., 2014; Caridade & Machado, 2013; Minayo et al., 2011; Nascimento & Cordeiro, 2011; Coelho & Machado, 2010).

Como dito anteriormente, no caso da violência digital no relacionamento afetivo-sexual adolescente essa produção científica se reduz ainda mais. Todavia, os estudos que encontramos alertam para o fato de que desconsiderar essas práticas como um tipo de violência psicológica que pode acarretar sérios problemas psíquicos às suas vítimas, podendo levar em casos mais intensos a efetivação de uma tentativa de suicídio, é um grave risco para a saúde desses adolescentes.

As práticas de superexposição/hiperexposição da imagem, a cada dia mais naturalizada e incorporada como prática social, de forma autônoma/voluntária, sem crivos críticos ou protetivos, contribuem para a disseminação na internet de conteúdos íntimos e particulares, dificultando a identificação do autor principal da postagem, a responsabilização dos culpados, assim como o bloqueio da exposição do material em outros meios digitais (Wanzinack & Scremin, 2014). Uma vez disponibilizado na internet um conteúdo, o mesmo pode ser replicado e acessado por qualquer pessoa em qualquer parte do planeta, mesmo que se tenham passado anos desde a primeira postagem na rede *online* (Wanzinack & Scremin, 2014).

Diante disso, este estudo pode contribuir para uma maior compreensão deste fenômeno pouco explorado, subsidiando ações de empoderamento dos jovens quanto à hipervisibilidade da intimidade nas relações digitais, assim como convoca a reflexão acerca das novas práticas abusivas digitais ocorridas nos relacionamentos afetivo-sexuais adolescentes.

No capítulo 2 será possível conhecer a metodologia empregada para a produção desta pesquisa, que por ser uma pesquisa por triangulação de métodos, foi dividida em três etapas, a primeira e a segunda já com artigos científicos publicados nos Cadernos de Saúde Pública como poderá ser verificado mais à frente, e a terceira cujo material encontra-se analisado, mas ainda não submetido à revista científica.

Na primeira etapa foi realizada uma revisão bibliográfica integrativa sobre o estado da arte do fenômeno do abuso digital no namoro (CDA), na segunda etapa por meio da análise do discurso crítico (ADC) foi mapeado e analisado as produções discursivas das ferramentas de controle e monitoramento do(a) parceiro(a), ofertadas pelo sistema *Android* e *iPhone*, disponíveis nos aplicativos de telefonia móvel e na terceira foi realizado grupos focais com adolescentes de duas escolas do Rio de Janeiro, uma pública e outra privada, buscando compreender os sentidos atribuídos pelos jovens ao fenômeno do abuso digital ocorridos nos relacionamentos afetivo-sexuais.

No capítulo 3, em nosso marco teórico, apresentamos uma breve reflexão acerca da sociabilidade digital e da violência ocorrida entre parceiros íntimos. Para tal, pontuamos algumas discussões acerca das disputas e atualidade dos conceitos utilizados para designar o campo (cibercultura, cultura da conectividade e cultura digital), e sobre as subjetividades advindas desta nova forma de interação proporcionada pela internet e suas mídias digitais. Fizemos ainda uma breve descrição de como essas dinâmicas afetam as relações interpessoais e íntimas neste contexto de sociabilidade digital contemporânea.

No capítulo 4 será possível conhecer os principais achados da pesquisa, divididos em três grandes blocos. Os resultados, como dito, foram agrupados em artigos. No primeiro será possível ter acesso ao que vêm sendo abordado na literatura científica mundial acerca do *Cyber Dating Abuse* (CDA). No segundo nos dedicamos a compreender os discursos adotados pelos desenvolvedores de aplicativos de controle e monitoramento, gratuitamente fornecidos pelos sistemas *Android* e *iPhone*, para que sejam baixados num celular, muitas das vezes sem o consentimento ou conhecimento daquele que está sendo monitorado e como tais práticas são naturalizadas no cotidiano das relações de intimidade. E, por fim, no terceiro conhecer os sentidos atribuídos pelos jovens acerca do abuso digital ocorrido nos seus relacionamentos afetivo-sexuais e o papel que tais práticas abusivas digitais desempenham face aos contratos amorosos assim como as consequências a saúde daqueles que passam por situações de abuso digital nos relacionamentos íntimos.

Nas considerações finais trazemos uma breve reflexão de como a intimidade dos relacionamentos afetivo-sexuais adolescentes foi e ainda é visto como algo de pouca ou

nenhuma importância enquanto um risco real de ocorrer violência. Diante dessas novas transformações societárias advindas por meio da popularização do acesso à *internet*, urge uma maior atenção acerca das práticas abusivas e dos danos relacionados que podem levar desde o abandono escolar até o uso de drogas, desenvolvimento de quadros de depressão, de automutilação e de tentativa de suicídio/suicídio.

2. METODOLOGIA

Este estudo constitui uma pesquisa por triangulação de métodos, visando investigar as diferentes facetas do fenômeno da violência digital nos relacionamentos afetivos-sexuais adolescentes. A triangulação de métodos

(...) é uma estratégia de pesquisa que se apóia em métodos científicos testados e consagrados, servindo e adequando-se a determinadas realidades, com fundamentos interdisciplinares (...) deve ser escolhida quando contribuir para aumentar o conhecimento do assunto e atender aos objetivos que se deseja alcançar (Minayo *et al.*, 2005, p.71).

Com a perspectiva de aumentar a clareza da exposição, apresentaremos os métodos adotados no estudo conforme o ordenamento dos objetivos específicos da investigação, entendendo que essa maneira confere maior coerência e didática à exposição.

Na **primeira etapa do estudo**, foi realizado um levantamento bibliográfico acerca do estado da arte do fenômeno do abuso digital no namoro (CDA) buscando compreender por meio do uso da revisão sistemática integrativa como a literatura científica sobre CDA tem conceituado o fenômeno, quais designações lhe atribuem quais implicações para a saúde são descritas e quais tecnologias sociais de intervenção são sugeridas (Artigo 1 publicado – Resultados (4.1) – Objetivo 1).

A revisão bibliográfica integrativa permite a análise sobre o conhecimento já construído em pesquisas anteriores sobre o tema, possibilitando a síntese de vários estudos já publicados, permitindo a geração de novos conhecimentos, baseado em resultados apresentados por outras pesquisas realizadas, além de permitir a inclusão de estudos que adotam diversas metodologias (Botelho, Cunha, Macedo, 2011).

Na **segunda etapa do estudo**, mapeamos e analisamos as produções discursivas das ferramentas de controle e monitoramento do(a) parceiro(a), ofertadas pelo sistema *Android* e *iPhone*, disponíveis nos aplicativos de telefonia móvel. No anexo 7 se encontra o roteiro de análise aplicado ao acervo. Para tal, foi realizada uma busca por meio dos aplicativos “*Play Store*” (Sistema *Android*) e “*App Store*” (Sistema *iPhone*) pagos ou gratuitos que oferecessem

como serviço, o controle, monitoramento e rastreamento de parceiros (as) íntimos (as), por meio do uso de algumas chaves de busca (Artigo 2 publicado – Resultado (4.2) – Objetivo 3)

Num segundo momento dessa mesma etapa, após identificarmos os aplicativos existentes nos dois sistemas, analisamos a descrição de entrada na tela principal do aplicativo, o objetivo declarado do aplicativo, identificamos seu desenvolvedor, as políticas de privacidade, detalhes da permissão, o valor cobrado para que o mesmo seja baixado no telefone móvel, e qual sua classificação segundo os usuários do aplicativo. A análise foi conduzida pelo método de análise do discurso, entendendo-o como uma teoria crítica que trata da determinação histórica dos processos de significação, visa problematizar as formas de reflexão estabelecidas, evidenciando e explicitando o caráter ideológico da fala (Minayo, 2010). Adotar a análise de discurso crítico (ADC) neste estudo possibilitou considerar a linguagem como forma de prática social, entendendo o discurso como algo socialmente constituído, que *contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhes são subjacentes* (Fairclough, 2001, p. 91).

Reconhecemos que as práticas sociais constituem a ordem social e seu aspecto semiótico é chamado “ordem de discurso” (Fairclough, 2012). *Uma ordem de discurso é uma estruturação social da diferença semiótica, uma ordenação social particular das relações entre os vários modos de construir sentido, isto é, os diversos discursos e gêneros* (Fairclough, 2012, p. 310). Para Fairclough (2001), a análise do discurso inclui uma concepção tridimensional, como uma tentativa de reunir três tradições analíticas, indispensáveis na análise do discurso, a saber: a análise do texto, das práticas discursivas e da prática social.

A análise textual engloba categorias como “vocabulário”, “gramática”, “coesão” e “estrutura textual”. Na categoria vocabulário são observados os sentidos das palavras e suas metáforas, se há ambiguidades e ambivalências, criação de neologismos ou troca de palavras, metáforas que são naturalizadas. Na categoria gramática observa-se a estrutura frasal, a posição do sujeito na frase, se é indeterminado, oculto ou presente, e se a mesma é usada na voz ativa ou passiva. Na categoria coesão são observados que tipo de ligações, nexos, conclusões, deduções e descrições são estabelecidos nas orações, permitindo a investigação de esquemas retóricos. Na categoria estrutura textual o olhar se volta a arquitetura do texto, para os argumentos e conteúdos adotados, se constitui um monólogo ou um diálogo, se propõe ou controla a interação, se defende um ethos, uma identidade (Fairclough, 2001).

Na prática discursiva observou-se a relação dialética entre estrutura social e discurso e como os textos foram produzidos, interpretados, distribuídos e consumidos.

A dimensão da prática social se refere aos efeitos ideológicos e hegemônicos, tais como sistema de conhecimentos e crenças, construções de identidades sociais e de uma realidade social. A ideologia pode ser operada de diversas formas, como forma de legitimação, como dissimulação, como unificação, como fragmentação ou ainda como reificação, isto é, são campos de luta de poder no seio de determinada ordem de discurso (Fairclough, 2001). A análise da prática social foi realizada a partir de uma leitura crítica e transversal dos aportes ideológicos, à luz do marco teórico da cibercultura/cultura da conectividade.

Na **terceira etapa do estudo**, buscamos analisar as concepções e as experiências dos adolescentes sobre o fenômeno da violência online nas relações afetivo-sexuais, por meio de um estudo de natureza qualitativa com fontes orais primárias, realizado com adolescentes, explorando suas dinâmicas e eventuais desigualdades e assimetrias de gênero. Para tal usamos a técnica de grupos focais (roteiro no anexo 8) e entrevista semiestruturada, baseada em roteiro (anexo 9). As entrevistas foram gravadas em MP4 e posteriormente transcritas. O grupo focal foi mobilizado através de técnica projetiva (Pinto, 2014), utilizando três casos fictícios de CDA para mobilizar o início do debate (Artigo 3 não submetido – Resultado (4.3) - Objetivo 2).

Os grupos focais foram realizados com adolescentes de uma escola particular e outra escola pública (autorizações em anexo 5 e 6), do Rio de Janeiro, de ambos os sexos, com idades entre 15 e 18 anos (ECA, 1990) buscando compor uma amostra heterogênea quanto à orientação sexual (homossexual, bissexual, heterossexual), etnia/raça, diferentes extratos sociais. Participaram os(as) meninos(as) que concordaram com os termos da pesquisa e mediante aceite através de Termo de Consentimento e/ou Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (anexo 10 e 11).

Do ponto de vista operacional, os debates nos grupos focais foram realizados por meio de grupos distintos compostos só por rapazes e outro somente com as moças, em agrupamentos que não passassem de 10 participantes. Também incluímos neste estudo a participação de um pesquisador colaborador, entendendo que alguns rapazes poderiam ter maior adesão a proposta de discussão nos grupos focais se o mesmo fosse conduzido por alguém do sexo masculino, fato este que não ocorreu na prática, ficando a condução de todos os grupos focais a cargo desta pesquisadora. Todavia, a função de relatoria ficou sob a responsabilidade do pesquisador colaborador no momento da condução do grupo focal. A

importância de dispor de dois pesquisadores, um para a relatoria e outro para assumir o papel de animador é ratificado por Minayo (2010).

Num segundo momento, aqueles adolescentes identificados nos grupos focais que possuíssem experiências pessoais sobre a vivência do abuso digital no namoro foram convidados a participar da entrevista semiestruturada. Foram realizados 3 (três) entrevistas (2 (duas) com meninas e 1(uma) com menino).

O roteiro utilizado teve função orientadora de modo a assegurar maior liberdade e flexibilidade no discurso, como também garantir a abordagem de todos os temas considerados essenciais ao estudo proposto.

Para análise das falas utilizamos a proposta de “interpretação de sentidos”. Tal proposta é um caminho de análise de significados dentro de uma perspectiva das correntes compreensivas das ciências sociais (Gomes et al 2005, 202).

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa, em cumprimento à Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta pesquisas envolvendo seres humanos (Anexos 1 a 3).

Nos anexos 1 a 4 é possível ter acesso ao registro do projeto, sua submissão no CEP, bem como a declaração da psicóloga colaboradora, enquanto uma exigência posta pelo CEP para validação do projeto à pesquisa de campo.

Aproveitando a oportunidade são necessárias algumas considerações com relação às dificuldades enfrentadas junto ao CEP para validação da entrada em campo, uma vez que, as mesmas contribuíram para o retardamento do andamento da pesquisa de campo, em seis meses, e por outros momentos, quase inviabilizaram a sua realização.

As principais dificuldades enfrentadas junto ao Comitê de Ética foram às exigências de assegurar atendimento imediato do serviço de psicologia para os estudantes identificados como em situação de abuso digital; e informar presencialmente a todos os pais dos estudantes que aceitassem participar do campo sobre a pesquisa entregando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pessoalmente.

Para solucionar tais demandas, esta pesquisadora se dirigiu às instituições de ensino, apresentou o estudo e realizou a pesquisa nas duas instituições que aceitaram participar da mesma, apesar de ter solicitado entrada em campo para outras três unidades de ensino, sem lograr êxito; contratou uma psicóloga colaboradora para prestar o primeiro e imediato atendimento da psicologia conforme exigência do CEP.

Somado a exigência de reuniões presenciais com os pais para informar sobre uma pesquisa, que é de interesse desta pesquisadora e não dos responsáveis matriculados nas duas

escolas, abre a brecha para algumas reflexões: *Até que ponto ao se realizar tal exigência não estamos burocratizando um processo que por si só já é moroso? Será que exigências desse tipo são realmente protetivas? Em que medida? Ou estariam na verdade, impedindo ou dificultando que pesquisas qualitativas - cujo campo seja a fonte de dados – sejam realizadas com jovens brasileiros?*

Trago tais reflexões, pois, foi perceptível a 'perda' de participantes do estudo neste vai e vem de assinaturas e autorizações, resultando numa reduzida participação de estudantes na pesquisa, e não necessariamente, protegendo o principal interessado.

Durante este processo de coleta de assinaturas e autorizações, tivemos uma 'perda' de aproximadamente 50% dos alunos que informaram interesse em participar do estudo, tanto na instituição privada quanto na pública, seja porque ficou impossível acessar o responsável para conseguir a assinatura, seja porque a morosidade do processo acabou desestimulando os jovens a participar.

Acrescente aos percalços por hora listados, a ocorrência da Copa do Mundo em 2018, afetando diretamente o campo de pesquisa nas escolas, que tiveram recesso antecipado, muitos dias *off* por conta dos jogos, alterando o calendário escolar e dificultando o acesso desta pesquisadora ao campo. Além deste evento sazonal, ainda havia as semanas de prova, simulados de recuperação, atividades extras da própria instituição junto aos alunos, feriados e as férias de final e de meados do ano letivo.

Por fim, cabe informar que apesar de termos realizado três casos fictícios nos grupos focais, o conteúdo trabalhado no terceiro caso (Anexo 8), tinha como intenção abordar a violência digital sofrida por pessoas com orientação sexual homoafetiva, todavia, no curso da atividade, os grupo usou o conteúdo abordado no caso para tratar de questões acerca da homofobia e da dificuldade de relacionamento com os pais, gerando sofrimento emocional para àqueles que não podem se 'assumir' diante da família por receio de retaliação e quase nada falaram sobre a mediação das redes sociais para tais violências.

Diante disso, optamos metodologicamente por tratar do material coletado nos grupos focais relativos a este caso após a defesa do doutoramento, de forma a disponibilizá-lo num futuro breve, na modalidade artigo científico.

3. MARCO TEÓRICO

3.1. SOCIALIDADE DIGITAL

3.1.1. Internet

A partir de um esforço científico e de engenharia tecnológica em torno da II Guerra Mundial e da corrida armamentista da Guerra Fria ocorre a chamada revolução da microeletrônica. A Guerra Fria forneceu o contexto para o forte apoio popular e governamental no investimento em ciência e tecnologia de ponta, em especial após o programa espacial soviético se tornar uma ameaça à segurança nacional dos EUA (Castells, 2003).

Deste investimento em tecnologia surge a Arpanet - um projeto experimental, administrada por um grupo determinado de cientistas da computação que compartilhavam o sonho de transformar o mundo através da comunicação por computador - que teve origem no Departamento de Defesa dos EUA, que tinha por interesse o financiamento da computação nos Estados Unidos. A ARPA foi o principal ator desta política tecnológica (Castells, 2003).

As universidades foram o terreno comum para a circulação da inovação entre redes exclusivas da big science e das redes contraculturais improvisadas de todos os tipos de formatos e, desempenharam um importante papel ao manter as redes comunitárias. Sem a contribuição cultural e tecnológica dessas redes pioneiras, a *Internet* teria tido uma aparência muito diferente, e provavelmente não teria abarcado o mundo inteiro (Castells, 2003).

A Arpanet inspirou uma arquitetura de comunicações baseada em três princípios: 1. Estrutura de rede descentralizada, 2. Poder computacional distribuído em nós da rede, 3. Funções na rede para diminuir o risco de desconexão. Tais características davam resposta às necessidades militares de capacidade de sobrevivência do sistema como: flexibilidade, ausência de um centro de comando e autonomia máxima de cada nó (Castells, 2003).

Na década de 1980, os EUA alcançam a superioridade tecnológica, particularmente em eletrônica e comunicações. A transição para a Internet civil e depois para a sua privatização foi administrada pela National Science Foundation, na década de 1990, com a cooperação da comunidade acadêmica dos cientistas da computação (Castells, 2003).

A internet é ao mesmo tempo, um meio de interação e colaboração entre usuários e seus computadores, e um mecanismo de disseminação e divulgação de informação mundial (Santos & Nicolau, 2012, p.3), revolucionando as formas de comunicação, por meio da criação de redes autônomas e sistemas de conferência, que influenciaram o desenvolvimento de serviços comerciais na década de 1980, tais como serviços de e-mail desenvolvidos por

companhias de telecomunicações e computadores, redes de intranet, contribuindo decisivamente para a expansão da cultura da liberdade.

Alguns estudiosos do tema vão utilizar os termos web 1.0, web 2.0 e web 3.0 para descrever o processo evolutivo da *World Wide Web* (Santos & Nicolau, 2012). A web 1.0 foi responsável pela disponibilização de informações e hiperlinks, um espaço de leitura com pouca interação, feita via troca de e-mail entre os usuários. Com maior interação e dinamismo, a web 2.0 permitiu *que os usuários fossem mais que espectadores, (...) parte do espetáculo, possibilitando a construção coletiva de conhecimento. Estas características da Web 2.0 fez com que a internet se tornasse mais participativa (...)* (Santos & Nicolau, 2012, p.6). Já com a web 3.0 a cultura da participação e da interatividade se consolida inteiramente,

agregando valor nos serviços direcionados aos usuários. Com ela os efeitos das buscas serão mais precisos, economizando tempo e compreendendo o contexto do internauta, disponibilizando resultados de acordo com a necessidade de cada indivíduo (Santos & Nicolau, 2012, p.10).

Então, todos esses desenvolvimentos tecnológicos decisivos levaram à Internet a ter um lugar em torno de instituições governamentais e importantes universidades e centros de pesquisa, isto é, a Internet nasce dessa interseção da *Big Science*, da pesquisa militar e da cultura libertária associada a importantes centros de pesquisa universitários e centro de estudos ligados à defesa (Castells, 2003).

A partir dos anos 2000 surge junto com a expansão da banda larga e dos dispositivos tecnológicos móveis, a chamada hiperconexão. A hiperconexão possibilitou a ampliação da ligação entre as pessoas, os sistemas, coisas e lugares. “*Passamos rapidamente de uma web estática para uma web dinâmica, de uma web de páginas para uma web de plataformas participativas*” (Santaella, 2016, p. 34).

Incorporados à natureza humana, a história, economia, política, cultura, percepção, memória, identidade e experiência estas novas tecnologias, mediadas por estes dispositivos digitais, geram mudanças no comportamento e na forma como os usuários passam a interagir, ou seja, o “estar conectado” dá lugar ao “ser conectado” (Santaella, 2016).

Acoplada a essa ampliação tecnológica vêm às redes sociais consideradas como, o quarto grande marco da evolução dos computadores, após o surgimento dos semicondutores em 1960, do computador pessoal e da Internet Explore e suas interfaces gráficas (Santaella, 2016).

3.1.2. Cibercultura, Cultura da Conectividade ou “Realidade Digital”?

O uso do termo cibercultura tem sido mais amplamente disseminado e vêm sendo associado, a partir da segunda metade do século XX, à gênese de uma cultura pós-moderna (Lemos, 2015).

Por cibercultura entende-se,

(...) a formação de uma sociedade estruturada através de uma conectividade telemática generalizada, ampliando o potencial comunicativo, proporcionando a troca de informações sob as mais diversas formas, fomentando agregações sociais (Lemos, 2015, p. 88).

No entanto, Pierre Lévy (2010) não corrobora com a ideia da cibercultura ser uma expressão da transição da sociedade moderna para a pós-moderna e defende a tese de que na verdade, a cibercultura estaria dando continuidade aos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade do projeto progressista dos filósofos do século XVIII (Lévy, 2010), portanto ainda inscrita na modernidade.

Lévy defende que o ciberespaço seria uma espécie de materialização técnica dos ideais modernos, encorajando certa reciprocidade essencial nas relações humanas, desenvolvendo-se por meio da troca de informações e conhecimentos, sendo considerado o motor principal do progresso (Lévy, 2010). O resultado de um movimento social, cujos líderes eram oriundos da juventude escolarizada metropolitana. Estes jovens tinham o desejo de popularizar o uso dos computadores tornando os mesmos acessíveis à grande parcela da população (Lévy, 2010).

Sendo assim, para que houvesse a ampliação/crescimento do ciberespaço, três princípios precisavam atuar juntos: a interconexão, a criação de comunidades virtuais e a inteligência coletiva (Lévy, 2010). A interconexão é um contínuo sem fronteira, um contato universal, um canal de comunicação interativa, de telepresença generalizada. As comunidades virtuais são novas formas de se expressar livre e publicamente, se apoiam nas interconexões e se constroem a fim de atender diferentes interesses, conhecimentos, projetos, independente das proximidades geográficas e/ou filiações institucionais. Dessa forma, a inteligência coletiva são os saberes, conhecimentos, imaginações daqueles que estão coletivamente interconectados (Lévy, 2010).

Lemos acrescenta ainda que o ciberespaço por ser um espaço não físico ou territorial, é

(...) composto por um conjunto de redes de computadores por meio do qual as informações circulam (Lemos, 2015, p. 127 apud Gibson, 1984). As tecnologias do ciberespaço vão potencializar a pulsão gregária, agindo como vetores de comunhão, de compartilhamento de sentimentos e de religação comunitária (Lemos, 2015, p.87).

Portanto, o ciberespaço não seria desconectado da realidade, mas sim um complexificador do real, um espaço pós-tribal, sem dimensões, um universo de pura informação, uma arena cultural criativa, caracterizado pela ubiquidade (presente em toda parte), pelo tempo real, pelo espaço não físico ou territorial composto por um conjunto de redes de computadores através das quais todas as informações circulam e também como uma parte vital da cibercultura (Lemos, 2015).

Enquanto um potencializador das dimensões lúdicas, eróticas, hedonistas e espirituais na cultura contemporânea, o ciberespaço, pode ser visto também como uma passagem do industrialismo para o pós-industrialismo, do indivíduo austero ao indivíduo religado, participante do fluxo de informações do mundo contemporâneo, um rito obrigatório aos novos cidadãos da cibercultura (Lemos, 2015).

Embora não discorde de Lévy quando este defende a tese de que ocorre uma alteração significativa na forma como as pessoas passam a se relacionar e ter acesso às informações devido ao advento das novas tecnologias de comunicação digitais, para Lemos (2015), as ideias de racionalidade, historicidade e progresso basilares da Modernidade se alteram com o desenvolvimento do capitalismo e com a expansão do mundo globalização, o que nos confrontaria com a Era Pós-moderna¹². E, acrescenta que a própria ideia de futuro, espaço, tempo e território sofrem modificações com a introdução da microeletrônica e das redes telemáticas. Atualmente, vivemos cotidianamente com a sensação de compressão do espaço e do tempo (ciberespaço), onde o tempo real é o do imediato, do instantâneo, e há uma desterritorialização e desespacialização da cultura (Lemos, 2015).

Vivemos uma temporalidade descontínua, um *ethos* particular na contemporaneidade. Esse *ethos* ou ética da estética é uma maneira de ser na sociedade, *um modo de existência onde aquilo que é compartilhado com os outros será primordial* (Lemos, 2015, p.87 apud Maffesoli, 1990). *A ética da estética vai impregnar todo o ambiente social e contaminar o político, a comunicação, o consumo, os negócios, as artes e espetáculos, ou seja, a vida cotidiana no seu conjunto* (Lemos, 2015, p. 87).

A essa retribalização do mundo, Lemos (2015) refere-se à vontade de estar junto, ao compartilhamento de emoções em comum. *A sociedade tribal, gregária e empática, a cultura do sentimento que se apoia sobre as multipersonalidades (as máscaras do teatro quotidiano)*,

¹² Cabe ressaltar que a discussão acerca de qual “Era” estamos experienciando é um debate complexo e que necessita maior aprofundamento e amadurecimento teórico, tendo em vista que não há um consenso entre os estudiosos, havendo aqueles que defendem a ideia de que estamos vivenciando a “Modernidade Tardia”, outros a “Modernidade Líquida”, e ainda outros que afirmam que estamos na verdade na “Supermodernidade”. Diante disso, por ora será, adotado neste estudo a noção de “Atualidade/ Contemporaneidade”, ainda que a mesma possa ser substituída futuramente.

agem a partir de uma ética da estética, e não a partir de uma moral moralizante (Lemos, 2015, p. 87).

A modernidade por meio de uma racionalidade instrumental buscava aniquilar, domesticando imperfeições da vida cotidiana, tais como: emoções desmedidas, violência e imaginário simbólico (Lemos, 2015). A ruptura para este mesmo autor se faz quando o imaginário dionisíaco (sensual, tribal) impregna a sociedade, que associado as novas tecnologias, amplifica o ambiente imaginário atuando como potencializadores dessas situações.

A socialidade¹³ é, pois, um conjunto de práticas cotidianas que escapa ao controle social e que constitui o substrato de toda forma de vida social (Maffesoli, 1990), um politeísmo de valores em que o indivíduo desempenha papéis (máscaras sobre si), vivenciando uma teatralidade cotidiana (Goffman, 1973). A socialidade, diferentemente da sociabilidade, é efêmera, imediata, empática, coloca ênfase no presente, na multiplicidade de experiências coletivas baseadas no ambiente imaginário, passional, erótico e violento do dia a dia (Lemos, 2015).

E, em meio a essa nova experimentação, a cibercultura se configura como *locus* privilegiado para a expressão da cibernsocialidade, uma estética social alimentada pelo que poderíamos chamar de tecnologias do ciberespaço (redes informáticas, realidade virtual, multimídia) (Lemos, 2015, p.90).

Via essas novas tecnologias de compartilhamento de emoções, de convivialidade e de formação comunitária e por meio das comunidades virtuais eletrônicas, a socialidade vai ganhando terreno por meio de agregações de todos os tipos, em tornos de interesses comuns, independentes de fronteiras ou demarcações territoriais fixas, instituindo não um território físico, mas um território simbólico (Lemos, 2015).

E, Martino (2015) acrescenta ainda que, na era informacional, há uma diminuição considerável da assimetria existente entre o emissor e o receptor da informação, uma vez que com o advento da arquitetura de informação em rede, uma mensagem pode ser ramificada nos vários nós, links e conexões presentes na rede.

Tomando por base tais fundamentos, seria até possível associar a prática social da cibercultura à categoria de sociedade do espetáculo, de Debord (2003). Para o autor, há na

¹³ A socialidade marcaria os agrupamentos urbanos contemporâneos [pós-modernos], diferenciando-se da sociabilidade ao colocar ênfase na tragédia do presente, no instante vivido para além de projeções futuristas ou morais, nas relações banais do cotidiano, nos momentos não institucionais, racionais ou finalistas da vida de todo dia (Lemos, 2015, p. 83, [grifos nossos]). A sociabilidade marcaria os agrupamentos urbanos modernos, embasados numa racionalidade instrumental.

“sociedade do espetáculo” uma representação (falsa) da realidade por meio do uso das “Mass Media”. Na Era Moderna, antes da expansão da internet e da Web 2.0 e Web 3.0, a tecnocultura reproduzia-se através do controle das massas, da racionalização tecnocrática e da homogeneização do social. O fluxo de informações era unidirecional com uma difusão centralizada, onde todos eram somente espectadores/ receptores.

(...) impedia o receptor de rebater a mensagem em termos de igualdade. Certamente uma pessoa assistindo televisão sempre pode discordar do que via, e poderia expressar suas opiniões com quem estivesse por perto; no entanto, só com muita dificuldade sua discordância ultrapassaria os limites físicos de seu espaço, e raramente a emissora tomaria conhecimento de suas opiniões (Martino, 2015, p.112-113).

Com a cibercultura, os fluxos de informações conectadas publicamente são multimodais com mensagens planetárias, onde todos podem ser receptores e emissores (bidirecional) (Lemos, 2015). Por meio do uso das novas mídias digitais de comunicação há manipulação das representações do mundo no qual, a simulação, é tomada como via de apropriação do real (realidade virtual).

No ambiente simulado, da “realidade virtual”, fruto dessas transformações societárias, o corpo real migra para o mundo informacional, de *bits* e *pixels*, um mundo tridimensional, de interação direta e corporal (Lemos, 2015). E, esse ambiente de simulação virtual é considerado o que há de mais novo voltado à imersão total por meio de uso de capacetes, luvas e roupas de dados, sendo possível deslocar-se, escutar, tocar um mundo simulado em imagens digitais e atualizadas em tempo real por computador (Lemos, 2015). O virtual é o real. Isto é, *em filosofia o virtual não se opõe ao real mas sim ao atual: virtualidade e atualidade são apenas dois modos diferentes da realidade. (...) É virtual toda entidade “desterritorializada” (...). O virtual existe sem estar presente* (Lévy, 2010, p. 49-50).

A realidade virtual especifica um tipo de simulação interativa, na qual o explorador tem a sensação física de estar imerso na situação definida por um banco de dados (Lévy, 2010, p. 73).

Passamos de meros observadores maravilhados com a obra (sociedade do espetáculo) à agentes dentro da obra, navegadores, exploradores, atores (sociedade da simulação). Essa realidade é construída num processo interminável de atualizações e virtualizações sucessivas ocorridas nos ambientes digitais.

As novas tecnologias digitais podem auxiliar na circulação do saber (inteligência coletiva/ consciência global), proporcionar um ambiente de discussões pluralistas, interativo e auto-organizante, com uma estrutura rizomática, descentralizada, conectando pontos ordinários, e criando territorialização e desterritorializações sucessivas (Lemos, 2015).

Com o auxílio dessas ferramentas, as comunicações tornam-se cada vez menos dependentes de lugares determinados, a ubiquidade da informação, os documentos interativos interconectados, as telecomunicações recíprocas e assíncronas em grupos e entre grupos, fazem do ciberespaço vetor de um universo aberto (Lévy, 2010).

As novas imagens da cibercultura são imagens sem fronteiras, sem molduras, sem limites, o visitante tem o poder de criar e projetar a imagem explorada por meio de atos sensório-motores de atualização (Lévy, 2010). (...) *o mundo virtual não remete a uma ilusão de realidade, mas sim a um outro mundo virtual, não técnico, eminentemente real ainda que ele nunca esteja “presente” na forma de uma entidade física* (Lévy, 2010, p. 72).

Um mundo virtual pode simular o mundo real, pode permitir ao explorador que construa uma imagem virtual diferente de sua aparência física cotidiana (Ética da Estética), pode simular ambientes físicos submetidos a leis diferentes daqueles que governam o mundo comum e também os ambientes não físicos que permitem a comunicação por meio de signos compartilhados (Lévy, 2010).

Através das mídias digitais as pessoas podem formar coletivos mesmo vivendo em cidades e culturas bem diferentes. Criam-se territorialidades simbólicas, comunidades que podem atuar não apenas como vetores de alienação e de desagregação, mas também como máquinas de comunhão, de compartilhamento de ideias e sentimentos, de formação comunitária. O que agrega nas novas comunidades contemporâneas são as afinidades, os interesses comuns, “pertencimento” (Lemos, 2015).

Ao interagirem na *internet*, os usuários o exploram e o atualizam simultaneamente, tornando-se um vetor de inteligência e criação coletivas. Quanto mais os computadores e redes sociais se disseminam mais mundos virtuais se multiplicam em quantidade e em variedade (Lévy, 2010), fruto desse novo universo informacional da comunicação digital.

Todavia, há autores que nos alertam para o fato de que as interações sociais agora mediadas pelo computador se alteraram tanto que não cabe mais falarmos em cibercultura mas sim, numa cultura conectada, onde o usuário passa a ser o produtor de conteúdo e a conectividade constante amplia as possibilidades de obter informações sobre o que ocorre no mundo, ao mesmo que nos torna dependentes do uso da internet e das mídias digitais, nos tornando facilmente localizáveis (Van Dijck, 2016).

Para Van Dijck, as mídias sociais não são somente ambientes com conteúdo, mas sim espaço para aquisição de dados das pessoas que usam. Tais plataformas *on line* geram grande impacto na vida dos usuários, que a cada dia ficam mais tempo nestes dispositivos

Enquanto isso, outros autores como Rogers (2016) já nos aponta que não existe mais uma “realidade virtual” apenas sediada no ciberespaço, toda realidade virou digital. Certamente Rogers naturaliza a ideia de que todos teriam acesso a essas tecnologias digitais, o que não é verdade.

De acordo com o autor vivemos online todo tempo e nossas atividades cotidianas se realizam neste meio, isto é, raramente vamos a um banco físico, quando se tem um aplicativo de celular que você pode fazer pagamentos, transferências, consórcios por meio de um clique sem sair do conforto do sofá de sua casa. Atualmente nem para fazer compras em supermercado você precisa sair de casa.

Da mesma forma, se mobilha um apartamento inteiro sem necessária precisar ir a uma loja física escolher o item, tais dados descritíveis do produto são informados via internet e facilmente se fecha uma compra informando os dados do seu cartão também por meio de um click.

Reconhecemos que vivemos uma fase de grandes transições onde a própria literatura a respeito da temática entra em desuso com a mesma fluidez e rapidez, que somos convidados a vivenciar nossas relações cotidianamente, o que nos desafia a acompanhar a tempo as mudanças originárias dessas transformações tecnológicas digitais e as respectivas formulações teóricas.

3.1.3. Características das interações nas redes sociais digitais

De acordo com Martino (2015), a internet introduz alterações também nas fronteiras entre o que se considera público e privado tendo em vista o estímulo, cada vez maior, à exposição pública da vida íntima. Essa exposição constante é também chamada pelo autor como hipervisibilidade, conformando uma ética da estética (no sentido da apreciação estética materializada por fotos, vídeos e textos que definem uma “exposição de si”).

Na contemporaneidade, a hipervisibilidade encontra no espaço *online*, o ambiente propício ao estabelecimento das relações digitais, com trocas de informações que vão desde fotos de festas, férias e passeios, a relatos de violência doméstica, urbana e exposição pública de vídeos e imagens eróticas de natureza íntima.

Tudo – comunicações, comércio, cultura, jogos, governo e apostas – está se tornando social (...) tudo que nós, como indivíduos queremos fazer na rede é partilhar com nossos milhares de amigos on-line nossa reputação, nossos itinerários de viagem, planos de guerra, credenciais profissionais, nossas doenças, confissões, fotografias da última refeição, hábitos sexuais, claro, até nosso paradeiro exato. A sociedade em rede se tornou um bacanal transparente, uma orgia de

superpartilhamento (...) Pessoas de todo mundo revelam seus pensamentos mais particulares numa rede transparente que qualquer um e todos podem acessar (Keen, 2012, p.33).

A arquitetura em rede foi projetada para nos transformar em exibicionistas, uma vez que podem se expandir, reconfigurar, alterar a disposição de seus elementos e se adaptar a diversos contextos sem com isso, perder suas características básicas e sem muito menos deixar vestígios dos caminhos seguidos, ampliando muito a possibilidade de a informação ganhar visibilidade nos meios digitais, num curtíssimo espaço de tempo (Keen, 2012).

A possibilidade de estar conectado *full time* por meio de redes sociais e comunidades virtuais cria uma sensação, aparente, de não estar só, vendendo a ideia de que se você está conectado a um grupo de trabalho ou de amigos, nunca estará sozinho.

Ainda segundo Martino (2015), a comunicação em rede¹⁴ resultante desse desenvolvimento das novas tecnologias da informação digital ao mesmo tempo em que agrupa, também segmenta os indivíduos que vivenciam cotidianamente uma exposição autorreferencial de si e o engajamento político em questões que ultrapassam as fronteiras do espaço físico e local (Era Exibicionista).

Essa superexibição vivenciada na arquitetura digital contemporânea nos permite estar sempre ligados em rede, numa era de comunidades on-line transparentes como Twitter e Facebook, transformando a tecnologia digital, em parcela nuclear da vida real (Keen, 2012). E, é fato, que essa arquitetura em rede permite uma maior circulação de informações, opiniões e pontos de vistas, que seriam impossíveis nas mídias de massa dado seu espaço de alcance reduzido.

Todavia, com o advento da internet e das mídias digitais *qualquer pessoa pode disseminar uma mensagem por milhões de bits (...) novas vozes entram em circulação, aumentando potencialmente a capacidade da sociedade civil de se manifestar* (Martino, 2015, p.112 - grifos nossos). As informações geradas e divulgadas em rede, por se caracterizarem exatamente pela flexibilidade, essas redes podem se expandir, se reconfigurar, alterar a disposição de seus elementos, se adaptar a diversos contextos, complementada ou cancelada por uma nova, sem perder suas características básicas e sem sequer deixar indícios dos

¹⁴ Uma rede é um conjunto de pontos, os “nós”, interconectados. Ou seja, elementos que se comunicam entre si – e, por conta disso, toda rede é uma estrutura complexa de comunicação, na qual vários nós interagem em múltiplas ligações. (...) Em uma rede social digital cada pessoa é um nó. Cada página ou comunidade, é outro nó. E, o site de uma rede social é uma espécie de “nó de nós”, mas, ao mesmo tempo, também é um nó quando pensado no conjunto da internet, que é uma “rede de redes”. A interconexão entre os nós é uma característica fundamental de qualquer rede (Martino, 2015, p, 100).

caminhos seguidos (Martino, 2015). E, os laços se formam *a partir de interesses, temas e valores compartilhados* (Martino, 2015, p. 55)

Nas redes sociais, os vínculos entre os indivíduos tendem a ser fluidos, rápidos, estabelecidos conforme a necessidade em um momento e desmanchando no instante seguinte. (...) Ao contrário de outros agrupamentos humanos, nos quais existem vínculos duradouros, fundamentados em valores mais ou menos compartilhados, nas redes (...) conexões são criadas, mantidas e/ou abandonadas a qualquer instante, sem maiores problemas (Martino, 2015, p. 56-57).

Daí resulta um problema a ser administrado, e que ainda não se chegou a um consenso entre os estudiosos do assunto. Será que todos estamos preparados e dispostos a vivermos nessa sociedade da “completa da transparência”? Ou nessa auto-vigilância todos-todos? Ou ainda com a ausência de marcos legais capazes de coibir práticas abusivas no meio digital e ao mesmo tempo garantir a liberdade de expressão?

O fato do número de conexões aumentar exponencialmente a possibilidade de uma determinada informação se expandir e ganhar visibilidade na internet em um espaço de tempo relativamente curto é, da mesma forma, visto como uma conquista e um problema de segurança e se torna, na atualidade, uma das principais preocupações da sociedade contemporânea (Martino, 2015). *Exatamente por conta da variedade de rotas que podem ser implementadas (...) [o número de conexões] torna qualquer dado bastante complicado de localizar* (Martino, 2015, p. 66 [grifos nossos]), (...) *há um número tendencialmente incalculável de relações possíveis, o que virtualmente dificulta formas específicas de controle* (Martino, 2015, p. 73).

Keen (2012) nos alerta ainda para o fato de terem sido os adolescentes e jovens aqueles que adotaram mais entusiasticamente a mídia social digital, em especial, o *Facebook*. Com o *Facebook*, todos podem se tornar agentes secretos num mundo onde os segredos pessoais perderam espaço para a “publicidade” e para a prática social do “curtir”, vivemos numa sociedade no qual é estimulado que as pessoas anunciem espontaneamente absolutamente tudo relativo à sua vida pessoal, social e profissional.

Tais plataformas por serem mais instantâneas e imagéticas atraem de forma especial os adolescentes que parecem adotar as mesmas em detrimento daquelas com menor expressão imediatista e fluida.

“Os jovens não usam relógio nos pulsos porque consultam a hora em seus smartphones. Os jovens não compram jornal porque se informam por meio das redes sociais, as quais acessam, muito frequentemente, também via smartphone. Os jovens não pedem táxis para locomover-se porque utilizam APPs que lhes proporcionam transporte alternativo mais rápido e mais barato a partir de seus celulares. Os jovens não assistem à televisão porque preferem acompanhar programas por meio de um computador e distrair-se —e aprender—, conectando-se ao Youtube durante o horário

nobre. (...) Além disso, se relacionam com seus amigos, separadamente ou em grupos, usando a engenhoca digital” (Zarzalejos, 2016, p.11).

Isso pode ter relação com o próprio processo de sociabilização contemporâneo onde para ‘ser alguém’ você precisa ser visto, curtido, comentado, seguido e compartilhado.

Diante disso, *ao permitir que nossos milhares de “amigos” saibam o que fazemos, pensamos, lemos, vemos e compramos, os produtos e serviços da web fortalecem nossa era hipervisível de grande exibicionismo* (Keen, 2012, p. 41), tudo na rede está se tornando social, “bisbilhotar” se torna algo fundamental para a arquitetura da *internet* contemporânea (Keen, 2012).

Mistério, privacidade e segredo foram eliminados desse mercado transparente (...) a economia irá se basear somente na reputação, um mercado de espelhos, um perfeito mercado de informações acerca de como os outros nos veem (Keen, 2012, p. 160-161).

Vemos retornar e superar a ideia arquitetônica do Panóptico¹⁵ de Bentham, mas com as novas mídias digitais, no qual somos todos controladores e controlados, investigados e investigadores, não há segredo que não possa ser divulgado, não há localização que não possa ser descoberta, a conectividade amplia nossa possibilidade de obter informações sobre o que ocorre no mundo ao mesmo tempo em que nos torna reféns do uso constante e “dependente” da internet e das mídias digitais, a todo tempo, em todo lugar, a partir do toque simples, em dispositivos móveis de conexão, como celular, *tablets*, *smarthphones*, computadores portáteis.

À medida que a esfera particular se expande, nota-se uma perda progressiva do direito à privacidade e mesmo à solidão. (...) Se as fronteiras entre “público” e “particular” se dissolvem na confluência entre esses espaços, por outro lado desenvolvem-se maneiras diferentes de se articular as tensões entre esses dois campos (Martino, 2015, p. 117-118).

Bruno (2013) sugere o uso do termo “Palinóptico” para tratar das novas transformações tecnológicas vigentes. O termo designa processos de dupla via, no qual todos são vistos e vigiados, vêem e são vistos, seria o sistema todos-todos.

Ser visto e ser vigiado, assim como ver e vigiar, são progressivamente incorporados no repertório perceptivo, afetivo, atencional, social, e associados a processos de prazer, diversão, sociabilidade, reputação, pertencimento, admiração, desejo. A

¹⁵ Jeremy Bentham, no final do século XVIII, elaborou um projeto de arquitetura (“Panóptico” ou “casa de inspeção”) que modificou, de uma forma geral, a administração de prisões, hospitais, escolas e fábricas (Keen, 2012). A casa de inspeção de Bentham era como uma rede física, um prédio circular de pequenos aposentos, todos transparentes e totalmente conectados, nos quais os indivíduos podiam ser supervisionados por um inspetor que tudo via. (...) Na era industrial da conectividade de massa, fábricas, escolas, prisões (...) foram construídos com base nessa tecnologia cristalina de vigilância coletiva. Os últimos duzentos anos foram a era da grande exposição (Keen, 2012, p. 28-29).

escopofilia e o voyeurismo saem dos quadros nosológicos da sexualidade e incorporam-se ao cotidiano dos meios de comunicação. A vigilância contemporânea, seus dispositivos, seu modo de funcionamento e suas vias de legitimação são fortemente atravessados por esses jogos do ver e ser visto (Bruno, 2013, p. 47).

Dessa forma, de acordo com a autora, há recentemente um embaralhamento entre as fronteiras da vigilância e do espetáculo, no qual o sucesso e realização pessoal e profissional está intrinsecamente associada à superação de limites e à performance individual (Ética da Estética).

Bruno (2013) nos chama atenção para o fato de que na atualidade, a vida privada se volta para fora, na busca incessante de um olhar que reconheça e ateste a sua visibilidade, num mundo onde para existir é preciso ser visto. *O olhar contemporâneo é regido não mais pelo “Superego”, e sim por um “ideal de ego”* (Bruno, 2013, p.79).

Seja na Internet e nos diversos dispositivos que constituem o ciberespaço, seja na própria televisão, assistimos a um crescente retorno da exposição do indivíduo comum à visibilidade, agora residente não mais nas instituições disciplinares, mas nos ambientes telemáticos e midiáticos. A visibilidade e a exposição deliberada do eu, da intimidade, da vida banal e cotidiana em reality shows, blogs, redes sociais são aí vetores de prazeres, entretenimento e sociabilidade (Bruno, 2013, p.47).

Ainda de acordo com Bruno (2013), a subjetividade contemporânea é herdeira tanto da cultura disciplinar do modelo panóptico¹⁶ e sua hierarquia normalizadora, quanto também da cultura do espetáculo e dos princípios sinópticos¹⁷ da mídia de massa. Dessa forma, *“nem panóptico nem sinóptico, mas um modelo reticular e distribuído onde muitos vigiam muitos ou onde muitos veem e são vistos de variadas formas”* [Modelo Palinóptico¹⁸] (Bruno, 2013, p.47 [grifos nossos]).

¹⁶ Modelo Panóptico: representa a “modernidade disciplinar”, a subjetividade interiorizada, o autocontrole, o autorregramento, o autovigilância, o poder disciplinar. Modelo caracterizado pelo fato de poucos controlarem muitos e no qual interioriza-se o olhar vigilante, que assegura o funcionamento automático do poder e a passagem à autovigilância (Sociedade do Espetáculo). Isto é, a vigilância constante faz com que o vigiado a suponha e a experimente mesmo quando ela não está lá, e independente da presença real do vigia (Bruno, 2013).

¹⁷ Modelo Sinóptico: De acordo com Bruno (2013), Mathiesen (1997) propõe o uso do termo Sinóptico para designar esses novos nexos entre o poder e o olhar, em que muitos vigiam poucos (Bruno, 2013, p. 46). Este modelo surge com desenvolvimento da comunicação em Massa, contudo, parto do entendimento de que o mesmo pode ser classificado como o modelo de transição entre o Panóptico e o Palinóptico, contudo ainda nos moldes da Sociedade do Espetáculo.

¹⁸ Modelo Palinóptico: Localizado na contemporaneidade, o modelo palinóptico representa a subjetividade exteriorizada, a Sociedade da Simulação e não mais do Espetáculo, tendo em vista que a verdade é o que se aparenta ser e onde há uma reconfiguração das fronteiras público/ privado. Passamos a vivenciar práticas de “voyeurismo simulado”, ampliando-se com a internet, o uso das tecnologias para ver e ser visto, e com isso tornando os indivíduos ao mesmo tempo vigilantes e vigiados. O modelo palinóptico é aquele em que todos vigiam todos. Neste modelo atual, passamos de Édipo à Narciso, a vida privada se volta para fora em busca de um olhar que reconheça e ateste a sua visibilidade, num mundo onde para existir é preciso ser visto (Bruno, 2013). Na atualidade não basta mudar a aparência ou corpo, é preciso que essa mudança seja convertida em uma imagem de si, um eu-imagem, e seja testemunhada por milhões de expectadores (Superficialidade estética contemporânea) (Bruno, 2013).

Na contemporaneidade, os regimes de vigilância envolvem não só procedimentos de controle/monitoramento e segurança, mas também, os circuitos de prazer e entretenimento (Bruno, 2013). Nas práticas de visibilidade pós-modernas, o sentido de intimidade e a subjetividade é exteriorizada na busca pelo “olhar do outro” (voyeurismo simulado).

A verdade passa a ser aquilo que se mostra, a partir do convite voluntário ao outro a invadir nossa intimidade. Nesse sentido, o ver e ser visto deve ser explicitado e quantificado pelo número de curtidas, comentários, compartilhamentos de fotos, vídeos e comentários. Ou seja, leitores e expectadores são convocados a participar ativamente da escrita e da imagem que o autor da postagem faz de si e para os outros, num constante jogo de aparência (Bruno, 2013).

O interessante deste processo de desenvolvimento tecnológico contemporâneo é que embora distintos, os regimes de visibilidade e de segurança se retroalimentam na legitimação da vigilância e constituem uma “estética da vigilância” (Bruno, 2013).

Na socialidade contemporânea, os vetores de “controle e segurança” e “prazer e entretenimento” se renovam e envolvem táticas e comportamentos diversos do ver e ser visto, visando com isso assegurar um regime de visibilidade que gera diferentes repercussões sobre a subjetividade humana.

Deste modo, uma subjetividade exteriorizada vem se sobrepor a uma subjetividade interiorizada cuja topologia, delimitada na modernidade, era atrelada à introspecção e à hermenêutica. (...) Mudanças que reconfiguram as fronteiras entre público e privado, especialmente em ambientes comunicacionais marcados pela exposição do eu (Bruno, 2013, p. 55-56).

A conectividade constante amplia nossa possibilidade de obter informações sobre o que ocorre no mundo, ao mesmo tempo em que nos torna dependentes do uso da internet e nos tornando também facilmente localizáveis.

A popularização da internet e das redes sociais, como *Facebook*, *Instagram*, *Twitter*, intensificou as discussões acerca da superexposição da privacidade e da intimidade, nos fazendo refletir e questionar sobre os limites entre as fronteiras público/privado, o sentido da intimidade, que tipo de práticas de vigilância estariam envolvidas neste processo (Bruno, 2013), e mais ainda, que ideal de felicidade, completude e companhia, são esses que tanto buscamos através das telas frias das mídias digitais.

3.1.4. Novas Subjetividades e a Solidão Conectada

Nestes novos processos de subjetivação os sujeitos se unem via acoplamentos polifônicos e plurais (Santaella, 2016) que, só se (re)afirmam enquanto tal, diante da presença

de outra subjetividade, que se molda pelo princípio da alteridade, (re)criando novos arranjos dentro da coletividade, formando novas ideologias e categorias de pensamento social.

Ao criar um perfil nas redes sociais, os sujeitos criam novas experiências de subjetivação, desenvolvendo uma forma de uso e apropriação própria. Quando passam a atuar nestas redes com tal perfil criado, este passa a ser dentro desta rede uma extensão daquele que a criou, como estandartes, criando uma identidade digital e estimulando “*a possibilidade de assumir várias identidades ou papéis para o exercício da fantasia, imaginação e de novos tipos de narrativas ou ficções. É normal que os usuários passem a conviver com a presença digital das pessoas com base nestes contextos*” (Santaella, 2016, p. 43).

As redes sociais permitem agregar funcionalidades (envio de fotos e vídeos), socializar informações e criar conteúdo, por exemplo. É quase uma ‘premissa’ entre os usuários dessas redes sociais, dar-se a conhecer, gerando e criando informações de todo tipo, incluindo as amadoras e profissionais, “*(...) as novas palavras de ordem são: expor-se, trocar, colaborar em atividades de interação que encontram suas bases em princípios de confiança e de compartilhamento*” (Santaella, 2016).

Na contemporaneidade é possível acompanhar via as mídias digitais o seu próprio desempenho nas redes sociais, bem como compartilhar este resultado com outras pessoas em tempo real (Oikawa, 2016). É costume que os usuários deste serviço se relacionem por temáticas, criando laços fracos, que podem se desfazer e refazer a qualquer momento. Essa multiplicidade identitária do sujeito possibilita novas formas de encenação e de brincar com a ‘verdade’, jogando com a mesma até o limite da transmutação e da metamorfose (Santaella, 2016), se convertendo numa nova tendência comportamental contemporânea, no qual a ‘popularidade’ é medida via quantidade de ‘joinhas’.

A subjetividade exteriorizada da contemporaneidade nos convida a experienciar diferentes modos de agir e de se comportar variando conforme o propósito ou a motivação, mas sempre em busca do olhar do outro (Oikawa, 2016; Bruno, 2013). “*(...) os sujeitos tendem a construir seus ‘eus’ a partir de performances que sejam aprovadas pelos outros, como, por exemplo, a adoção de práticas cotidianas que contemplem a pauta do bem-estar e da autoestima*” (Oikawa, 2016, p. 100).

Este processo ‘valida’ e ‘consente’, socialmente, que o indivíduo assuma diversas representações de papéis (máscaras de si), cujo objetivo é controlar a impressão de si para os outros, num processo constante de ‘negociação da performance’. Expostos como se estivessem em uma ‘vitrine midiática’ o objetivo fim dos sujeitos é o de ganhar ‘curtidas’, ‘likes’ por meio do voyeurismo, exibicionismo e da encenação de jogos performáticos de si (Oikawa, 2016).

E num movimento paralelo a visibilidade promove por si só o autocontrole e a vigilância mútua e consentida, estando '*always on*' via aparelhos cada dia mais potentes, práticos e mínimos (Oikawa, 2016), que funcionam como microcomputadores cabendo na palma da mão.

Vivenciamos uma era onde há uma ampliação das plataformas de publicação sem que as já existentes tivessem sido extintas e associada a estas, há construção do ideal de felicidade (Oikawa, 2016).

Todavia, apesar das redes sociais atuarem como amplificadores da interação entre as pessoas fisicamente distantes, nunca estivemos tão distantes daqueles fisicamente próximos a nós, quanto na contemporaneidade. A ciberintimidade vêm se transformando, paulatinamente, em ciber-solidão, na 'solidão conectada' por meio da falsa sensação de proximidade e companhia, estimulando o ciclo que nos coloca dia após dia mais conectados por medo de experimentar a solidão e a infelicidade (Martino, 2015).

Dessa forma, estar conectado, produzindo conteúdos, consumindo informações, postando fotos, vídeos, comentários, sendo agentes de produção midiática amadora ou profissional, trocando mensagens com familiares e amigos, sendo visto e compartilhado (ou repostado), recebendo muitos 'likes', tendo milhares de 'seguidores' se tornam atualmente condição *sine qua non* de felicidade e realização na vida.

Mas, será que praticar todas essas subjetividades contemporâneas nas infinitas mídias digitais disponíveis nos torna menos solitários? Estar conectado *full time* seria uma estratégia para evitar o contato físico? Ou uma fuga, num mundo cada vez mais fluido, para não se sentir só estando fisicamente sem a companhia de ninguém? Ao mesmo tempo, seria possível se sentir acompanhado só porque dispõe de uma rede social com milhares de seguidores? Que ideal de felicidade é esse da vida contemporânea?

Afinal, pode se sentir só em meio a uma multidão de pessoas fisicamente próximas, dentro de sua residência com seus familiares ou ainda numa roda de amigos. E ao mesmo tempo se sentir acompanhado dividindo a companhia de outra pessoa digitalmente.

Parece que a juventude contemporânea, se sente mais solitária longe dos aparelhos e mídias sociais digitais, do que quando as estão utilizando. A sensação de vazio e solidão estaria mais ligada à ausência de comunicação midiática com suas redes de amigos, do que com a ausência física dos mesmos? Enfim, de que 'solidão' estamos falando aqui? Deixo algumas questões para refletirmos.

3.2. VIOLÊNCIA ENTRE PARCEIROS ÍNTIMOS

3.2.1. Gênero e violência entre os jovens parceiros íntimos

Enquanto uma categoria de análise e categoria histórica (Saffioti, 2004; Scott, 1988), “gênero” pode ser concebido como símbolo evocador de representações e conceitos normativos (interpretações de significados, organizações e instituições sociais, identidade subjetiva) (Scott, 1988) e como gramática sexual, regulando as relações homem-mulher como também as relações homem-homem e mulher-mulher (Saffioti, 2004).

No universo de expressão da sexualidade brasileira, o adolescente é estimulado a ter práticas sociais desiguais de gênero (Bozon & Heilborn, 2006). Essa diferenciação sexual tem sido adotada como argumento ideológico de dominação, controle das mulheres e uma forma de significar as relações de poder (Scott, 1988) e de estabelecer uma identidade de gênero também binária, expressa por meio da socialização diferenciada sobre os corpos (Kian, 2014).

Dentro deste contexto sócio-cultural, os rapazes desejam que sua iniciação sexual ocorra tão breve possível e há uma pressão social para que essa iniciação ocorra com o sexo oposto de forma a “garantir” que o rapaz não se torne homossexual (Heilborn, 2006) e reproduza a heterossexualidade compulsória.

A perda da virgindade para os rapazes é um fator encarado não só como um ritual de passagem para a vida adulta como também uma questão de honra, de auto-afirmação da masculinidade e possibilidade de demonstrar amadurecimento e experiência sexual (Kinsman *et al*, 1998; Wenner-Wilson, 1998; Mott *et al*, 1996; Romer *et al*, 1994). Pela entrada precoce na vida sexual ativa, os rapazes corroboram e reproduzem o modelo de masculinidade hegemônica¹⁹ presente na sociedade contemporânea ocidental, legitimando, ideologicamente, a subordinação das mulheres aos homens (Connell & Messerschmidt, 2013).

(...) os garotos parecem sentir-se mais liberados a iniciar a vida sexual independente do casamento, ao passo que as garotas pressentem que tal prática está em desacordo com os desejos de seus pais e mães, respondendo, muito provavelmente, à lógica das relações de gênero (Borges, Latorre, Schor, 2007, p. 1592).

Dentro deste cenário, é possível refletir sobre as ideias de Bourdieu (2010) acerca da dominação masculina. De acordo com o autor não são só as mulheres que são vítimas, os homens sem se perceberem, também se tornam vítimas da própria dominação masculina, uma vez que são constantemente cobrados por seus pares para atestarem sua virilidade e coragem, muitas vezes provadas por meio de atos violentos.

¹⁹ Uma forma de normatizar, na medida em que exige dos homens que assumam um papel social de dominador. Poder, agressividade, virilidade, heterossexualidade compulsória, sexismo, isolamento, competitividade, angústia de performance são alguns valores atrelados ao termo.

Nesse processo, a “falha” pode significar ser taxado como covarde e excluído do mundo dos “homens de verdade”. A virilidade é construída diante dos outros homens, para outros homens e contra a feminilidade, por uma espécie de medo do feminino (Bourdieu, 2010).

Pensar estudos de gênero, que incluam as experiências dos homens, também influenciados pela perspectiva sociocultural possibilita a transformação do modelo hegemônico de masculinidade por outras masculinidades possíveis. (Lyra & Medrado, 2011; Gomes, 2011; Medrado & Lyra, 2008). Em geral, os estudos que adotam o conceito de gênero, ainda o fazem privilegiando somente as experiências das mulheres e reforçando mais uma vez o modelo binário masculino-feminino (Medrado & Lyra, 2008).

Butler reforça a crítica realizada por Foucault em seus estudos sobre a sexualidade. Para a autora, a heterossexualidade compulsória e o falocentrismo são regimes de poder e discursos exaustivamente adotados, como forma de controle dos corpos (Butler, 2010), de normatização da vida amorosa em sociedade, de naturalização do ser homem e ser mulher, de legitimação da relação heterossexual matrimonial como central e da homossexualidade como uma forma de perversão (Foucault, 1988).

Diante disso, é preciso ter em mente que os dualismos e binarismos têm como objetivo fim, justificar e reproduzir, relações de dominação, opressão e exploração de gênero.

O novo campo de gênero é um dos exemplos possíveis que vêm destacar a existência crítico-reflexiva de novos atores/agentes que podem (e estão) re-significando o campo científico mais geral (Matos, 2008, p. 345).

Isto é, para além de pensar a categoria gênero em termos relacionais, na não-reificação ou estabelecimento de assimetrias baseadas nos marcadores de gênero, Butler (2010) nos convida a pensar na subversão da identidade do gênero. Certos discursos, regidos por regras, orientam a identidade inteligível e são parcialmente estruturadas em conformidade com matrizes de hierarquia do gênero e da heterossexualidade compulsória, operando por meio da repetição, que tanto se oculta quanto impõe suas regras (Butler, 2010).

Esses modelos estimulam atos de violência cotidiana e permeiam os diversos tipos de relacionamentos interpessoais vivenciados por esses adolescentes. Tais práticas encontram-se tão intrinsecamente imbricadas na socialização desses jovens que o limiar entre o que deve se considerar ou não violência é tênue.

No Brasil, apesar de a violência ocorrida nas relações afetivo-sexuais entre jovens estar ganhando maior visibilidade, especialmente nos últimos anos, ainda não há uma definição consensual para esse fenômeno.

As pesquisadoras brasileiras Nascimento e Cordeiro (2011) adotaram em seus estudos a definição usada por Almeida et al (2008) no qual a violência no namoro é entendida como um dado cultural e societário, com variações em suas formas de se manifestar, diante do contexto sociocultural em que ocorre e da diversidade e complexidade dos valores que assume, nos contextos particulares.

Em Portugal, a Associação Portuguesa de Apoio a Vítima (APAV), através do Manual, “Crianças e Jovens vítimas de violência: compreender, intervir e prevenir”, de 2011 conceituou violência no namoro como um evento no qual ocorrem *atos abusivos entre duas pessoas numa relação de proximidade e intimidade com o objetivo de uma delas se colocar numa posição de poder e dominação sobre a outra, de magoar e/ou controlar* (APAV, 2011, p. 85).

Na Espanha, Pazos Gómez et al definem violência no namoro como *todo ataque intencional de tipo sexual, físico ou psíquico, cometido por um dos pares contra o outro numa relação composta por jovens ou adolescentes* (2014, p. 149, Tradução nossa)²⁰.

Já nos Estados Unidos, alguns autores têm definido a violência no namoro adolescente como um problema de saúde pública que está associado com desenvolvimento de comportamentos de risco por parte dos adolescentes, tais como uso de álcool e substâncias proibidas, desordem alimentar, relações sexuais inseguras, gravidez, injúria, depressão, ideais suicidas, baixo rendimento escolar, e morte (Ball, 2015; Niolon et al., 2015; Miller et al., 2015).

A presença de pelos menos uma forma de violência no relacionamento amoroso dos jovens brasileiros é considerada comum e corriqueira. Oliveira et al. (2011) compreendem esse fenômeno como um tipo de

“(…)violência cultural²¹ entendido como algo naturalizado e internalizado no dia a dia de uma sociedade (Oliveira et al, 2011, p.134). (...)Toda cultura tende a adotar como certos alguns comportamentos e práticas e rechaçar outros. A violência cultural se apresenta inicialmente sob forma de discriminações e preconceitos que se transformam em verdadeiros mitos (Oliveira et al, 2011, p. 135).”

De acordo com o editorial “*Intervention stop reventand reduce teen dating violence*”, quando comparado os dados entre aqueles que sofreram violência no namoro e os que nunca foram vitimados, as mulheres que tiveram essa experiência informaram terem aumentado o

²⁰ “[...] todo ataque intencional de tipo sexual, físico o psíquico, de um miembro de lapareja contra el outro en una relación de pareja integrada por jóvenes o adolescentes.” (Pazos Gómez et al. 2014, p. 149).

²¹ A incidência desse tipo de violência é apontada por estudos como o de González Méndez & Santana Hernández (2001), Aldrighi (2004), Caridade & Machado (2006) e Minayo, Assis e Njaine (2011).

consumo de bebida alcoólica e episódios de depressão cinco anos depois, já os homens informaram terem desenvolvido comportamento anti-social e iniciado o uso de maconha (Leviton, Herrera, Miller, 2015).

González Méndez e Santana Hernández (2001) enfatizam que nem sempre a violência se apresenta no primeiro contato, por vezes leva tempo até que ela se manifeste. Porém, alguns indícios podem ser observados como forma de alerta para a prevenção da violência nas relações afetivo-sexuais entre jovens e assim contribuir, para um maior conhecimento sobre o que seria considerada uma situação de violência. Entre os indícios se *destacam, o controle e isolamento, a agressividade verbal, a falta de reconhecimento dos próprios erros, as diversas formas de humilhação e depreciação da parceira* (González Méndez e Santana Hernández, 2001, p. 127).

Apesar disso, Caridade & Machado (2013) nos alertam para o fato de que nem sempre os jovens atribuem um abuso sofrido ou praticado como um ato de violência na relação afetiva. Para eles, tudo irá depender da intencionalidade do agressor no momento do ato abusivo praticado, do contexto da agressão ou ainda do impacto causado.

Há, portanto, uma desresponsabilização do comportamento agressivo quando este for atribuído à impulsividade e/ou descontrole do agressor, quando este manifestar arrependimento, quando o abuso não ocorrer em público e quando não decorrer consequências físicas graves (Caridade & Machado, 2013).

A agressividade dentro no namoro juvenil ora é justificada como fruto de uma revolta, ora como um misto de confusão e amor. Navarro (2004) acrescenta, que os jovens em busca da defesa do que entendem por “amor romântico”, acreditam que o amor verdadeiro ultrapassa o limite da razão, onde todos os atos são desculpados e feitos em nome do “amor”.

O ‘amor romântico’, enquanto um modelo sociocultural surge no século XVII e é descrito como um encontro de almas, uma livre escolha dos parceiros baseada no amor, no desejo sexual, com vistas ao casamento, auto-realização e maternidade, inspirado e reforçado pela ideia de ‘amor verdadeiro’ e eterno (Giddens, 1993).

Todavia, as práticas amorosas vêm se transformando ao longo da história e um conjunto de influências socioculturais (séculos XVIII e XIX) afetou as relações, tais como: a criação do lar, a ‘invenção da maternidade’, a ideia de ‘mulher respeitável’, separação entre lar e trabalho, redução do número de filhos, o entendimento da criança enquanto um ser vulnerável, afetando inclusive o próprio poder patriarcal exercido dentro do espaço do lar (Giddens, 1993).

A partir do processo de emancipação e autonomia sexual feminina, na segunda metade do século XX, o próprio ideal de amor romântico perde espaço para outras modelagens como a conhecida por ‘amor confluyente’ (Giddens, 1993).

O ‘amor confluyente’ é um amor ativo focado no ‘relacionamento’ especial e puro colidindo diretamente com os ideais de ‘pessoa especial’, ‘alma gêmea’, ‘para sempre’ e ‘único’ do amor romântico (Giddens, 1993).

A partir dos anos 2000, o ‘boom’ tecnológico traz novas formas de socialização, agora mediados pela internet e mídias digitais. Os relacionamentos se tornam mais fluídos e os laços cada vez mais fracos, declarar amor a alguém é visto como um ‘decreto de aprisionamento’, as relações afetivas íntimas passam a ser vivenciadas de forma instantânea e disponível, como uma busca incessante e abundante por ‘experiências’ amorosas, esse modelo de amor é chamado por Bauman (2004) como ‘amor líquido’.

No ‘amor líquido’ as relações se dão por conveniência, impulso e devem ser consumidas instantaneamente, de maneira descartável. A relação de mantêm o tempo necessário enquanto ambas as partes tiram algum proveito dela, seja por prazer, seja por satisfação (Bauman, 2004).

Dentro deste contexto relacional mais íntimo, há disputas entre esses distintos modelos de amor, sendo muitos abusos justificados em nome de um “mito do amor”. Dentre tais práticas abusivas estão: a chantagem, a manipulação, as ameaças, a força física, a imposição da ingestão de álcool e drogas, agressões, perseguições, dentre outros, que são produzidos e reproduzidos pela via de um poder simbólico²², no qual mecanismos sutis de dominação e exclusão são utilizados com o propósito de obter o controle de um sobre o outro (Bourdieu, 2010; Vasconcellos, 2002).

A violência simbólica se efetiva aquém da consciência e da vontade e confere seu “poder hipnótico” a todas as suas manifestações. *O poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhes estão sujeitos ou mesmo que o exercem* (Bourdieu, 2010a, p. 7-8), é um poder que se exerce sobre os corpos, sem qualquer coação física (Bourdieu, 2010).

Ainda sobre essa violência simbólica nos relacionamentos afetivos-sexuais, recentemente, diversos estudos (Borrajo & Gámez-Guadix, 2015; Borrajo et al, 2015; Yahner

²² Quando os modelos hegemônicos de gênero são padronizados para pensarmos o ‘ser homem’ em oposição ao ‘ser mulher’, a violência simbólica pode ser instaurada. Isso ocorre principalmente quando se associam mecanicamente certas características consideradas como femininas às mulheres e, em contrapartida, as vistas como tipicamente masculinas aos homens. Essa associação, em que se exclui a possibilidade de essas características se intercambiarem entre o ‘ser homem’ e o ‘ser mulher’, pode configurar uma faceta da violência simbólica. (Gomes, 2011, p. 145).

et al, 2015; Dick et al, 2014; Zweig et al, 2014, Zweig et al, 2013) têm destacado como o uso da tecnologia pode facilitar e proporcionar situações de abuso entre os adolescentes nos relacionamentos íntimos, incluindo desde o monitoramento e controle das atividades do parceiro(a), até degradações e humilhações públicas por meio virtual, gerando grande sofrimento psíquico à vítima.

Sobre a categoria humilhação e difamação, Petrosillo nos alerta que há entre os próprios jovens, e em especial entre as próprias meninas, uma reprodução e promoção à desigualdade de gênero, caracterizada por meio de regulamentos morais diferenciados à exposição dos corpos e ostentação da intimidade feminina e masculina.

O custo social para as jovens que possuem uma lista de relacionamentos mais extensa é o de serem estigmatizadas como inaptas para compromissos sérios, em razão de não se “reservarem”. Visto que isso pode difamar a imagem dos rapazes como agentes dominantes, caso envolvam-se com garotas que são categorizadas como as que “ficam com qualquer um” (...) (Petrosillo, sem ano, p. 4).

A presença constante de regulamentos morais constrói práticas de subordinação das garotas frente aos rapazes e a outras jovens, submetendo as meninas a categorias de humilhação e acusação, que as classificam como “putas” ou “santas”, e reproduzem uma desigualdade simbólica dos lugares ocupados entre as próprias meninas e entre elas e os rapazes (Petrosillo, sem ano).

Nos últimos anos, a comunicação e informação tecnológica, facilitada pelo uso de aparelhos celulares e internet, tem sido um importante fator a ser observado nos relacionamentos adolescentes, representando um potencial risco de conflito e agressão. Neste contexto, o abuso *online* no namoro, é um problema emergente e importante, especialmente para a saúde mental de suas vítimas (Borrajo et al, 2015).

3.2.2. Práticas de violência digital nas relações afetivo-sexuais adolescentes

Com a gênese e disseminação do uso da internet várias alterações no processo de sociabilidade juvenil puderam ser identificadas, mediadas por uma cultura tecnológica da comunicação, as relações sociais são radicalmente afetadas pelo processo de virtualização das relações, permitindo o desenvolvimento de novos espaços de interação interpessoal e de relacionamentos afetivo-sexuais.

Através dos *sites* de relacionamentos (*Facebook*) e grupos (*Whats App*) pode-se investir em uma rede de relacionamentos, de natureza bastante distinta, incluindo desde a busca por novas amigas, como também, a procura por relações afetivo-sexuais com

distintos graus de compromisso ou intencionalidade, bem como a comunicação diária entre pares.

A sociabilidade digital atrai de forma particular aos adolescentes, que no processo de construção de um *ethos* de grupo e pertença em tornos de interesses comuns, independentes de fronteiras ou demarcações territoriais fixas. Essa facilidade e ubiquidade que a cibercultura proporciona, estimula de forma especial os jovens que veem, com naturalidade, a prática da hiperexposição de sua imagem, incorporando o uso da internet no seu dia-a-dia.

Essas relações sociais virtuais pautam-se numa “hipervisibilidade” da vida pessoal nas redes sociais, tais como “*Instagram*”, “*Facebook*” e “*Twitter*”, publicizando cotidianamente nestes meios digitais, questões privadas, relativas à intimidade. Para os adolescentes da contemporaneidade, ficar alheio ao que ocorre nas redes sociais virtuais é sinônimo de exclusão, um comportamento visto como antissocial.

Todavia, essa hipervisibilidade os colocam sob grande vulnerabilidade à violência digital, já que postagens e conteúdos íntimos postados na internet podem ser replicados e salvos por terceiros, sendo quase impossível deletar de vez algo que um dia foi exposto no meio virtual.

A expansão do uso da internet possibilitou novas formas de relacionamentos interpessoais, mas também, se apresentou como um terreno fértil ao desenvolvimento de novas práticas de violência nas relações afetivo-sexuais, o chamado abuso *online* (Borrajo, Gámez-Guadix, Calvete, 2015); (Borrajo, Gámez-Guadix, Calvete, 2015a); (Yahner J, Dank M, Zweig JM, Lachman P, 2015); (Dick *et al*, 2014); (Zweig JM, Lachman P, Yahner J, Dank M, 2014); (Zweig JM, Dank M, Yahner J, Lachman P, 2013).

Numa época de relações de hiperexposição *online*, o cyber abuso constitui um dano à identidade, à autoestima, à integridade, à privacidade e à imagem pública de quem sofre, deixando marcas psíquicas imensuráveis. De acordo com esses autores (Borrajo, Gámez-Guadix, Calvete, 2015); (Borrajo, Gámez-Guadix, Calvete, 2015a); (Yahner J, Dank M, Zweig JM, Lachman P, 2015); (Dick *et al*, 2014); (Zweig JM, Lachman P, Yahner J, Dank M, 2014); (Zweig JM, Dank M, Yahner J, Lachman P, 2013), essa nova modalidade de violência inclui ameaças, insultos, humilhação, isolamento, controle, características comuns e similares às violências ocorridas fora (*offline*) do ambiente digital (*online*). Mas, com uma potencialidade ainda maior de propagação, tendo em vista a natureza de compartilhamento da internet.

Uma vez disponibilizado o acesso a uma informação, foto, vídeo via internet, fica quase impossível retirá-la do meio digital, a sua divulgação via *internet* é muito rápida, e com

a facilidade de acesso aos meios tecnológicos digitais, como *tablets*, computadores, celulares, fica cada dia que passa muito mais difícil conter a sua disseminação.

O abuso digital no namoro é considerado um tipo de abuso psicológico e emocional, devido ao potencial risco do perpetrador conseguir degradar e humilhar publicamente sua vítima (Zweig JM, Lachman P, Yahner J, Dank M, 2014), seja distribuindo publicamente fotos da vítima nua ou seminua com o propósito de humilhar o (a) parceiro (a) (Dick *et al*, 2014; Borrajo, Gámez-Guadix, Calvete, 2015), seja enviando comentários rudes e humilhantes por e-mail ou mensagens eletrônicas (Borrajo, Gámez-Guadix, Calvete, 2015), ou ainda fotografias e vídeos feitos voluntariamente quando estavam juntos (*Sexting*) sendo publicizados contra a vontade ou conhecimento do outro no término da relação (*Revenge Porn*) (Walrave *et al*, 2015).

Dentre as práticas de abuso *online*, estão o *sexting* não consentido, a sextorsão e o *revenge porn*. Esse tipo de abuso envolve desde práticas de disseminação de fotos, vídeos, mensagens íntimas sem o consentimento prévio, com intuito de humilhar, difamar a pessoa, bem como inclui as formas de controle das postagens e comunicações feitas (Borrajo, Gámez-Guadix, Calvete, 2015a; Yahner, Dank, Zweig, Lachman, 2015; Jackson, Randell, Miller, 2015; Wolford-Clevenger *et al*, 2016; Lucero, Weisz, Smith-Darden, Lucero, 2014).

O recente avanço tecnológico contribuiu não só para o encurtamento do tempo-espaco, como também para expansão das relações interpessoais através da internet e do uso de aplicativos “espiões”, *sites* de relacionamento e plataformas, como *Casal Tracker*, *Spy Super Espião*, *Spy Camera*, *Spy Secret Video Camera*, *Rastreador de Celular Detetive*, *Rastreador de namorado(a)*, *Snapchat*, *Instagram*, *Facebook*, *WhatsApp*, dentre outros, como forma de vigilância/ controle e monitoramento do parceiro(a) íntimo.

Esse controle/monitoramento pode ser realizado de diversas formas e por vezes se confunde sob o viés do cuidado e da prova de amor (Borrajo, Gámez-Guadix, Calvete, Pereda, 2015; Borrajo, Gámez-Guadix, Calvete, 2015a; 2015b). As práticas abusivas vão desde o controle de senhas do celular, e-mail e redes sociais até por meio de aplicativos de rastreamento por GPS de localização, ligações, câmera do celular, mensagens trocadas pelo SMS, espionagem das mensagens publicadas e recebidas pelo “*WhatsApp*” ou “*Facebook*”, por exemplo. Controle da rede de amigos e relacionamentos do parceiro, por vezes, estimulando o rompimento de alguns laços afetivos de amizade.

A prática do *sexting* em si, não pode ser designado como uma violência, já que consiste no envio voluntário de mensagens de texto, fotografias e vídeos de conotação sexual, com nu ou semi-nu, para um determinado sujeito ou para uma multidão (Barros, Ribeiro,

Quadrado, 2014; Wanzinack & Scremin, 2014), todavia sua postagem não consentida constitui uma das formas de abuso *online* nos relacionamentos afetivos-sexuais adolescentes.

A *sextorsão* se refere à ameaça de expor fotos e vídeos íntimos de alguém, caso essa pessoa não aceite pagar um valor exigido (extorsão). Mas, por ser um fenômeno ainda pouco estudado, especialmente no Brasil, há poucos dados a respeito (SaferNet Brasil, 2019).

Já a prática de *revenge porn* (pornografia de vingança) ocorre de forma mais contundente na fase de término dos relacionamentos afetivo-sexuais, quando um dos ex-parceiros ou ambos, compartilham na internet, fotos e vídeos íntimos criados durante a vigência do relacionamento afetivo-sexual, sem o consentimento de um dos envolvidos com o intuito de difamar, humilhar, chantagear e/ou se vingar (Freitas, 2015).

A forma de disseminação pela internet desses conteúdos torna muito difícil identificar sua autoria, responsabilizar os culpados, assim como impedir que o material exposto continue sendo reproduzido em outros meios digitais, acessado em todo o planeta, mesmo que já tenham se passado meses ou anos.

Apesar de não aparentar, o abuso *online* ocorrido nas relações afetivo-sexuais juvenis, possui alta prevalência e severas consequências à saúde de quem as sofre, que pode acarretar sérios problemas psíquicos às suas vítimas, incluindo isolamento, depressão, ansiedade, tentativa ou efetivação de suicídio, estresse pós-traumático, baixo rendimento escolar, uso de drogas, dentre outros (Borrajo, Gámez-Guadix, Calvete, 2015a, Freitas, 2015; Zweig, Lachman, Yahner, Dank, 2014; Jackson, Randell, Miller, 2015; Wolford-Clevenger et al, 2016).

4. RESULTADOS

4.1. ABUSO DIGITAL NOS RELACIONAMENTOS AFETIVO-SEXUAIS: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA²³

Introdução

A sociabilidade contemporânea foi radicalmente transformada a partir da virtualização das relações, mediadas por cibertecnologias de comunicação, permitindo novos espaços de trocas comerciais, informacionais, estéticas, sexuais, afetivo-amorosas e de ativismo político¹.

As relações sociais realizadas a partir da interconexão mundial de computadores (rede ou ciberespaço) definem uma cultura peculiar. Definida por Lévy², a cibercultura seria o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço. Como qualquer processo tecnocientífico, as sucessivas transformações incorporadas acabam por produzir saltos qualitativos nos modos de operar e reproduzir as tecnologias.

A popularização da Internet, iniciada em 1980, ganhou expansão inigualável a partir dos anos 2000. Tal fase, denominada “web 3.0”, trata das plataformas voltadas às redes sociais, suportada por uma nova categoria de aparelhos (smartphones, tablets) permitindo conexões mais velozes, remotas por acesso sem fio (wi-fi e wi-max), por redes caseiras, por tecnologias bluetooth e autoatualizáveis^{3,4}. Além de permitirem conexão instantânea, também possibilitaram aos sujeitos mobilidade, fazendo com que qualquer pessoa tenha a liberdade de se expressar, produzir, distribuir e compartilhar informações, fotos, vídeos, mensagens de texto, a qualquer hora, em qualquer lugar.

Na cibercultura, a ubiquidade da informação, os documentos interativos interconectados, as telecomunicações recíprocas e assíncronas em grupos e intergrupais fazem do ciberespaço vetor de um universo aberto². Todavia, da mesma forma que permite a “livre-expressão” de ideias e modos de viver, que viabiliza associativismos de toda ordem, que democratiza o acesso à informação, o desenvolvimento de tecnologias capazes de rastrear informações, atitudes e gostos pessoais constitui uma oportunidade ímpar para a oferta insistente de mercadorias por diversas empresas, e tal função seria o sustentáculo desta cultura, instituindo uma espécie de “panóptico de mercado” sem igual⁵.

²³ Artigo publicado em cumprimento ao proposto no Objetivo 1 deste estudo. O artigo original foi publicado e pode ser acessado na página dos Cadernos de Saúde Pública, 2017, 33(7): e00138516.

Os críticos da cibercultura irão pontuar também que a cultura digital com base em suas lógicas e gramáticas próprias, convida seus partícipes à (hiper) exposição de identidades e espetacularização das intimidades, com consequências inerentes à imagem pessoal e à privacidade ^{3,6}. Nesse contexto, no dia a dia, os sujeitos acabam naturalizando a prática de postar para uma multidão de espectadores todo tipo de informação, como acidentes, manifestações, passeios realizados, amores correspondidos ou não, relações afetivo-sexuais iniciadas e desfeitas, fotos e vídeos íntimos. Assim, seria possível associar a cibercultura ao conceito de “sociedade do espetáculo”, cunhado por Debord ⁷.

Todavia, não se trata mais da apropriação do real por meio da representação do mundo via uso de mídias de massa. Na cibercultura, a simulação é tomada como via de apropriação do real (realidade virtual). Passamos de meros observadores maravilhados com a obra (sociedade do espetáculo) aos agentes dentro da obra, como navegadores, exploradores e atores (sociedade da simulação) ⁴. As comunidades virtuais eletrônicas permitem agregações em tornos de interesses comuns, independentes de fronteiras ou demarcações territoriais fixas, instituindo um território simbólico de pertencimento e partilha ⁸.

As relações sociais virtuais estão pautadas numa “hipervisibilidade” da vida pessoal nas mídias, publicizando nos meios digitais questões particulares, de foro íntimo, especialmente os relativos à sexualidade e ao corpo ⁵. Se estar fora das redes sociais virtuais é sinônimo de exclusão e visto como um comportamento antissocial, ser um partícipe das mesmas redes não significa a expansão de laços reais de solidariedade ou de convivência face a face. “...paradoxalmente, a experiência de vivermos globalmente conectados parece que não está nos transformando em pessoas mais ‘sociais’.

Existem poucas evidências que redes como Facebook, Skype, Instagram ou Twitter estão nos tornando sujeitos mais compassivos ou tolerantes; pelo contrário, é comum o uso desses espaços para práticas desrespeitosas, violentas ou discriminatórias a determinados grupos sociais, mostrando que os discursos que alimentam os preconceitos não são estáticos, mas se atualizam e se reproduzem com a mesma velocidade com que incorporamos as tecnologias em nossas práticas cotidianas” ⁶ (p. 198).

As interações digitais também passam a constituir espaços de práticas de discriminação e violência, especialmente entre pessoas próximas, como pares e parceiros íntimos. As violências ocorridas nos relacionamentos afetivo-sexuais adolescentes começaram a ganhar maior destaque no meio científico nos Estados Unidos e Europa no fim dos anos 1990, sendo reconhecidas como um problema com severas repercussões à vida e à saúde daqueles que as vivenciam ^{9,10,11,12,13}. Estudos recentes indicam que entre 20% e 50% dos

adolescentes norte-americanos já experimentaram uma situação de violência durante as relações íntimas ¹⁴, atraindo a atenção da comunidade científica para o abuso digital nos relacionamentos afetivo-sexuais. Esses envolvem desde ameaças e insultos em mídias sociais digitais até mesmo a disseminação de fotos, vídeos, mensagens íntimas sem o consentimento prévio, com o intuito de humilhar, difamar a pessoa, bem como inclui as formas de controle das postagens e comunicações feitas ^{15,16,17}.

Concordamos com distintos autores, como Dick et al. ¹⁸, Lucero et al. ¹⁹, Zweig et al. ²⁰ e Schnurr et al. ²¹ que entendem que o abuso digital nas relações afetivo-sexuais é uma nova expressão da violência entre parceiros íntimos e não meramente uma forma de cyberbullying. Não é negar, entretanto, como demonstram alguns estudos, a existência de uma inter-relação entre esses fenômenos, isto é, quem já sofreu bullying/cyberbullying teria mais chances de também sofrer abuso digital nos relacionamentos afetivo-sexuais²². O cyberbullying é uma forma de bullying que está circunscrito às relações entre pares ^{23,24} e também constitui um fenômeno recente, cujos estudos e primeiras publicações datam de aproximadamente meia década atrás, sobretudo na Europa e Estados Unidos ^{25,26,27,28}. Consequentemente sua definição não é consensual nem mesmo entre os diversos autores que buscam definir esse fenômeno ^{24,29,30}. O abuso digital nos relacionamentos afetivo-sexuais, apesar de também usar as mídias digitais como meios de veiculação, não se limita ao âmbito dos pares (há namorados com grande diferença etária, por exemplo), além de também se apresentar nos relacionamentos entre parceiros(as) adultos(as) (fato este que raramente ocorre no cyberbullying).

A audiência (exposição para testemunhas) tem papel importante nas dinâmicas de poder e humilhação na prática do cyberbullying, o que não ocorre necessariamente no abuso digital nos relacionamentos afetivo-sexuais. Essa forma de abuso digital é estabelecida especificamente entre parceiros ou ex-parceiros afetivo-sexuais (o que não é aplicado ao bullying) – o que implica relações de intimidade e de confiança de outra ordem que aquela entre pares/ colegas. Como destacam Zweig et al.²⁰, a capacidade de compartilhar facilmente informações privadas e da intimidade sexual sobre o(a) parceiro(a) pode intensificar uma experiência qualitativamente diferente para quem a vivencia.

A forma como os conteúdos relativos ao abuso digital nos relacionamentos afetivo-sexuais são disseminados pela Internet torna muito difícil identificar sua autoria, responsabilizar seus perpetradores, assim como impedir que o material exposto continue sendo reproduzido em outros meios digitais, acessado em todo o planeta, mesmo que já tenha

passado meses ou anos. Como já reportado pelos estudos da área, os adolescentes são extremamente vulneráveis a essas modalidades de violência.

A sociabilidade digital atrai de forma particular os adolescentes, que no processo de construção da identidade incorporam a Internet ao seu cotidiano e nela se expressam e se expõem³¹. As tecnologias digitais suscitam aos adolescentes a hiperexposição de sua imagem, de forma voluntária e sem crivos críticos ou protetivos. Assim, postagens com conteúdos íntimos podem ser replicadas sucessivamente para terceiros³².

Conhecer o estado da arte sobre o abuso digital nos relacionamentos afetivo-sexuais pode contribuir para uma maior compreensão deste fenômeno pouco conhecido, elencando subsídios para ações com vistas ao empoderamento especialmente dos jovens para uma reflexão crítica sobre a hipervisibilidade da intimidade nas relações digitais, assim como para a reflexão acerca das novas formas de violência entre parceiros, agora também mediadas pela Internet.

Este estudo objetiva compreender como a literatura científica sobre o abuso digital ocorrido nas relações afetivo-sexuais tem conceituado o fenômeno, quais designações lhe atribuem, quais implicações para a saúde são descritas e quais tecnologias sociais de intervenção são sugeridas.

Metodologia

O presente artigo constitui uma revisão bibliográfica integrativa. Essa forma de revisão sistemática que prevê a inclusão de estudos realizados sob a condução de metodologias as mais diversas, tem por objetivo analisar o conhecimento já construído em pesquisas anteriores sobre um determinado tema, permitindo a geração de novos conhecimentos³³.

Assim, a revisão integrativa apresenta o estado da arte sobre um tema e contribui para o desenvolvimento de novas teorias³⁴. Adotamos as seis fases descritas por Botelho et al.¹². Inicialmente elaborou-se a questão de investigação, que orientou o levantamento de artigos científicos e a caracterização das fontes estudadas.

As questões investigativas deste estudo foram: “Quais conceitos e denominações são atribuídos ao abuso digital nos relacionamentos afetivo-sexuais?”; “Como o abuso digital nos relacionamentos afetivo-sexuais é caracterizado (tipos, vivências e consequências)?”; “Quais as implicações para a saúde dos envolvidos são citadas?” e; “Quais os tipos de tecnologias sociais são sugeridos como prática de intervenção?”.

A segunda fase envolveu a definição dos critérios de inclusão dos textos: estar nas bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), MEDLINE, PubMed e Periódicos Capes; qualquer ano de publicação (até 2016 inclusive); qualquer nacionalidade; qualquer idioma; e estar disponível para impressão. Os descritores utilizados foram: Cyber Dating Abuse (CDA); Cyber Dating Abuse (AND) Revenge Porn (CDARP); Cyber Dating Abuse (AND) Sexting (CDAS); Cyber Dating Aggression (CDAgg); Teen Dating (AND) Cyber Abuse (TDCA).

Foram desconsiderados todos os artigos que não se enquadravam nos objetivos do referido estudo. Durante a terceira fase foi realizada a leitura criteriosa dos títulos, resumo e palavras-chave de todas as publicações selecionadas. Após a leitura de cada publicação e eliminação dos textos duplicados, foram selecionados ³⁵ artigos (Tabela 1).

Tabela 1

Caracterização dos artigos segundo bases de dados, chave de busca e quantidade de identificados, excluídos e escolhidos.

Base de dados	Identificados com duplicidade					Excluídos *				
	CDA	CDARP	CDAS	CDAgg	TDCA	CDA	CDARP	CDAS	CDAgg	TDCA
Periódicos Capes	186	16	59	61	153	177	10	24	57	108
BVS	20	0	2	8	3	2	0	0	1	0
MEDLINE	23	0	2	10	14	4	0	0	3	2
PubMed	19	0	2	12	12	3	0	0	3	2

Escolhidos			
Contidos em uma base de dados	Contidos em duas bases de dados	Contidos em três bases de dados	Contidos em todas as bases de dados
19	2	1	13

BVS: Biblioteca Virtual em Saúde; CDA: *Cyber Dating Abuse*; CDAgg: *Cyber Dating Aggression*; CDARP: *Cyber Dating Abuse (AND) Revenge Porn*; CDAS: *Cyber Dating Abuse (AND) Sexting*; TDCA: *Teen Dating (AND) Cyber Abuse*.

* Foram excluídos todos os artigos que não traziam a discussão sobre *cyber dating abuse* e/ou *teen dating & cyber abuse*, artigos duplicados e os que foram publicados em 2017.

Na quarta fase foi elaborada a matriz de síntese dos estudos selecionados com base nas variáveis: fonte/ano, referência, país de origem, palavras-chave e base de dados, e fonte, objetivo e metodologia do estudo.

Ao longo da quinta fase, os artigos foram classificados segundo as categorias definidas: conceituação/denominações, caracterização e tecnologias sociais de intervenção.

Na sexta fase realizou-se a síntese de todo o conhecimento conforme a categorização descrita.

Resultados e discussão

Caracterização do acervo

Como é possível observar nos Tabelas 2 e 3, os estudos sobre abuso digital nos relacionamentos afetivo-sexuais além de serem muito recentes (o mais antigo data de 2010), em sua maioria foram realizados por instituições norte-americanas (22), seguidos das espanholas (6), belgas (4), britânica (1), italiana (1) e da República Tcheca (1). Soma-se a isso o fato de 13 das 35 publicações serem resultados de pesquisas de quatro grupos ^{18, 20,35,36,37,38,39,40,41,42,43,44,45}, demonstrando que o tema ainda está ganhando espaço no meio acadêmico científico e que basicamente são os mesmos pesquisadores que se dedicam ao estudo deste novo fenômeno social.

A maior parte das publicações optou pela realização de estudos transversais (12), seguidos daqueles que optaram pela revisão da literatura (5) e survey (5), pelo estudo longitudinal (3), pelo modelo de caso-controle (2), pelo estudo quantitativo (2), ensaio (1), análise de banco de dados quantitativo e qualitativo (1) e somente quatro artigos adotaram exclusivamente a metodologia qualitativa.

Cabe ressaltar ainda que delimitamos, intencionalmente, o fenômeno do abuso digital nos relacionamentos afetivo-sexuais na busca bibliográfica, excluindo as formas usuais de cyberbullying, objetivando a delimitação desta nova expressão da violência entre parceiros íntimos.

Diante disso, é possível verificar na Tabela 4 a polifonia de termos no trato científico do fenômeno, no qual o abuso digital nos relacionamentos afetivo-sexuais é também definido como: cyber dating violence/abuse (o mais frequente); on-line dating abuse; cyber aggression; cyberacoso/cyber perseguição; intimate partner cyber harassment; technology based abuse; electronic dating aggression/cyber-stalking; technology and dating conflict; technology assisted adolescent dating violence and abuse (TAADVA); digital forms of dating abuse; socially interactive technologies (SITs) abuse/violence; partner cyber abuse, evidenciando que o fenômeno ainda não foi suficientemente reconhecido e explorado pelo campo científico, e seus contornos ainda estão sendo demarcados pelos estudiosos.

Por ser um fenômeno que ainda não está suficientemente definido na literatura científica, como é possível verificar na Tabela 4, o abuso digital nos relacionamentos afetivo-sexuais – com base na síntese da literatura levantada – pode ser caracterizado como: uma nova expressão da violência entre parceiros íntimo; um fenômeno emergente, com características específicas e elementos diferenciados da violência ocorrida no namoro face a face e no cyberbullying, perpetrado por meio do uso da Internet e de tecnologias digitais que

não têm barreiras geográficas ou temporais para sua expressão, com a intenção de causar danos ao(à) parceiro(a), e com importantes consequências à saúde mental de suas vítimas.

Ainda tomando por base a Tabela 4, dentre os tipos de abusos digitais identificados estão: (1) a agressão direta e controle; (2) a associação com outros tipos tradicionais de violência entre parceiros íntimo; e (3) a interação das formas de abusos digitais nos relacionamentos afetivo-sexuais com o sexting. A agressão direta está relacionada a comportamentos deliberados por meio do uso de tecnologias que permitem acesso às mídias sociais, com a intenção de causar danos ao parceiro, seja com ameaças, insultos, disseminação de informações privadas, incluindo fotos e vídeos pessoais e roubo de identidade realizada por meio da criação de perfil falso do parceiro atual ou ex-parceiro em rede social, e o controle/monitoramento à vigilância ou invasão de privacidade do parceiro atual ou ex-parceiro a fim de rastrear a última conexão, ou usar a senha pessoal do parceiro sem o seu consentimento para verificar seu e-mail, mensagens, contatos telefônicos, rede social ou até mesmo para monitorar a sua localização por sistema de posicionamento global (GPS), por meio de insistentes contatos telefônicos, ou ainda postando fotos e vídeos com o propósito de humilhar e embaraçar o parceiro ou ex-parceiro ^{19,22,35,36,37,41,42,43,46,47,48,49,50,51,52,53,54,55,56}.

Em um estudo realizado por Borrajo et al. ³⁶, no que diz respeito às dinâmicas de disseminação, verifica-se que mais de 50% dos casos relatados de abusos digitais ocorridos nos relacionamentos afetivo-sexuais foram praticados via serviço de mensagem ou aplicativos de mensagens, como WhatsApp, 40% via rede de relacionamento social, como Facebook, e cerca de 7% via e-mail. Tal distribuição revela também a predileção dos jovens por determinadas mídias sociais ⁵.

Sobre o abuso digital e a associação com outros tipos tradicionais de violência perpetrada por parceiro íntimo (“off-line violence”), os achados científicos sugerem que aqueles que são vítimas de violência no namoro em um contexto face a face têm maior propensão de serem também vitimados pelos parceiros no ambiente digital ^{37,40,42,43,44,47,48,49,52,54,55,56,57,58,59,60,61,62}.

Contudo, não há consenso entre quais formas de violência no namoro presencial são mais determinantes para a ocorrência do abuso digital no relacionamento afetivo-sexual. Observou-se que os autores entendem por “formas tradicionais de violência no namoro” aqueles relacionamentos face a face que envolvem uma variedade de comportamentos violentos e coercitivos, que incluem o abuso verbal, físico, psicológico, sexual, assédio e, até mesmo, perseguição no contexto do namoro passado ou presente ^{37,40,42,43,44,47,48,49,52,54,55,56,57,58,59,60,61,62}.

Tabela 2

Caracterização das fontes segundo país de origem, palavras-chave e base de dados, 2010-2016.

Fonte/Ano	País de origem	Palavras-chave	Base de dados
Borrajo et al. ³⁵ /2015	Espanha	CDA CDAS CDAgg TDCA	BVS/MEDLINE/PubMed Periódicos Capes BVS/MEDLINE/PubMed Periódicos Capes
Borrajo et al. ³⁶ /2015	Espanha	CDA CDAS CDAgg TDCA	BVS/MEDLINE/PubMed Periódicos Capes BVS/MEDLINE/PubMed MEDLINE/PubMed/Periódicos Capes
Borrajo et al. ³⁷ /2015	Espanha	CDAS	Periódicos Capes
Dank et al. ³⁸ /2014	Estados Unidos	CDA CDAgg TDCA	BVS/MEDLINE/PubMed/Periódicos Capes PubMed MEDLINE/PubMed/Periódicos Capes
Dick et al. ¹⁸ /2014	Estados Unidos	CDA CDAS TDCA	BVS/MEDLINE/PubMed Periódicos Capes MEDLINE/PubMed/Periódicos Capes
Durán & Martínez-Pecino ²² /2015	Espanha	CDA	Periódicos Capes
Foshee et al. ⁵⁷ /2015	Estados Unidos	CDA TDCA	BVS/MEDLINE/PubMed MEDLINE/PubMed/Periódicos Capes
Jackson et al. ⁴⁶ /2015	Estados Unidos	TDCA	Periódicos Capes
Sánchez et al. ⁵⁸ /2015	Espanha	CDAS TDCA	Periódicos Capes Periódicos Capes
Johnson et al. ⁶⁷ /2015	Estados Unidos	TDCA	Periódicos Capes
Lucero et al. ¹⁹ /2014	Estados Unidos	CDA CDAS CDAgg TDCA	Periódicos Capes Periódicos Capes Periódicos Capes Periódicos Capes
Marganski & Fauth ⁶³ /2013	Estados Unidos	CDAgg	Periódicos Capes
Marganski & Melander ⁴⁷ /2015	Estados Unidos	CDA CDAgg	BVS/MEDLINE/PubMed/Periódicos Capes BVS/MEDLINE/PubMed
Martínez-Pecino & Dúran ⁴⁸ /2016	Espanha	CDAgg	BVS/MEDLINE/PubMed
McDonald & Merrick ⁵⁹ /2013	Estados Unidos	TDCA	Periódicos Capes
Melander ⁴⁹ /2010	Estados Unidos	CDAgg	MEDLINE/PubMed
Miller & McCauley ⁵⁰ /2013	Estados Unidos	CDA	BVS/Medline
Miller et al. ⁴¹ /2015	Estados Unidos	CDA CDAgg TDCA	BVS/MEDLINE/PubMed PubMed MEDLINE/PubMed
Morelli et al. ⁶⁴ /2016	Itália	CDARP TDCA	Periódicos Capes Periódicos Capes
Murray et al. ⁵¹ /2016	Estados Unidos	CDAS TDCA	Periódicos Capes Periódicos Capes
Patton et al. ⁶⁰ /2014	Estados Unidos	CDA CDAgg TDCA	Periódicos Capes Periódicos Capes Periódicos Capes
Reed et al. ⁵² /2016	Estados Unidos	CDA CDAS CDAgg TDCA	BVS/MEDLINE/PubMed Periódicos Capes/BVS/MEDLINE/PubMed BVS/MEDLINE/PubMed Periódicos Capes
Rueda et al. ⁵³ /2015	Estados Unidos	CDAS TDCA	Periódicos Capes Periódicos Capes

(continua)

Tabela 2 (continuação)

Fonte/Ano	País de origem	Palavras-chave	Base de dados
Stonard et al. ⁵⁴ /2014	Reino Unido	CDAS TDCA	Periódicos Capes Periódicos Capes
Taylor et al. ⁵⁵ /2015	Estados Unidos	TDCA	Periódicos Capes
Temple et al. ⁵⁶ /2016	Estados Unidos	CDA CDAS TDCA	BVS/MEDLINE/PubMed Periódicos Capes MEDLINE/PubMed
Van Ouytsel et al. ⁴² /2016	Bélgica	CDAS	Periódicos Capes
Van Ouytsel et al. ⁴³ /2016	Bélgica	CDAS TDCA	Periódicos Capes Periódicos Capes
Van Ouytsel et al. ⁴⁴ /2016	Bélgica	CDAS TDCA	Periódicos Capes Periódicos Capes
Walrave et al. ⁴⁵ /2015	Bélgica	CDAS CDARP TDCA	Periódicos Capes Periódicos Capes Periódicos Capes
Wolford-Clevenger et al. ⁶¹ /2016	Estados Unidos	CDA CDAgg TDCA	BVS/MEDLINE/PubMed BVS/MEDLINE/PubMed Periódicos Capes
Wright ⁶² /2015	República Tcheca	CDA CDAgg TDCA	Periódicos Capes Periódicos Capes Periódicos Capes
Yahner et al. ³⁹ /2015	Estados Unidos	CDA CDAgg TDCA	BVS/MEDLINE/PubMed/Periódicos Capes PubMed BVS/MEDLINE/PubMed/Periódicos Capes
Zweig et al. ⁴⁰ /2013	Estados Unidos	CDA CDAS CDAgg TDCA	BVS/MEDLINE/PubMed/Periódicos Capes Periódicos Capes PubMed BVS/PubMed/Periódicos Capes
Zweig et al. ²⁰ /2014	Estados Unidos	CDA CDAS TDCA	BVS/MEDLINE/PubMed/Periódicos Capes Periódicos Capes BVS/MEDLINE/PubMed/Periódicos Capes

BVS: Biblioteca Virtual em Saúde; CDA: *Cyber Dating Abuse*; CDAgg: *Cyber Dating Aggression*; CDARP: *Cyber Dating Abuse (AND) Revenge Porn*; CDAS: *Cyber Dating Abuse (AND) Sexting*; TDCA: *Teen Dating (AND) Cyber Abuse*.

Tendo em conta a facilidade e a imediatividade oferecidas pelas novas tecnologias online para a disseminação dos conteúdos abusivos, jovens chegam a experimentar até 23 incidentes diferentes de abuso digital nos relacionamentos afetivo-sexuais em um intervalo de apenas seis meses ³⁶ e se prevê o aumento potencial do risco de ocorrência do mesmo, dado a sua natureza indireta, a ausência de espaços geográficos-temporais e a frequente reciprocidade destes atos ^{19,35,36,37,39,41,45,54,55,56,61}.

Apesar da alta prevalência reconhecida pelos estudos, a literatura vem destacando que a prática do abuso digital nos relacionamentos afetivo-sexuais entre os adolescentes é muitas vezes naturalizada e confundida como “prova de amor” e cuidado, em que comportamentos abusivos de controle e intimidação são justificados por meio de uma visão romantizada do amor ^{35,36,37} ou podem ser justificados como “apenas uma brincadeira” ³⁶.

Em geral, os adolescentes não entendem as diversas formas de abuso emocional no meio virtual e o cyber controle como violência, mas sim como comportamentos “irritantes” praticados pelos parceiros ¹⁹.

Os estudos mostram ainda haver alta prevalência de sofrer ou praticar o abuso digital nos relacionamentos tanto para homens quanto para mulheres, mas com características diferenciadas de gênero ³⁷, já que as mulheres praticam, especialmente, a categoria “controle/monitoramento” ^{19,36,55,61} e os homens costumam praticar mais a categoria “agressão direta”, compartilhando imagens e mensagens de sexting das parceiras ^{19,22,45,52,53,55,56,58,62,63,64} após o término do namoro, tornando o revenge porn algo “viral” ^{19,35}.

Outro aspecto que parece atingir de forma diferenciada moças e rapazes é a intensidade ³⁵ com que as meninas experienciam as consequências emocionais do abuso digital sofrido dentro do relacionamento afetivo-sexual, contudo, não há diferenças significativas da prática do abuso digital no relacionamento entre sexos em relação ao contexto de justificação (por ciúme, “brincadeira”, revide ou por raiva e desejo de causar danos) ³⁶.

No estudo desenvolvido com adolescentes por Lucero et al. ¹⁹, para as meninas entrevistadas o “monitoramento” é um componente necessário ao relacionamento amoroso, e é bastante comum criarem perfis falsos em redes sociais para monitorar fotos, e-mail, mensagens e tudo o que conseguirem sobre o que seus namorados têm feito no espaço virtual. Assim como acreditam que o compartilhamento de senhas é um sinal de confiança, de amor e de ter um relacionamento comprometido, e que neste contexto, a prática de apagar mensagens de outras meninas do celular do parceiro é algo comum ¹⁹.

Já os meninos afirmam ter consciência de que suas parceiras os monitoram constantemente nas redes sociais, e dizem não gostar de fornecer senhas pessoais, algo que só se faz quando já se tem construída a confiança entre os pares ¹⁹. Diante disso, controle e ciúmes por parte das meninas não é percebido como um comportamento abusivo, mas sim como forma de proteção da relação amorosa, como algo positivo e normal na relação, uma demonstração de amor ¹⁹.

Agora, levando em conta as interações das formas de abusos digitais nos relacionamentos afetivo-sexuais com o sexting, é importante destacar que este termo surgiu nos Estados Unidos pela combinação de duas palavras, sexo (sex) e mensagem (texting). A prática do sexting consiste no envio de mensagens de texto, fotografias e vídeos de conotação sexual, com nudez, para um determinado sujeito ou para uma multidão ^{32,65}.

Tabela 3

Caracterização das fontes segundo objetivos e metodologia do estudo, 2010-2016.

Fonte/Ano	Objetivo	Metodologia
Borrajo et al. ³⁵ /2015	Analisar a relação entre crenças que justificam a violência e mitos sobre o amor em dois tipos de <i>cyber dating abuse</i> : controle e agressão direta.	Estudo transversal (656 jovens entre 18 e 30 anos).
Borrajo et al. ³⁶ /2015	Determinar a extensão e diferenças sexuais de vitimização do <i>cyber dating abuse</i> , como também o contexto em que ocorre e sua relação com as agressões psicológica e física perpetradas nas relações face a face.	Estudo transversal (433 jovens entre 18 e 30 anos).
Borrajo et al. ³⁷ /2015	Analisar as propriedades psicométricas do questionário sobre <i>cyber dating abuse</i> e conduzir análise inicial da prevalência e frequência desse tipo de abuso.	Estudo transversal (788 jovens entre 18 e 30 anos).
Dank et al. ³⁸ /2014	Examinar experiências de violência física, psicológica, sexual e <i>cyber dating abuse</i> entre jovens lésbicas, gays e bissexuais, comparando-as com jovens heterossexuais, e explorar a variação da probabilidade de busca por ajuda e particularmente a presença de fatores de risco entre os dois tipos de vítimas de violência no namoro.	Estudo transversal (3.745 jovens entre 12 e 19 anos).
Dick et al. ¹⁸ /2014	Estimar a prevalência de <i>cyber dating abuse</i> entre jovens de 14 a 19 anos atendidos em um centro de saúde escolar e as associações com outras formas de relacionamento abusivo na adolescência, violência sexual e indicadores de saúde sexual e reprodutiva.	Estudo transversal (1.005 jovens entre 14 e 19 anos).
Durán & Martínez-Pecino ²² /2015	Analisar a agressão cibernética praticada por meio do uso do telefone móvel e internet, em que se veem os jovens nas suas relações de namoro.	Estudo qualitativo (336 estudantes universitários entre 18 a 30 anos).
Foshee et al. ⁵⁷ /2015	Avaliar a eficácia do programa <i>Moms and Teens for Safe Date</i> de prevenção ao abuso no namoro, destinado especificamente a adolescentes expostos à violência doméstica.	Estudo de caso-controle (409 adolescentes entre 12 e 15 anos e 409 mães).
Jackson et al. ⁴⁶ /2015	Não está claramente expresso.	Ensaio.
Sánchez et al. ⁵⁸ /2015	Conhecer os riscos do <i>cybercortejo</i> e <i>cyberdating</i> adolescente, entendidos como todos os comportamentos e atitudes de natureza sexual que os adolescentes têm exibido no ambiente online em suas interações com os pares e com os seus parceiros, e podem resultar em algo agressivo ou desagradável.	Estudo transversal (268 adolescentes entre 12 e 18 anos).
Johnson et al. ⁶⁷ /2015	Compreender o grau em que os programas de formação em psicologia incluem conteúdos sobre violência no namoro adolescente em seus currículos; examinar os conhecimentos e práticas dos estagiários de psicologia voltados à prevenção da violência no namoro adolescente e formas de intervenção.	Estudo transversal (amostra representativa das universidades americanas).
Lucero et al. ¹⁹ /2014	Explorar como os adolescentes percebem o potencial risco e benefício da tecnologia de interação social no seu namoro e como estas percepções variam por gênero.	Estudo qualitativo (23 estudantes do 10º ano).
Marganski & Fauth ⁶³ /2013	Investigar as características de/e diferenças culturais na natureza dos relacionamentos de namoro modernos, focando nos comportamentos desviantes ocorridos no namoro entre jovens adultos.	Survey (648 participantes entre 18 e 30 anos).
Marganski & Melander ⁴⁷ /2015	Explorar a extensão da vitimização da agressão cibernética nas relações íntimas e sua co-ocorrência com experiências pessoais de violência psicológica, física e de sexuais dos parceiros.	Survey (540 estudantes entre 18 e 25 anos).

(continua)

Tabela 3 (continuação)

Fonte/Ano	Objetivo	Metodologia
Martínez-Pecino & Dúran ⁴⁸ /2016	Examinar o envolvimento de estudantes universitários em <i>cyberbullying</i> no contexto de suas relações de namoro e explorar o impacto do sexismo no <i>cyberbullying</i> dos homens com suas namoradas.	Survey (219 estudantes entre 18 e 28 anos).
McDonald & Merrick ⁵⁹ /2013	Não está claramente expresso.	Revisão de literatura.
Melander ⁴⁹ /2010	Explorar o papel da tecnologia na violência perpetrada pelo parceiro na faculdade.	Estudo qualitativo (39 entrevistados entre 18 e 23 anos)
Miller & McCauley ⁵⁰ /2013	Analisar a literatura sobre relações abusivas entre adolescentes com foco nas meninas.	Revisão de literatura.
Miller et al. ⁴¹ /2015	Avaliar a eficácia da educação e aconselhamento nos centros de saúde escolar sobre o relacionamento abusivo.	Estudo de caso-controle (1.011 estudantes entre 14 e 19 anos).
Morelli et al. ⁶⁴ /2016	Investigar a relação entre a quantidade de <i>sexting</i> , sofrimento psicológico e violência no namoro em adolescentes e jovens adultos.	Survey (1.334 participantes entre 13 e 30 anos).
Murray et al. ⁵¹ /2016	Fornecer um conjunto de recomendações e aconselhamento sobre violência no namoro adolescente.	Análise de bancos quanti e qualitativos de estudos sobre pessoas que vivenciaram abuso no relacionamento íntimo.
Patton et al. ⁶⁰ /2014	Analisar os resultados de pesquisas existentes sobre os tipos mais comuns de violência juvenil em mídias sociais.	Revisão de literatura.
Reed et al. ⁵² /2016	Examinar a vitimização e a perpetração de comportamentos digitais do abuso no namoro entre estudantes universitários.	Estudo quantitativo (365 estudantes entre 17 e 22 anos).
Rueda et al. ⁵³ /2015	Realizar estudo exploratório de como o conflito romântico é experimentado por meio da tecnologia de comunicação de informação entre adolescentes mexicanos de 15 a 17 anos.	Estudo qualitativo (132 participantes entre 15 a 17 anos).
Stonard et al. ⁵⁴ /2014	Revisar e sistematizar a literatura sobre a prevalência e impacto do <i>Adolescent Dating Violence and Abuse</i> (ADVA) com foco na avaliação de relevância da tecnologia em relacionamentos românticos entre adolescentes e relacionamentos abusivos.	Revisão sistemática de literatura.
Taylor et al. ⁵⁵ /2015	Examinar as relações entre as normas individuais e de classe que justificam a violência no namoro e a perpetração de violência física e psicológica no namoro.	Estudo longitudinal (2.022 estudantes do 6º ano, num período de 6 meses).
Temple et al. ⁵⁶ /2016	Examinar a relação entre a violência tradicional no namoro (violência física, sexual e psicológica) e a perpetração e vitimização de <i>cyber dating abuse</i> segundo gênero, idade, etnia e nível educacional parental.	Estudo longitudinal (1.042 estudantes do 6º ano, num período de seis anos).
Van Ouytsel et al. ⁴² /2016	Destacar os fatores que poderiam aumentar o risco dos jovens serem controlados por seu parceiro romântico usando-se a tecnologia digital.	Estudo quantitativo (466 estudantes entre 16 e 22 anos).
Van Ouytsel et al. ⁴³ /2016	Fornecer uma visão geral da pesquisa recente sobre o contexto e as consequências do abuso <i>cyber</i> no namoro e delinear várias sugestões para prevenção e intervenção.	Revisão da literatura.
Van Ouytsel et al. ⁴⁴ /2016	Analisar as associações entre o uso de substâncias, comportamentos sexuais e vitimização <i>cyber dating abuse</i> .	Survey (1.187 estudantes entre 16 e 22 anos).
Walrave et al. ⁴⁵ /2015	Investigar como o envolvimento no <i>sexting</i> é influenciado pela imagem que os adolescentes têm de seus colegas que se envolveram neste tipo de relacionamento.	Estudo transversal (217 estudantes entre 15 a 19 anos).

(continua)

Tabela 3 (continuação)

Fonte/Ano	Objetivo	Metodologia
Wolford-Clevenger et al. ⁶¹ /2016	Examinar os fatores estruturantes e validade convergente de <i>cyber dating abuse</i> , e examinar a prevalência e diferenças de gênero desta vitimização.	Estudo transversal (502 estudantes universitários).
Wright ⁶² /2015	Fornecer uma visão sobre o impacto das tecnologias eletrônicas sobre as relações amorosas dos adolescentes.	Estudo longitudinal (600 estudantes do 12º ano do Ensino Médio).
Yahner et al. ³⁹ /2015	Identificar as taxas de co-ocorrência específicas de violência no namoro e intimidação no que diz respeito a atos de violência física e sexual, abuso psicológico e digitalmente perpetrado.	Estudo transversal (5.647 jovens entre 12 e 19 anos).
Zweig et al. ⁴⁰ /2013	Examinar a extensão do <i>cyber dating abuse</i> em relacionamentos juvenis e como isto está relacionado com outras formas de violência no namoro entre adolescentes.	Estudo transversal (3.745 jovens entre 12 e 19 anos).
Zweig et al. ²⁰ /2014	Identificar como a experiência de <i>cyber dating abuse</i> está relacionada aos comportamentos e experiências individuais de jovens (ex. uso de substâncias, atividade sexual), ajustamento psicossocial, relacionamento com a escola, a família e seus parceiros amorosos.	Estudo transversal (3.745 jovens entre 12 e 19 anos).

O sexting como prática consensual não é designado como uma violência, todavia, sua postagem não consentida constitui, como forma de revenge porn, um tipo de abuso digital nas relações afetivo-sexuais. O revenge porn ocorre mais frequentemente na fase de término dos relacionamentos afetivo- sexuais – como bem demonstra a literatura identificada neste acervo – quando um dos ex-parceiros ou ambos compartilham na Internet fotos e vídeos íntimos criados durante a vigência do relacionamento afetivo-sexual, sem o consentimento de um dos envolvidos, com o intuito de difamar, humilhar, chantagear e/ou se vingar ⁶⁶.

Já no que concerne às associações entre o abuso digital ocorrido nos relacionamentos afetivo- sexuais e saúde mental dos adolescentes que são vitimados, indica-se a presença de altos níveis de estresse pós-traumático^{36,54}, uso de substâncias psicoativas^{20,38,43,44,56,60,64}, ansiedade^{20,36,38,43,54,62,64}, agressividade/hostilidade^{20,38,43,54}, distúrbios do sono⁵⁴, sintomas depressivos^{20,36,38,43,46,54,56,61,62,64}, violência autoinfligida⁴⁶, ideações e tentativas de suicídios^{54,56}. Fatores associados à saúde sexual e reprodutiva^{18,20,40,41,43,44,46,50,60,64} são indicados por Jackson et al. ⁴⁶, e Miller & McCauley ⁵⁰ que salientam que o abuso digital ocorrido nos relacionamentos afetivo-sexuais e a coerção reprodutiva são as mais recentes formas de abuso no relacionamento íntimo.

Tabela 4

Caracterização do abuso digital ocorrido nos relacionamentos afetivo-sexuais segundo conceituação, denominação, caracterização e tecnologias sociais de intervenção sugeridas, 2010-2016.

Categorias	Fontes	Síntese dos resultados
Conceituação e denominações Conceituação	35 36 37 38 18 22 46 58 19 50 64 51 52 54 56 42 43 44 61 62 39 40 20	<p>Tentativa de controlar o parceiro ou ex-parceiro usando meios eletrônicos; envio de insultos e mensagens ameaçadoras.</p> <p>Postagem de fotos e vídeos embaraçosos pela Internet sem o consentimento do parceiro com o propósito de constrangê-lo; uso de senha pessoal do parceiro para espiar suas redes de relacionamento pela Internet e <i>e-mail</i>; controle permanente do parceiro, usando as tecnologias eletrônicas.</p> <p>Vigilância e monitoramento do parceiro ou ex-parceiro; postagem de comentários rudes e humilhantes; envio de <i>e-mails</i> ou mensagens ameaçadoras; postagem de fotos com a intenção de humilhar o parceiro.</p> <p>Pressão para o parceiro enviar fotos das partes sexuais ou nu de ambos; postagem não consentida destas fotos; envio de mensagens de texto ameaçadoras; uso da conta de rede social do parceiro sem a sua permissão.</p> <p>Uso de tecnologia para controlar, perturbar, ameaçar ou perseguir outra pessoa no contexto do namoro.</p> <p>Uma forma de intimidação, perseguição e maus-tratos por parte de um indivíduo ou grupo, implicando o uso de meios tecnológicos como canal de agressão, praticado via uso de telefone móvel e internet pelos jovens em suas relações de namoro.</p> <p>Uso da mídia social como <i>e-mail</i>, mensagem de texto, Facebook e/ou Twitter para perpetrar abuso contra o parceiro romântico ou pretendente.</p> <p>Todos os comportamentos e atitudes de natureza sexual praticados pelos adolescentes em suas interações sociais on-line com pares e parceiros, e que podem resultar em agressão.</p> <p>Uso de qualquer forma de tecnologia de interação social digital para ameaçar, perseguir, humilhar ou controlar o parceiro amoroso. É demarcada por comportamentos de coerção e controle, comumente entendido como uma forma de abuso psicológico.</p> <p>Uso tecnologia digital para controlar e abusar do(a) namorado(a).</p> <p>É a troca de conteúdo sexualmente explícito ou provocativo via <i>smartphone</i>, Internet ou redes sociais, se caracterizando como comportamentos de risco e agressivos.</p> <p>Comportamento abusivo perpetrado via tecnologia, como <i>e-mail</i>, mensagem de texto e rede social. É um padrão de comportamento que controla, pressiona ou ameaça um parceiro de namoro usando telefone celular ou a Internet.</p> <p>Comportamento psicológico e sexualmente abusivo.</p> <p>Monitoramento, controle, perseguição ou outras formas de abuso praticado pelo parceiro(a) via tecnologia digital.</p> <p>É o controle, assédio, perseguição e abuso cometidos pelo parceiro via uso da tecnologia e das mídias sociais.</p> <p>Mesma definição do Van Ouytsel et al. 42.</p> <p>Mesma definição do Van Ouytsel et al. 42.</p> <p>Assédio, perseguição, monitoramento, humilhação ou abuso verbalmente praticado por um dos parceiros usando tecnologias, tais como telefone celular, redes sociais ou <i>e-mail</i>.</p> <p>Envio de mensagens desagradáveis, invasão da privacidade ou o envio anônimo ao parceiro usando conteúdo textual, de áudio, imagens ou de vídeo armazenado em dispositivos móveis ou computadores. Esses comportamentos são alarmantes porque os perpetradores são capazes de se conectar constantemente com seus parceiros românticos, fazendo com que ele ou ela se sinta sem esperança.</p> <p>Pressão para o parceiro enviar fotos das partes sexuais ou nu de ambos; envio de mensagens de texto ameaçadoras, de <i>e-mail</i> e <i>chats</i> visando a que o parceiro se sinta inseguro; redação de textos desagradáveis sobre o parceiro em seu perfil de rede social (Facebook e MySpace).</p> <p>Controle, assédio, perseguição e abuso por parte de um dos parceiros via tecnologia e mídia social. Forma de abuso psicológico.</p> <p>Mesma denominação de Zweig et al. 40.</p>

(continua)

Tabela 4 (continuação)

Categorias	Fontes	Síntese dos resultados
Denominações	18,20,35,36,37,38, 39,40,41,42,43,44, 50,51,52,56,58 35 47,59,62 22 48 49 50 64 60 53 54 43 45,63 61	<i>Cyber dating violence/abuse.</i> <i>On-line dating abuse.</i> <i>Cyber aggression.</i> <i>Cyberacoso.</i> <i>Cyberbullying.</i> <i>Intimate partner cyber harassment.</i> <i>Technology based abuse.</i> <i>Sexting.</i> <i>Electronic dating aggression/cyber-stalking.</i> <i>Technology and dating conflict.</i> <i>Technology assisted adolescent dating violence and abuse.</i> <i>Digital forms of dating abuse.</i> <i>Socially interactive technologies abuse/Violence.</i> <i>Partner cyber abuse.</i>
Caracterização		
Tipos de abusos digitais	19,22,35,36,37,41, 42,43,46,47,48,49,50, 51,52,53,54,55,56 37,40,43,44,47,48,49, 52,54,55, 56,57,58,59,60,61,62 19,22,43,45,52,54, 58,63,64	Agressão direta e controle/monitoramento. Associação com outros tipos tradicionais de violência perpetrada por parceiro íntimo. Interação das formas de abusos digitais nos relacionamentos afetivo-sexuais com o <i>sexting</i> .
Associações entre os abusos digitais nos relacionamentos afetivo-sexuais e saúde mental	36,54 20,38,43,44,56,60,64 36,38,43,46,54,62,64 20,38,43,54 54 20,36,38,43,46, 54,56, 61,62,64 46 54,56	Altos níveis de estresse pós-traumático (<i>posttraumatic stress disorder</i>). Uso de substâncias psicoativas. Ansiedade. Agressividade/hostilidade. Distúrbios do sono. Sintomas depressivos. Violência autoinfligida. Ideações e tentativas de suicídio.
Associações entre os abusos digitais nos relacionamentos afetivo-sexuais e saúde reprodutiva	18,20,40,41,43,44, 46,50,60,64	Não uso de contraceptivos, coerção sexual e comportamentos sexuais de risco.

(continua)

Tabela 4 (continuação)

Categorias	Fontes	Síntese dos resultados
Tecnologias sociais de intervenção	35	Criação de programas de prevenção ao <i>cyber dating abuse</i> em populações pré-adolescentes.
	38	Criação de programas de orientação sobre <i>cyber dating abuse</i> com jovens lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros.
	38,51	Inclusão de conselheiros na escola e orientação às famílias.
	22	Criação de instrumentos de avaliação que permitam recolher informações qualitativas que forneçam explicações melhores acerca da <i>cyber</i> perseguição nas relações de namoro.
	57	Programa de prevenção à violência no namoro voltado a adolescentes expostos à violência familiar.
	58	Incluir as condutas sexuais de risco no desenvolvimento de programas de prevenção (<i>sexting</i>).
	67	Inclusão da temática no currículo acadêmico de psicólogos que atuem em escolas.
	50	Prevenção do <i>adolescent relationship abuse</i> e intervenção sob o contexto da promoção da igualdade de gênero.
	43	Implantação de programas de prevenção à violência no namoro nas escolas.
	45	Ampliação do conhecimento dos jovens quanto aos riscos e consequências legais envolvidos na prática do <i>sexting</i> no namoro.

Dick et al.¹⁸ verificaram que as moças participantes de seu estudo com exposição recente ao abuso digital em seus relacionamentos amorosos tinham de 2 a 4 vezes mais chances de não usarem nenhuma forma de contracepção, e de 3 a 6 vezes mais chances de experimentar alguma forma de coerção reprodutiva e/ou “comportamentos sexuais de risco” se comparadas com aquelas que não haviam sofrido nenhuma exposição ao abuso digital no relacionamento afetivo-sexual, mais uma vez indicando a sinergia entre as dinâmicas de violência nas relações digitais e nas relações presenciais.

Outros possíveis desfechos deletérios aos adolescentes que sofrem abuso digital nos relacionamentos afetivo-sexuais são o baixo rendimento escolar^{20,38,56} e comportamentos delinquentes^{20,38}. Sobre as tecnologias sociais de intervenção, todos os estudos analisados reconhecem a necessidade de abordagens que priorizem o enfrentamento dessa nova modalidade de violência perpetrada por parceiros íntimos.

Borrajo et al.³⁵ recomendam a criação de programas de prevenção voltados aos meninos(as) antes deles entrarem na adolescência e que problematizem as justificativas alegadas para a ocorrência do abuso nas relações afetivo-sexuais adolescentes, como “ciúmes”, “uso da agressão como brincadeira”, ou ainda “o revide”, nos casos em que o(a) parceiro(a) pratica a violência porque o outro também cometeu. Dois artigos destacaram que determinados grupos, devido à sua peculiar condição de vulnerabilidade, deveriam ser priorizados.

Dank et al.³⁸ sugerem estudos preventivos e de intervenção profissional destinados a jovens lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros, tomando como base seu estudo que revela

uma prevalência maior de abuso digital nos relacionamentos afetivo-sexuais destas pessoas em relação aos heterossexuais.

Foshee et al.⁵⁷, baseando-se na avaliação da eficácia do projeto Moms and Teens for Safe Dates, indicam programas de prevenção especificamente voltados aos adolescentes expostos à violência doméstica, uma vez que estes são potencialmente vulneráveis à violência no namoro. Acrescenta-se também a essas propostas a sugestão de Sánchez et al.⁵⁸ e Walrave et al.⁴⁵, que reforçam a necessidade de ações visando a ampliar o conhecimento dos jovens quanto às condutas sexuais de risco e consequências legais envolvidas na prática do sexting no namoro.

A sugestão de incluir profissionais capacitados à identificação, orientação, prevenção e intervenção nos casos de abuso na abordagem às famílias e nas escolas, foi destacada por Dank et al.³⁸ e Murray et al.⁵¹, que reforçaram o papel relevante dos conselheiros familiares e escolares para orientar as famílias e estudantes quanto ao risco do namoro violento na adolescência, visando à desnaturalização desta forma de abuso, muitas vezes minimizados pelos pais dos jovens como eventos de pouca importância.

A capacitação de médicos e demais profissionais de saúde para a identificação das formas de violência no namoro, incluindo o abuso digital, é também sugerida por Miller & McCauley⁵⁰. Bem como a implantação de programas de prevenção à violência no namoro nas escolas⁴³. Outro destaque enfatizado por Johnson et al.⁶⁷ diz respeito à necessidade de se reestruturar os currículos acadêmicos de psicólogos que atuam nas escolas, enfatizando não só um conhecimento generalista sobre a violência ocorrida no namoro adolescente, mas também como avaliar e intervir diante dos casos de abuso digital. Por fim, a literatura apontou também a necessidade de desenvolvimento de trabalhos focados no abuso digital ocorrido nos relacionamentos afetivo-sexuais.

Para tal, sugerem a realização de estudos qualitativos de profundidade que busquem compreender as experiências de abuso digital perpetrado pelo parceiro íntimo no mundo tecnológico e moderno atual, visando a esforços de prevenção e intervenção^{19,22,47,49,52,53,60,63} que tenham a preocupação de distinguir jovens com orientação heterossexual daqueles com orientação homossexual^{38,46}, que relacionem a prática do sexting, uso de álcool, comportamentos sexuais de risco, depressão e ansiedade, e a violência digital ocorrida no contexto do namoro^{44,62,64}.

Considerações finais

A revisão feita reitera subsídios para afirmar as diferenças entre o abuso digital nas relações afetivo-sexuais e o cyberbullying, considerando os três tipos principais de abuso digital ocorridos nos relacionamentos afetivo-sexuais (controle/monitoramento; pornografia de vingança, incluindo o sexting não consentido; e agressão direta), tratados neste artigo.

A primeira diferença envolve a questão da audiência (postagens destinadas à humilhação pública entre o coletivo de pares) central para o cyberbullying, e não necessariamente presente no abuso digital nos relacionamentos afetivo-sexuais. Nesse, o rastreamento e o monitoramento realizados estão voltados para o(a) parceiro(a) afetivo-sexual, e são realizados de forma discreta, sem o conhecimento público ou do(a) parceiro(a).

O anonimato e sigilo nas práticas de abuso cometido nas relações de intimidade são nevrálgicos à sua reprodução. Há, por exemplo, dezenas de aplicativos disponíveis para os aparelhos de telefonia móvel (Android e iPhone), que permitem o controle remotamente do mesmo, de maneira simples, gratuita e sem o conhecimento do parceiro(a) de todas as ações feitas usando-se o celular, desde suas postagens, conversas, até seus deslocamentos por meio do uso de tecnologia GPS, ligações, fotografias e vídeos feitos, dentre outros.

A forma de perseguição (harassment) ou controle/monitoramento no abuso digital ocorrido nas relações afetivo-sexuais é aquela conhecida pela literatura de violência de gênero/violência entre parceiros íntimos, isto é, voltada para o controle dos comportamentos e contatos sociais, para o monitoramento de amizades e possíveis traições amorosas ³⁵.

Assim, a relação de poder (e de desigualdade de poder) está associada à ideia de controle do(a) parceiro(a) amoroso(a), portanto, vinculada a uma perspectiva de gênero. Já a pornografia de vingança que inclui a ampla e disseminada prática do sexting não consentido e a agressão direta também se apresentam nas formas de cyberbullying. O sexting não consentido, inclusive, não se delimita aos parceiros afetivo-sexuais. Já os comportamentos de agressão direta referem-se a atos destinados a causar danos ao(à) parceiro(a), como ameaçar, insultar, espalhar informações falsas e/ou depreciativas ³⁵.

Mas mesmo esses pontos de convergência implicam enquadramentos de representações sociais diferentes: o abuso digital nos relacionamentos afetivo-sexuais muitas vezes é lido por suas vítimas como uma demonstração de amor e ciúme, o que não acontece no cyberbullying e é característico da violência perpetrada entre parceiros íntimos. A prática do abuso digital nos relacionamentos afetivo-sexuais não está circunscrita ao âmbito das relações afetivo-sexuais de adolescentes, pois está também presente entre adultos, todavia, os mais jovens são potencialmente mais vulneráveis aos seus efeitos ⁶⁸.

Os danos à identidade, autoestima, integridade e privacidade de quem sofre o abuso digital nos relacionamentos íntimos deixam marcas psíquicas cujas extensões ainda são pouco conhecidas, podendo levar ao isolamento, à depressão, ansiedade, uso de drogas, baixo rendimento escolar e até mesmo à tentativa e/ou efetivação do ato suicida ^{69,70}. Tais consequências nos alertam quanto à importância do olhar atento dos profissionais de saúde para a problematização e abordagem desses temas junto aos adolescentes, bem como sua contribuição para a identificação das situações.

Ainda que seja recente, por sua expressão digital e tecnológica, o tema da violência entre parceiros íntimos já encontra acúmulo de experiências na saúde e educação, e indica que discutir com meninos e meninas as relações amorosas adolescentes/juvenis continua sendo demanda pouco atendida e estratégica, face à vulnerabilidade que este segmento etário apresenta para sofrer e praticar diversas formas de violências.

Numa época de relações de hiperexposição on-line, o abuso digital constitui um dano à imagem pública, que representa capital essencial no campo das relações sociais virtuais ^{5,71}. Constitui também uma nova modalidade de violência entre parceiros íntimos, desafiando os estudos a conhecerem melhor se haveria basicamente uma continuidade de ações entre parceiros já violentos nas relações presenciais, ou se o ambiente digital estimularia aqueles que não praticariam atos semelhantes sem tais meios.

A alta reciprocidade da prática do abuso digital nos relacionamentos afetivo-sexuais entre homens e mulheres indica ainda que estudos futuros devem buscar compreender como as dinâmicas de gênero são reproduzidas ou subvertidas nessa forma de violência digital.

Defendemos que as intervenções devem focar menos na ideia de controle do uso das tecnologias (porque estas constituem um eixo central na sociabilidade juvenil contemporânea) e mais na discussão crítica das violências banalizadas no cotidiano das relações afetivo-sexuais, desde as suas primeiras vivências juvenis.

Referências

1. Castells M. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar; 2003.
2. Lévy P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34; 2010.
3. Bolesina I, Gervasoni TA. **Internet, cibercultura e pós-modernidade: primeiros nós de uma nova rede contextual**. In: Anais do 3o Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade: Mídias e Direitos da Sociedade em Rede. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria; 2015. p. 1-15.

4. Lemos A. **Cibercultura e mobilidade: a era da conexão.** In: Intercom. XXVIII Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro; 2005. p. 1-17.
5. Keen A. **Vertigem digital: por que as redes sociais estão nos dividindo, diminuindo e desorientando.** Rio de Janeiro: Zahar; 2012.
6. Abreu CL. **Hipervisibilidade e self-disclosure: novas texturas da experiência social nas redes digitais.** Visualidades 2015; 13:194-219.
7. Debord G. **A sociedade do espetáculo (1931- 1994).** <http://www.cisc.org.br/portal/biblioteca/socespetaculo.pdf> (acessado em 30/ Jul/2016).
8. Lemos A, Lévy P. **O futuro da internet: em direção a uma ciber democracia planetária.** São Paulo: Paulus; 2010.
9. Ball B, Holland KM, Marshall KJ, Lippy C, Jain S, Souders K, et al. **Implementing a targeted teen dating abuse prevention program: challenges and successes experienced by expert respect facilitators.** J Adolesc Health 2015, 56(2 Suppl 2):S40-6.
10. Foshee VA, Reyes HLM, Ennett ST, Cance JD, Bauman KE, Bowling JM. **Assessing the effects of families for safe dates, a family-based teen dating abuse prevention program.** J Adolesc Health 2012; 51:349-56.
11. Wykes M. **Constructing crime: culture, stalking, celebrity and cyber.** Crime Media Culture 2007; 3:158-74.
12. Botelho LLR, Cunha CCA, Macedo M. **O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais.** Gestão e Sociedade 2011; 5:121-36.
13. Whittemore R, Knafl K. **The integrative review: updated methodology.** J Adv Nurs 2005; 52:546-53.
14. Powers J, Kerman E. **Teen dating violence.** Ithaca: Cornell University; 2006. (Research Facts and Findings).
15. Nascimento FS, Cordeiro RLM. **Violência no namoro para jovens moradores de Recife.** Psi- col Soc 2011; 23:516-25.
16. Exner-Cortens D, Eckenrode J, Rotchman E. **Longitudinal associations between teen dating violence victimization and adverse health outcomes.** Pediatrics 2013; 131:71-8.
17. Manuel SCG. **A violência no namoro entre jovens adultos [Dissertação de Mestrado].** Porto: Universidade do Porto; 2014.
18. Dick RN, McCauley HL, Jones KA, Tancredi DJ, Goldstein S, Blackburn S, et al. **Cyber dating abuse among teens using school-based health centers.** Pediatrics 2014; 134:e1560-

7. 19. Lucero JL, Weisz AN, Smith-Darden J, Lucero SM. **Exploring gender differences: socially interactive technology use/abuse among dating teens.** *Affilia* 2014; 29:478-91.
20. Zweig JM, Lachman P, Yahner J, Dank M. **Correlates of cyber dating abuse among teens.** *J Youth Adolesc* 2014; 43:1306-21.
21. Schnurr MP, Mahatmya D, Basche RA. **The role of dominance, cyber aggression perpetration, and gender on emerging adults' perpetration of intimate partner violence.** *Psychol Violence* 2013; 3:70-83.
22. Durán M, Martínez-Pecino R. **Ciberacoso mediante telefono móvil e Internet en las relaciones de noviazgo entre jóvenes.** *Comunicar* 2015; XXII:159-67.
23. Shariff S. **Cyberbullying: questões e soluções para a escola, a sala de aula e a família.** Porto Alegre: Editora Artmed; 2011.
24. Smith PK. **Cyberbullying: the European perspective.** In: Mora-Merchan J, Jaeger T, editors. *Cyberbullying: a cross-national comparison.* Landau: Verlag Emprische Padagogik; 2010. p. 7-19.
25. Wendt GW, Lisboa CSM. **Compreendendo o fenômeno do cyberbullying.** *Trends Psychol* 2014; 22:39-54.
26. Ybarra ML, Boyd D, Korchmaros JD, Oppenheim J. **Defining and measuring cyberbullying within the larger context of bullying victimization.** *J Adolesc Health* 2012; 51:53-8.
27. Garaigordobil M. **Prevalencia y consecuencias del cyberbullying: una revisión.** *International Journal of Psychology and Psychological Therapy* 2011; 11:233-54.
28. Sourander A, Brunstein Klomek A, Ikonen M, Lindroos J, Luntamo T, Koskelainen M, et al. **Psychosocial risk factors associated with cyberbullying among adolescents: a population-based study.** *Arch Gen Psychiatry* 2010; 67:720-8.
29. Mishna F, Khroury-Kassabri M, Gadalla T, Daciuk J. **Risk factors for involvement in cyber bullying: victims, bullies and bully-victims.** *Child Youth Serv Rev* 2012; 34:63-70.
30. Hinduja S, Patchin JW. **Bullying beyond the schoolyard: preventing and responding to cyberbullying.** Thousand Oaks: Corwin Press; 2009.
31. Bonomi AE, Anderson ML, Nemeth J, Bartle-Haring S, Buettner C, Schipper D. **Dating violence victimization across the teen years: abuse frequency, number of abusive partners, and age at first occurrence.** *BMC Public Health* 2012; 12:637.
32. Barros SC, Ribeiro PRC, Quadrado RP. **Sexting: entendendo sua condição de emergência.** *EXEDRA Revista Científica ESEC* 2014; (Supl):192-213.

33. Wanzinack C, Scremin SF. **Sexting: comportamento e imagem do corpo.** *Divers@!* Revista Eletrônica Interdisciplinar 2014; 7:22-9.
34. Freitas KKN. **A pornografia de vingança e a culpabilização das vítimas pela mídia.** In: Intercom. XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. Natal: Universidade Potiguar; 2015. p. 1-12.
35. Borrajo E, Gámez-Guadix M, Calvete E. **Justification beliefs of violence, myths about love and cyber dating abuse.** *Psicothema* 2015; 27:327-33.
36. Borrajo E, Gámez-Guadix M, Calvete E. **Cyber dating abuse: prevalence, context, and relationship with off-line dating aggression.** *Psychological Reports: Relationships & Communications* 2015; 116:565-85.
37. Borrajo E, Gámez-Guadix M, Pereda N, Calvete E. **The development and validation of the cyber dating abuse questionnaire among young couples.** *Comput Human Behav* 2015; 48:358-65.
38. Dank M, Lachman P, Zweig JM, Yahner J. **Dating violence experiences of lesbian, gay, bisexual, and transgender youth.** *J Youth Adolesc* 2014; 43:846-57.
39. Yahner J, Dank M, Zweig JM, Lachman P. **The co-occurrence of physical and cyber dating violence and bullying among teens.** *J Interpers Violence* 2015; 30:1079-89.
40. Zweig JM, Dank M, Yahner J, Lachman P. **The rate of cyber dating abuse among teens and how it relates to other forms of teen dating violence.** *J Youth Adolesc* 2013; 42:1063-77.
41. Miller E, Goldstein S, McCauley HL, Jones KA, Dick RN, Jetton J, et al. **A school health center intervention for abusive adolescent relationships: a cluster RCT.** *Pediatrics* 2015; 135:76- 85.
42. Van Ouytsel J, Ponnet K, Walrave M. **Cyber dating abuse victimization among secondary school students from a lifestyle-routine activities theory perspective.** *J Interpers Violence* 2016; pii:0886260516629390. [Epub ahead of print].
43. Van Ouytsel J, Walrave M, Ponnet K, Temple JR. **Digital forms of dating violence: what school nurses need to know.** *NASN Sch Nurse* 2016; pii:1942602X16659907. [Epub ahead of print].
44. Van Ouytsel J, Walrave M, Ponnet K, Temple JR. **Adolescent cyber dating abuse victimization and its association with substance use, and sexual behaviors.** *Public Health* 2016; 135:147- 51.

45. Walrave M, Ponnet K, Van Ouytsel J, Gool EV, Heirman W, Verbeek A. **Whether or not to engage in sexting: explaining adolescent sexting behavior by applying the prototype willingness model.** *Telematics and Informatics* 2015; (32):796-808.
46. Jackson J, Randell KA, Miller MK. **Adolescent relationship abuse: how to identify and assist at-risk youth in the emergency department.** *Clin Pediatr Emerg Med* 2016; 16:113-8.
47. Marganski A, Melander L. **Intimate partner violence victimization in the cyber and real world: examining the extent of cyber aggression experiences and in-person dating violence.** *J Interpers Violence* 2015; pii:0886260515614283. [Epub ahead of print].
48. Martínez-Pecino R, Dúran M. **I love you but I cyberbully you: the role of hostile sexism.** *J Interpers Violence* 2016; pii:0886260516645817. [Epub ahead of print].
49. Melander LA. **College students' perceptions of intimate partner cyber harassment.** *Cyberpsychol Behav Soc Netw* 2010; 13:263-9.
50. Miller E, McCauley HL. **Adolescent relationship abuse and reproductive and sexual coercion among teen.** *Curr Opin Obstet Gynecol* 2013; 25:364-9.
51. Murray CE, King K, Crowe A. **Understanding and addressing teen dating violence: implications for family counselors.** *Fam J Alex Va* 2016; 24:52-9.
52. Reed LA, Tolman RM, Ward LM. **Snooping and sexting: digital media as a context for dating aggression and abuse among college students.** *Violence Against Women* 2016; 22:1556-76.
53. Rueda HA, Lindsay M, Williams LR. **"She posted it on facebook": Mexican American adolescents' experiences with technology and romantic relationship conflict.** *J Adolesc Res* 2015; 30:419-45.
54. Stonard KE, Bowen E, Lawrence TR, Price SA. **The relevance of technology to the nature, prevalence and impact of adolescent dating violence and abuse: a research synthesis.** *Aggress Violent Behav* 2014; 19:390-417.
55. Taylor KA, Sullivan TN, Farrell AD. **Longitudinal relationships between individual and class norms supporting dating violence and perpetration of dating violence.** *J Youth Adolesc* 2015; 44:745-60.
56. Temple JR, Choi HJ, Brem M, Wolford-Clevenger C, Stuart GL, Peskin MF, et al. **The temporal association between traditional and cyber dating abuse among adolescents.** *J Youth Adolesc* 2016; 45:340-9.
57. Foshee VA, Benefield T, Dixon KS, Chang L, Senkomago V, Ennet ST, et al. **The effects of moms and teens for safe dates (MTSD): a dating abuse prevention program for adolescents exposed to domestic violence.** *Youth Adolesc* 2015; 44:995-1010.

58. Sánchez V, Muñoz-Fernández N, Vega E. **Cyberdating in adolescence: the risks and the emotional harm of sexual cyberbehavior.** *Psychology, Society & Education* 2015; 7:227-40.
59. McDonald R, Merrick MT. **“Above all things, be glad and young”:** advancing research on violence in adolescence. *Psychol Violence* 2013; 3:289-96.
60. Patton DU, Hong JS, Ranney M, Patel S, Kelley C, Eschmann R, et al. **Social media as a vector for youth violence: a review of the literature.** *Comput Human Behav* 2014; 35:548-53.
61. Wolford-Clevenger C, Zapor H, Brasfield H, Febres J, Elmquist J, Brem M, et al. **An examination of the partner cyber abuse questionnaire in a college student sample.** *Psychol Violence* 2016; 6:156-62.
62. Wright MF. **Cyber aggression within adolescents’ romantic relationships: linkages to parental and partner attachment.** *J Youth Adolesc* 2015; 44:37-47.
63. Marganski A, Fauth K. **Socially interactive technology and contemporary dating: a cross-cultural exploration of deviant behaviors among young adults in the modern, evolving technological world.** *Int Crim Justice Rev* 2013; 23:357-77.
64. Morelli M, Bianchi D, Baiocco R, Pezzuti L, Chiumbolo A. **Sexting, psychological distress and dating violence among adolescents and young adults.** *Psicothema* 2016; 28:137-42.
65. Ventura MCAA. **Violência no namoro: crenças e autoconceito nas relações sociais de gênero.** Modelo de intervenção em enfermagem [Tese de Doutorado]. Porto: Universidade do Porto; 2014.
66. Martsof D, Colbert C, Draucker C. **Adolescent dating violence prevention and intervention in a community setting: perspectives of young adults and professionals.** *Qual Rep* 2012; 99:1- 23.
67. Johnson SE, Hoffman JA, Kruger LJ, Rizzo CJ. **Teaching school psychology students about teen dating violence: a snapshot of training practices across the USA.** *School Ment Health* 2015; 7:249-60.
68. Brauser D. **Cyber dating abuse common among teens.** *Medscape Medical News Psychiatry* 2014. <http://www.medscape.com/view-article/835105>.
69. Martinez C. **An argument for States to outlaw “revenge porn” and for Congress to Amend 47 U.S.C § 230: How our current laws do little to protect victims.** *Journal of Technology Law & Policy* 2014; 14:236-52.

70. Tungate A. **Bare necessities: the argument for a “revenge porn” exception in Section 230 immunity.** *Information & Communications Technology Law* 2014; 13:172-88. 71. Hinduja S, Patchin JW. Electronic dating violence: a brief guide for educators and parents. http://cyberbullying.org/electronic_dating_violence_fact_sheet.pdf (acessado em 30/Jul/2016).

4.2. ABUSO DIGITAL OU PROVA DE AMOR? O USO DE APLICATIVOS DE CONTROLE/MONITORAMENTO NOS RELACIONAMENTOS AFETIVO-SEXUAIS ²⁴

Introdução

Com a disseminação do uso da Internet, as relações sociais passaram a ser mediadas pelas tecnologias digitais de comunicação em níveis nunca alcançados outrora, potencializando a criação de vínculos associativos e comunitários, a socialidade digital ^{1,2}.

Essa socialidade é caracterizada por um conjunto de práticas cotidianas e experiências coletivas baseado num politeísmo de valores, mediado pela arquitetura em rede, que ampliará exponencialmente e contribuirá para um processo chamado de retribalização do mundo ^{1,2}, isto é, as agregações passarão a acontecer via interesses comuns, independentes de fronteiras ou demarcações territoriais fixas.

Nesse sentido, o virtual é a materialização de uma desterritorização contínua do real, que afeta a maneira como lidamos com o tempo. A ideia de futuro, espaço, tempo e território sofrem modificações com a introdução da microeletrônica e das redes telemáticas, trazendo a sensação de compressão do espaço e do tempo por meio de agregações sociais de todo tipo ³.

Ainda que tenham dinâmicas próprias e ainda pouco conhecidas, tais relações digitais não estão isentas das mesmas formas de configuração de poder de gênero, de classe e étnicas (marcadores importantes das desigualdades sociais do “mundo offline”). Todavia, essas novas agregações sociais criam e reproduzem um novo ethos de grupo, isto é, uma nova forma de ser, de pertença, de existir na sociedade contemporânea, na qual não há mais fronteiras ou limites territoriais (cibercultura ou cultura digital) ¹.

²⁴ Artigo elaborado em cumprimento ao proposto no Objetivo 2 deste estudo. O artigo original foi publicado e pode ser acessado na página dos Cadernos de Saúde Pública, 2019, 35(1): e00060118.

A cultura digital permitiu potencializar a pulsão gregária e retribulizada ⁴, agindo como vetor de comunhão e compartilhamento de sentimentos e relações comunitárias de toda ordem ideológica ou de valores, sejam os de defesa de direitos e respeito à alteridade, sejam os de segregação e violência. Tal processo irá impregnar a sociedade como um todo ^{1,5}.

Todas essas mudanças somente foram possíveis dada a arquitetura em rede, alicerçada numa tecnologia produtora e mediadora de informação, representações, discursos, que influencia, é influenciada e dialoga com outras mídias por meio das quais as informações circulam rapidamente ^{1,6}.

E a facilidade com que essas redes expandem, reconfiguram, alteram e se adaptam, sem perderem suas características básicas e sem deixar vestígios dos caminhos seguidos, aumentam exponencialmente a possibilidade da informação gerada ganhar visibilidade em um curto espaço de tempo ⁷.

Dentre os muitos elementos de sustentação da cultura digital destaca-se a hipervalorização à exposição pública ou “hipervisibilidade”, em que as fronteiras entre o que se considerava público e privado há décadas, se entrelaçam e diluem, e fazem do ato de “bisbilhotar” algo fundamental na sociabilidade digital ⁵.

Estaríamos vivendo a “Era do Exibicionismo”, ou seja, submetidos a um constante apelo de “publicidade” coletiva, estimulados a anunciar espontânea e voluntariamente tudo o que se refere à vida privada, transformando os segredos pessoais em um livro aberto de promoção pessoal. Para Recuero⁸ (p. 135) essa prática é entendida como “uma espécie de ‘capital social’ que constrói valores como intimidade, confiança e proximidade entre os atores...”.

Há, portanto, um embaralhamento entre as fronteiras do controle e da visibilidade, do público e do privado, que se retroalimentam e constituem simultaneamente uma “estética da vigilância”⁹, convidando todos a serem ao mesmo tempo controladores e controlados.

A popularização da Internet, especialmente a partir da chamada web 3.0 (advento das redes sociais), inaugurou uma Era em que os contatos interpessoais passaram a ser travados em tempo real e de qual-quer lugar, possibilitando uma forma de protagonismo nunca antes visto, permitindo e convocando a construção contínua de autorrepresentações e narrativas de si, no espaço digital ⁶. Na nova Era da cultura digital não há localização ou segredo que não possa ser descoberto ⁹.

Vivemos em busca do “olhar do outro”, da aceitação e aprovação via “curtidas”, do número de segui- dores e compartilhamentos realizados nas redes sociais digitais, fabricando

“continuamente a nossa própria fama para o mundo”⁵ (p. 32), como uma espécie de “epidemia narcísica”¹⁰ ou “voyeurismo simulado”⁹.

A vida privada é exteriorizada em busca de um olhar que reconheça e ateste a sua visibilidade, um eu-imagem num mundo onde para existir é preciso ser visto e testemunhado por milhões de expectadores⁹, num processo constante e intermitente de “negociação de identidades” ou, melhor dizendo, de constantes afirmações identitárias.

As comunidades virtuais possibilitaram aos indivíduos a interação, mas também a possibilidade de forjar as próprias características⁶, manipulando dados relativos à sua identidade¹¹ e vivendo “vários eus”¹².

Contudo, não se trata de polarizar o debate em torno de vítimas e agressores, pois justamente os contornos da sociabilidade digital, marcada pelo exibicionismo que atinge indiscriminadamente todos, incentiva seus partícipes a romper as fronteiras entre o público e o privado.

Vale lembrar que há uma relação intrínseca entre a arquitetura tecnológica que define as plataformas digitais em que são realizadas as redes sociais (um nível de procedimentos técnicos que ocorre longe da experiência mais concreta dos usuários) e essas práticas de hiperexposição.

Na verdade, é justamente essa base tecnológica que dará as condições e condicionará a sociabilidade digital, sugerindo constantemente as práticas de compartilhamento de privacidade. As comunidades virtuais, tais como Facebook, Instagram, Twitter, WhatsApp e Messenger, por exemplo, são espaços simbólicos de partilha e pertencimento¹.

Através das redes sociais digitais esse voyeurismo simulado e a “hiperexposição da imagem” são facilmente exercidos, constituindo a base de relacionamentos que vão desde a busca por novas amigas até relações afetivo-sexuais com distintos graus de comprometimento.

As relações e expressões afetivo-sexuais mediadas pelas redes sociais digitais também se apresentaram como um terreno fértil ao desenvolvimento de novas práticas de violência entre parceiros, o chamado abuso online ou digital^{13,14,15,16,17,18}. O abuso digital ocorrido nas relações afetivo-sexuais inclui humilhação, insultos, ameaças, controle, isolamento, características similares em muitos aspectos aos abusos ocorridos fora (offline) do ambiente digital^{13,14,15,16,17,18}. Contudo, apresenta maior potencialidade de propagação, dada a natureza do compartilhamento e disseminação proporcionada pela Internet. O abuso digital é tipificado de diversas maneiras, sendo o sexting não consentido, o revenge porn e o

controle/monitoramento as modalidades principais que compõem a empiria desta categorização.

O sexting consensual não é designado como um abuso, sua prática é relacionada às dinâmicas e gramáticas de sedução amorosa-sexual, e acontece por meio do envio de mensagens de texto, fotos e vídeos sensuais, com ou sem nudez, para uma determinada pessoa ou grupo^{19,20,21}.

Contudo, sua exposição não consentida a terceiros constitui um tipo de revenge porn e, portanto, uma forma de abuso digital¹⁹. Geralmente praticado no término do relacionamento afetivo-sexual como uma forma de retaliação, o revenge porn é o compartilhamento sem consentimento de fotos e vídeos íntimos na Internet, com o objetivo de degradar a imagem e se vingar do(a) ex-parceiro(a)²².

Devido ao potencial risco de degradação e humilhação pública de quem a sofre¹⁷, o abuso online no relacionamento afetivo-sexual é reconhecido pelas disciplinas ligadas à saúde e suas enunciações discursivas como um tipo de abuso psicológico e emocional. Tais práticas são apontadas pela literatura como capazes de provocar danos à identidade, à autoestima, à integridade, à privacidade e à imagem pública, deixando marcas psíquicas^{23,24}.

O presente artigo foca a prática do controle/monitoramento do parceiro(a) afetivo-sexual que acontece de diversas formas, podendo ser via rastreamento da última conexão, usando a senha pessoal, verificando e-mail e mensagens eletrônicas do(a) parceiro(a) sem a sua autorização, criando perfil falso em redes sociais para monitorar e controlar com quem o(a) parceiro(a) se relaciona e, mais recentemente, até mesmo instalando aplicativos de rastreamento, controle e monitoramento, na sua maioria sem sequer ele(a) tomar ciência. A demanda por controle/monitoramento também se apresenta como uma mercadoria nesse amplo mundo de negócios que caracteriza a Internet⁵.

Aplicativos de rastreamento tornam-se populares e são, muitas vezes, ofertados gratuitamente nos sistemas Android e iOS de telefonia móvel, e incluem desde o controle à distância do aparelho celular do parceiro como também das senhas do celular e e-mail, da localização em tempo real via rastreamento por GPS, até o acesso às mensagens postadas/recebidas em redes sociais, no WhatsApp e SMS.

Este trabalho tem por objetivo analisar as produções discursivas sobre controle e monitoramento digital do parceiro, tomando como lócus de análise os aplicativos ofertados pelos sistemas Android e iOS.

Metodologia

Adotar a análise de discurso crítico (ACD) neste estudo parte do pressuposto que a linguagem é uma forma de prática social²⁵. Grosso modo, poderíamos dizer que se o conjunto das práticas sociais constitui uma ordem social, em seus liames de influência e/ou determinação, o seu aspecto semiótico seria uma “ordem de discurso”²⁶. Uma ordem de discurso é reconhecida por Fairclough²⁶ (p. 310) como uma “ordenação social particular das relações entre os vários modos de construir sentido, isto é, os diversos discursos e gêneros...”. Em sua perspectiva metodológica, para Fairclough²⁵, a análise do discurso inclui uma concepção tridimensional que reúne três tradições analíticas, indispensáveis na análise do discurso: a análise do texto, das práticas discursivas e da prática social.

A análise textual se apoia em categorias, tais como vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual. Em nosso trabalho, na categoria “vocabulário” foram observados os sentidos das palavras e suas metáforas, se havia ambiguidades e ambivalências, criação de neologismos ou troca de palavras.

Na “gramática” observou-se a estrutura frasal, a posição do sujeito na oração, se indeterminado, oculto ou presente, e se as orações eram usadas na voz ativa ou passiva. Na “coesão” foram observados que tipos de ligações, nexos, conclusões, deduções e descrições eram estabelecidos, permitindo a investigação de esquemas retóricos.

E na “estrutura textual” foram analisados a arquitetura do texto, os argumentos e os conteúdos adotados. Na prática discursiva observou-se a relação dialética entre estrutura social e discurso e como os textos são produzidos, interpretados, distribuídos e consumidos. A dimensão da prática social se refere aos efeitos ideológicos e hegemônicos, tais como sistema de conhecimentos e crenças, construções de identidades sociais e de uma realidade social²⁵. Em nosso trabalho tal análise foi realizada com base em uma leitura crítica e transversal dos aportes ideológicos, à luz do marco teórico da cibercultura.

A constituição de nosso acervo de análise foi realizada com base na busca dos aplicativos Play Store (sistema Android) e App Store (sistema iOS) pagos ou gratuitos que oferecessem como serviço o controle, monitoramento e rastreamento de parceiros íntimos. Utilizamos as seguintes palavras-chave: rastreador de namorado (RNo), rastreador de namorada (RNa), espião de namorado (ENo), espião de namorada (ENa), espião de marido (EM) e espião de esposa (EE). Foram identificados inicialmente 274 aplicativos no sistema Android e 201 no iOS.

Num segundo momento, foi realizada a leitura criteriosa do acervo identificado e eliminados aqueles que eram antiespiões; de música e karaokê; de jogos e entretenimento; de

histórias, contos e livros; de encontros; de envio de mensagens de datas comemorativas, poemas; de controle menstrual, gestacional ou dieta; de chamada falsa; aplicativos de compras pela Internet; memes de Internet; de dicas e sugestões diversas; aqueles que apareciam em duplicidade; os que não delimitavam o público-alvo; os que referiam ser aplicativos de uso coletivo por amigos e família; e os que não consideravam os parceiros afetivo-sexuais na sua descrição de entrada. Incluímos apenas os textos disponíveis em português, inglês e espanhol. Assim, diversos textos em árabe foram descartados.

Depois disso, permaneceram no acervo quarenta aplicativos disponibilizados pelo sistema Android e um aplicativo do sistema iOS. Contudo, como o único aplicativo identificado no iOS está incluso nos aplicativos levantados pelo Android, o mesmo foi classificado com o mesmo número, seguido da letra “a” do alfabeto. Os textos foram analisados baseando-se no idioma, tal como foram disponibilizados pelo aplicativo (vinte em inglês e vinte em português).

Os textos em inglês foram analisados em sua versão original, sem tradução. Em nossa busca não houve nenhum texto em espanhol. A fim de analisar a descrição de entrada na tela principal do aplicativo, o objetivo declarado do aplicativo, o público-alvo de controle, identificar seu desenvolvedor, detalhes da permissão, a versão, o valor cobrado para que o mesmo seja baixado no telefone móvel, quantidade de instalações e qual a sua classificação segundo os usuários do aplicativo, adotou-se o método de análise do discurso entendendo-o como uma teoria crítica que trata da determinação histórica dos processos de significação, visa a problematizar as formas de reflexão estabelecidas, evidenciando e explicitando o caráter ideológico da fala ²⁷.

Caracterização do acervo e arquitetura dos textos

Dentre os 40 aplicativos, identificamos somente 33 desenvolvedores, pois alguns deles criaram mais de um aplicativo com o mesmo propósito (App 5 ao App 10, por exemplo), mas com nomes e, por vezes, público-alvo distintos.

Alguns aplicativos tiveram nota de avaliação atribuída pelos usuários variando de 1 a 5 e um deles já está na 22ª revisão. Também o número de instalações oscila bastante, desde aplicativos com cem *downloads* até aqueles que ultrapassam os 5 milhões (Quadro 1).

Neste novo universo tecnológico sobressai aquele desenvolvedor cujo *status* do produto seja mais bem avaliado e com o maior número de instalações entre centenas de milhares de aplicativos concorrentes. Diante de indivíduos cada vez mais informados, o meio

publicitário se viu forçado a criar novas abordagens de propaganda que passassem a dar conta deste público mais exigente e participativo ²⁸. “É para esse novo consumidor (...) que os publicitários estão criando estratégias cada vez mais interativas na esperança de conquistar sua atenção” ²⁸ (p. 34). Para isso, os desenvolvedores de aplicativos, como os analisados neste estudo, adotam práticas linguísticas próprias com o propósito de atingir o público-alvo, visando a que seus aplicativos sejam instalados ²⁹. Constroem, em geral, a sensação de exclusão e perda de uma grande oportunidade caso não se adquira o aplicativo.

“Aplicativo construído para ser rápido, fácil de usar, simples e sem recursos desnecessários” (App 5, App 6).

“...é daquele tipo de app que é sempre útil manter no celular, afinal nunca se sabe quando será necessário” (App 7, App 8, App 9).

“Construído para ter um baixo consumo de energia se comparado com aplicativos similares...” (App 7, App 8, App 9).

“...fácil de usar, simples, leve e funcional, sem utilização de recursos além dos necessários (...) baixo consumo de energia (...) não deixa processos na memória” (App 8).

Quadro 1

Caracterização dos aplicativos segundo desenvolvedor, nome do aplicativo, versão atual, gratuito/pago, classificação dos usuários, instalações e chave de busca *.

App	Desenvolvedor	Nome do app	Versão atual	Gratuito/ Pago	Classificação dos usuários	Instalações	Chave de busca
Android via Play Store							
1	Alexxfloo	Rastreador de Celular	5.0 (atualizada em 20/Nov/2016)	Gratuito	3,0	1.000-5.000	RNo, RNa, ENo, ENa, EM, EE
2	All Consult	RDC Rastreador de Celular	5.0 (atualizada em 30/Out/2014)	Gratuito	4,2	100.000-500.000	RNo, RNa, ENo
3	AIPlugApps	Cell Phone Tracker	1.8.1 (atualizada em 21/Jul/2016)	Gratuito	3,7	50.000-100.000	EM, EE
4	AnyTracking	Rastreador de Celular Detetive	1.1.5 (atualizada em 29/Out/2015)	Gratuito	3,4	100.000-500.000	RNo, RNa, ENo, EM, EE
5	AppDroid Aplicativos Ponto Com	Rastreador de Namorado	4.6 (atualizada em 14/Out/2016)	Gratuito	3,4	100.000-500.000	RNo, RNa, ENo
6	AppDroid Aplicativos Ponto Com	Rastreador de Namorada	4.4 (atualizada em 14/Out/2016)	Gratuito	3,5	100.000-500.000	RNo, RNa, ENo
7	AppDroid Aplicativos Ponto Com	Rastrear Celular pelo Número	1.9 (atualizada em 12/Dez/2016)	Gratuito	3,5	100.000-500.000	RNo, RNa
8	AppDroid Aplicativos Ponto Com	Rastreador Onde Está Você?	2.2 (atualizada em 04/Out/2016)	Gratuito	3,3	50.000-100.000	RNo, RNa, ENo
9	AppDroid Aplicativos Ponto Com	Rastreador de Celular Grátis	4.8 (atualizada em 26/Dez/2016)	Gratuito	3,6	1.000.000-5.000.000	RNo, RNa, ENo
10	AppDroid Aplicativos Ponto Com	Rastreador de Celular Pro	3.8 (atualizada em 20/Dez/2016)	Gratuito	3,6	100.000-500.000	RNa
11	BytePioneers s.r.o.	Casal Tracker- Rastrear Celular	1.69 (atualizada em 11/Jan/2017)	Gratuito	4,1	1.000.000-5.000.000	RNo, RNa, ENo
12	CS Systems Pvt Ltd.- iLocateMobile	Acompanhar qualquer telefone	4.5.3 (atualizada em 12/Jan/2017)	Gratuito	3,7	1.000.000-5.000.000	RNo, RNa, ENo, ENa, EM
13	Darsh	Locator	18 (atualizada em 27/Dez/2016)	Gratuito	4,6	1.000-5.000	RNa
14	Davidsonmue Tomunen	Localização Cell Phone GPS	1.0 (atualizada em 25/Mai/2016)	Gratuito	3,6	10.000-50.000	RNa, ENa
15	DenDev	GPS Control (Free)	1.2 (atualizada em 27/Mai/2013)	Gratuito	3,0	10.000-50.000	RNa, ENa
16	DevKir	Mobile SMS Tracker	3.1.1 (atualizada em 26/Mar/2015)	Gratuito	3,3	50.000-100.000	EM
17	Free vpn location dev	Find Phone Location Advice	1.0 (atualizada em 22/Jan/2017)	Gratuito	NOVO (recém-lançado)	NOVO (recém-lançado)	RNo, RNa, ENo
18	Fugasam	Rastreamento por telefone	1.0 (atualizada em 16/Dez/2016)	Gratuito	3,2	1.000-5.000	RNo, RNa, ENo, ENa, EM, EE
19	Geeks n Ninjas	Randoms: Mobile Tracker	1.0 (atualizada em 18/Jun/2014)	Gratuito	3,5	1.000-5.000	RNo, RNa
20	Innohabit Technologies	Trust Me More	1.8 (atualizada em 26/Fev/2016)	Gratuito	3,4	100-500	RNo, RNa, ENo
21	IT Soft Dynamics	People Location Finder	PLF6 (atualizada em 19/Nov/2015)	Gratuito	4,0	10.000-50.000	RNo, RNa
22	Jade SA	Mobile Phone Tracker	22 (atualizada em 06/Dez/2016)	Gratuito	3,4	5.000-10.000	EM, EE

(continua)

Quadro 1 (continuação)

App	Desenvolvedor	Nome do app	Versão atual	Gratuito/ Pago	Classificação dos usuários	Instalações	Chave de busca
Android via Play Store							
23	Leeway Applab	Whatscan	1.0.1 (atualizada em 16/Jan/2017)	Gratuito	4,0	500-1.000	ENo, ENa, EE
24	MateXPlore	TrustMate App	1.0.1 (atualizada em 14/Jan/2017)	Gratuito	4,4	100-500	RNo, RNa, ENo
25	MaxLo	Mobile Phone Tracker	4.2.1 (atualizada em 23/Mar/2015)	Gratuito	3,8	10.000-50.000	RNo, RNa, ENo
26	Mcgill Dias	Coliseum Tracker Rastreador	2.3 (atualizada em 17/Nov/2016)	Gratuito	4,2	1.000-5.000	RNo, RNa, ENo
27	MNA Team	Couple Monitor Device Tracker	1.0.3 (atualizada em 06/Dez/2016)	Gratuito	3,7	10.000-50.000	RNo, RNa, ENo
28	Omega Solutions	Mary's Boyfriend Tracker	2.8 (atualizada em 17/Ago/2016)	Gratuito	3,0	100-500	RNo, RNa, ENo
29	Omega Solutions	Pokies Girlfriend Tracker	2.8 (atualizada em 17/Ago/2016)	Gratuito	5,0	100-500	RNa
30	Peerzada Solutions	Track Me	1.0.3 (atualizada em 11/Fev/2015)	Gratuito	4,6	100-500	RNo, RNa
31	Sahil Jain	Musafir Trip	1.2.4 (atualizada em 04/Jul/2015)	Gratuito	5,0	100-500	RNo, RNa, ENo
32	Shiek Apps	Friends Tracker	2.1 (atualizada em 17/Ago/2016)	Gratuito	3,9	500.000-1.000.000	RNo, ENo
33	SoftSquare InfoSoft	Amiga Celular Rastreador	1.18 (atualizada em 08/Jan/2017)	Gratuito	3,8	100.000-500.000	RNo, RNa, ENo
34	TGF Company	Rastrear o Namorado	1.0.2 (atualizada em 15/Jun/2014)	Gratuito	2,8	10.000-50.000	RNo, RNa
35	Trila.Droid	GPS Location Tracker	2.2.0b (atualizada em 17/Fev/2016)	Gratuito	4,0	500.000-1.000.000	RNo, RNa, ENo
36	Trila.Droid	GPS Location Tracker Pro	2.2.0b (atualizada em 17/Fev/2016)	R\$ 8,16	4,1	500-1.000	RNo, RNa, ENo
37	Widorado.com	Love Keeper – Cheater Alert	2.0.3 (atualizada em 14/Mai/2014)	Gratuito	2,6	10.000-50.000	RNo, RNa
38	Xevate	IpSpy monitor anywhere	lpspy.1 (atualizada em 25/Ago/2016)	Gratuito	1,0	100-500	EM
39	ycventure	Rastreador Celular	1.1 (atualizada em 06/Ago/2016)	Gratuito	3,4	10.000-50.000	RNo, RNa, ENo
40	Zaid Ahmed	Location Tracker	1.0 (atualizada em 24/Mar/2014)	Gratuito	3,6	1.000-5.000	RNa
IOS via App Store							
4a	Luciano M. A. Cardoso	AnyTracking	1.2.2 (atualizada em 09/Abr/2016)	Gratuito	Acima de 4	-	RNo, RNa

EE: espião de esposa; EM: espião de marido; ENa: espião de namorada; ENo: espião de namorado; RNa: rastreador de namorada; RNo: rastreador de namorado.

* Busca realizada em 28/Jun/2017.

Os sujeitos a serem controlados pelos aplicativos analisados são majoritariamente os parceiros afetivo-sexuais (esposa, marido, namorada, namorado, amante, “peguete”), depois os filhos, outros parentes e também os funcionários, ou seja, pessoas ligadas às relações da esfera de intimidade e aqueles em que há clara subordinação, no caso patronal (Quadro 2).

Quadro 2

Caracterização dos aplicativos segundo objetivo declarado e público-alvo.

App	Objetivo *	Público-alvo de controle
1	Monitorar os filhos, empregados e vida pessoal	Filhos, esposa, marido, namorada, namorado, amante
2	Acompanhar remotamente a localização do dispositivo móvel	Filhos, namorada, namorado
3	Rastrear qualquer telefone móvel	Esposa, marido, funcionários
4	Monitorar e rastrear em tempo real e de forma oculta quem quiser	Filhos, marido, esposa, namorado, namorada, funcionários
4a	Monitorar e rastrear em tempo real quem você quiser	Filhos, marido, esposa, funcionários, técnicos, executivos, representantes
5	Rastrear a localização do namorado	Namorado, esposa, peguete
6	Rastrear a localização da namorada	Namorada, esposa, peguete
7	Rastrear o celular por meio do compartilhamento de localização em tempo real, usando o número do telefone	Filhos, namorada, amigos, familiares
8	Rastrear o celular por meio do compartilhamento de localização em tempo real	Amigos, familiares, pessoas queridas, namorados, filhos
9	Rastrear o celular por intermédio do compartilhamento de localização em tempo real	Amigos, familiares, pessoas queridas, namorados, filhos
10	Rastrear o celular por intermédio do compartilhamento de localização em tempo real	Amigos, familiares, pessoas queridas, namorados, filhos
11	Prevenção e detecção de traição e casos extraconjugais	Parceiros, amantes, maridos
12	Rastrear o celular via GPS	Filhos, namorados, noivos
13	Rastrear a localização atual	Irmã, namorada, filho
14	Rastrear a localização atual via GPS e SMS	Filhos, pais, namorada
15	Rastrear a localização atual via GPS	Crianças e namorada
16	Controlar todos os entes queridos	Filhos, funcionários, parceiros e parentes
17	Rastrear a localização exata do namorado	Namorado
18	Rastrear o telefone celular para manter o filho seguro, o empregado produtivo e prevenir traições	Filhos, funcionários, namorado, namorada, marido, esposa, amante
19	Monitorar o <i>smartphone</i> em tempo real por meio de qualquer navegador da <i>web</i>	Filhos, empregados, cônjuge, namorada, namorado
20	Rastrear a localização do parceiro	Namorado, namorada
21	Enviar em tempo real a localização precisa dos entes queridos	Filhos, namorado, namorada
22	Rastrear a localização da esposa/marido via celular	Esposa, marido
23	Clonar outra conta de WhatsApp para monitorar mensagens de <i>chat</i> , imagens e vídeos	Filhos, esposa, namorado, namorada
24	Monitorar o parceiro para reduzir o risco de traições e ciúmes	Namorada, namorado, esposa, marido
25	Monitorar telefones celulares	Crianças, idosos e parceiro (namorada, namorado)
26	Rastrear a localização do que você deseja	Filhos, funcionários, namorado, namorada, bagagem...
27	Monitorar o parceiro	Cônjuge, namorado, namorada, noivo
28	Rastrear a localização do namorado	Namorado
29	Rastrear a localização da namorada	Namorada
30	Rastrear o parceiro e amigos	Namorado e entes queridos
31	Rastrear a localização	Filho, filha, namorada, namorado, esposa
32	Rastrear a localização	Amigos, família, namorada, namorado
33	Localizar a namorada em tempo real via celular	Namorada, namorado
34	Rastrear e monitorar remotamente o namorado	Namorado
35	Rastrear localização por GPS	Namorado, namorada, filhos, idosos, amigos, funcionários
36	Rastrear localização por GPS	Namorado, namorada, filhos, idosos, amigos, funcionários
37	Rastrear a localização do parceiro para monitorar se está sendo traído	Parceiros
38	Monitorar qualquer coisa	Bebês, maridos, esposas
39	Rastrear localização via GPS	Amigos, familiares, namorado, namorada
40	Rastrear a localização dos filhos e namorado	Filhos, namorado, namorada

* Identificado após análise do pesquisador.

Observamos que a arquitetura dos textos dos aplicativos segue um padrão, sendo uma parte não estruturada (em que o desenvolvedor apresenta seu produto) e outra preestabelecida pelo sistema operacional.

O texto estruturado geralmente apresenta o “passo a passo” necessário à instalação, constante em mais da metade dos aplicativos deste trabalho (em 29 deles). Em alguns casos, os detalhes de instalação podem ser acompanhados por imagens que aparecem na abertura da tela. Todos mostram um logo e nome do aplicativo, nome do desenvolvedor, de uma imagem de divulgação, seguidos da produção textual não estruturada. Por fim, vêm as resenhas, que são a classificação dos usuários e as informações adicionais, em que é possível ver, dentre outras coisas, a versão atual e a quantidade de instalações (Quadro 1). No sistema iOS não é informado o número de *downloads*.

Na parte textual não estruturada os desenvolvedores apresentam uma breve descrição do aplicativo, que pode ser aprofundada por meio da apresentação dos “serviços” ofertados, buscando fazer crer que o referido aplicativo é melhor e mais eficiente que os demais.

A partir do momento que o usuário se interessa em baixar o aplicativo, aparecerá instantaneamente uma tela chamada “detalhes de permissão”, que autoriza o desenvolvedor a controlar, a partir do aparelho móvel, a localização, as fotos/mídia/arquivos, o armazenamento, os contatos, o telefone, as informações de chamada e código do dispositivo, a identidade, informações sobre conexão wi-fi, SMS, o histórico do dispositivo e aplicativos, a câmera e o microfone. Todavia, não é apresentada ao usuário o que cada uma dessas permissões significa em termos de acesso às informações armazenadas em seu celular.

Em geral, para instalar um aplicativo “gratuito” várias informações pessoais dos usuários são solicitadas pelo desenvolvedor, que por meio do uso de um recurso chamado “algoritmo” são obtidos dados de natureza particular e íntima, que passam a ser usados como moeda de troca junto às empresas. “*Por algoritmização entende-se o conjunto de sugestões dadas pelos algoritmos sobre decisões na sociabilidade, nos mecanismos de agregação identificados nos sites de redes sociais*”³⁰ (p. 1). “*Assim, por meio dos rastros digitais deixados pelo usuário, um desenvolvedor consegue não só acumular essas informações em um banco de dados, bem como esses dados contribuem para análises e cruzamentos de variáveis (...) como forma de direcionar (...) filtros de interesse*”³⁰ (p. 2).

Esses filtros ao capturarem os rastros deixados pelos usuários na rede e obterem conclusões sobre seus interesses, hábitos e preferências acabam direcionando a atenção a determinados assuntos e comportamentos³¹ e com isto movimentando outro tipo de mercado, aquele baseado na informação emitida constantemente pelos usuários das redes digitais, de

relacionamento social. Em outros termos, os aplicativos de controle de parceiro (como os demais aplicativos) também são capazes de monitorar e controlar o suposto controlador.

A “paz de espírito” assegurada pelo “controle total”

Todos os desenvolvedores utilizam verbos no imperativo e direcionados à audiência com o objetivo de convencer o usuário quanto à eficiência do produto. “Acompanhe”, “monitore”, “rastreie”, “controle”, “previna-se”, “espione” e “seja notificado”, são alguns dos principais verbos utilizados nos quarenta aplicativos, prometendo uma eficácia instrumental de controle (Quadro 2).

Muitos dos textos enunciam a promessa de “paz de espírito”, “segurança” e “harmonia” no relacionamento íntimo, advindas das práticas de controle/monitoramento viabilizadas pelos aplicativos. A promessa é a de controle total e irrestrito, que poderia ser exercido em “qualquer hora ou lugar”, independentemente de onde a pessoa rastreada esteja ou o que esteja fazendo, pois o aplicativo informará tudo o que a pessoa monitorada fez, sem que para isto o contratante necessite sequer sair de sua residência.

“...monitore, rastreie, tenha paz mental...” (App 4, App 4a).

“Tenha a tranquilidade que você precisa. Instale este aplicativo no seu celular, ative o rastreador e pronto!” (App 9).

“Pare de se preocupar” (App 15).

Os desenvolvedores enaltecem as vantagens de seus produtos com base em uma forte coesão textual ²⁵ que estabelece nexos entre praticidade e segurança e rapidez e eficiência – valores importantes nas relações estabelecidas no contexto da cibercultura ¹.

Outros desenvolvedores ainda apresentam alguma vantagem adicional associada aos seus aplicativos que corrobora as noções de segurança e tranquilidade, pois, para além da promessa de monitorar os entes queridos, há aqueles que também rastreiam o próprio aparelho de celular em caso de perda ou roubo, o que se mostra estratégico à argumentação de relevância e utilidade, dado o papel “essencial” que o celular ocupa na vida cotidiana nos tempos atuais.

Por esse meio nos conectamos com o mundo, marcamos encontros com amigos, reuniões de trabalho, resolvemos questões bancárias, publicizamos aspectos relativos à nossa vida privada em redes sociais *on-line* e... controlamos nossos parceiros, tudo isto em frações de segundos, 24 horas por dia.

“Você também pode usar esta aplicação como uma solução anti-roubo para rastrear seu telefone se ele foi roubado” (App 1).

É importante observar que se a vigilância constante tem justificação retórica na “prevenção à violência”³² ela também institui outras formas de violência, de natureza simbólica, baseadas no controle do outro. Portanto, não é de se estranhar que o “controle total” passa a ser visto como uma solução, uma “paz de espírito” assegurada por meio do rastreamento digital e da promessa de que, com isto, nada será capaz de escapar do olhar daquele que está monitorando.

“Excluir mensagens de texto e chamadas não adianta (...). Não é possível ocultar atividades ou remover comunicações” (App 11).

“Ninguém pode escapar de você agora (...) nem mesmo seu namorado” (App 12).

“Nada pode ser escondido a partir desta aplicação” (App 27).

“Você pode namorar em paz em toda a sua vida” (App 37).

“Monitorar qualquer coisa, a qualquer hora, em qualquer lugar” (App 38).

Abuso digital ou prova de amor e cuidado?

A análise dos textos sobre os serviços prestados pelos aplicativos permitiu identificar dois blocos com distintos sentidos discursivos: (1) controle/monitoramento e (2) cuidado/proteção. Os aplicativos ora assumem um único viés discursivo, ora integram ambos.

No bloco controle/monitoramento (presente em 25 aplicativos) há uma evidente prática intertextual, na qual os discursos referem-se aos campos discursivos da segurança pública e da saúde. Os léxicos típicos a esses campos se apresentam de forma constante e por vezes interligadas: “rastrear”, “controlar a localização”, “espionar”, “ter paz”; assim como “prevenir”, “acompanhar”, “monitorar”, “detectar”, “reduzir riscos”, reduzir comportamentos considerados nocivos.

“Se você deseja acompanhar sua esposa/marido, basta instalar o nosso aplicativo de rastreamento...” (App 3).

“Jamais perca de vista quem você ama (...) monitore, rastreie, tenha paz mental...” (App 4).

“...é o melhor app móvel de prevenção e detecção de traição e casos extraconjugais para parceiros, amantes e maridos!” (App 11).

“...ajuda a descobrir traições de parceiros, reduz o risco de infidelidade/casos extraconjugais e também reduz o comportamento ciumento do seu amor” (App 11).

“...é usado para clonar outra conta de wp no seu celular para monitorar mensagens de chat, imagens e vídeos” (App 23).

Alguns aplicativos oferecem recursos adicionais, que são da mesma forma anunciados como “essenciais e imperdíveis”, especialmente para quem deseja controlar e monitorar seu parceiro íntimo, tais como a “Geo-esgrima” e o modo “Já Chegou?”, que definem a área de circulação geográfica usualmente percorrida pelo parceiro permitindo rastrear mudanças de itinerário.

“Geo-esgrima: você pode definir a área de localização limitada para sua namorada. Se ela estava fora da área, você receberá uma notificação” (App 33).

“...No modo Já Chegou? você marca no mapa um local, escolhe um celular para monitorar. Caso o aplicativo detecte que o celular monitorado chegou neste local, um alerta sonoro é emitido ao usuário” (App 10).

Entretanto, a metáfora que melhor elucida a relação de cerceamento instituída por esses aplicativos é o módulo denominado “cerca eletrônica”, adotado por oito aplicativos: “Cerca eletrônica”, “Cerca virtual”, que tem o mesmo propósito dos módulos anteriores. A metáfora sugere tanto a demarcação das fronteiras de uma propriedade, delimitando quem está fora ou dentro dos limites definidos pelo seu proprietário, quanto a ideia de um encarceramento virtual, cuja circulação é restringida a certos limites.

“Cerca eletrônica: no modo Cerca eletrônica o aplicativo faz uma conexão virtual com o celular desejado e começa a monitorá-lo buscando detectar alterações de posição. Caso o programa perceba que o celular se movimentou para fora da cerca eletrônica, um alerta sonoro é emitido ao usuário” (App 7).

No bloco cuidado/proteção (verificado em sete aplicativos) a prática intertextual apresenta discursos que, na maioria das vezes, a vigilância se confunde com léxicos que invocam os sentidos de uma ética de cuidado sob a justificativa de estar zelando pela integridade física de pessoas queridas e próximas.

“Saiba onde seus filhos estão, se estão seguros” (App 2).

“Preocupado com a segurança do seu amor?” (App 5, App 6).

“Não há necessidade de se preocupar com seu filho, filha, namorado ou namorada porque (...) irá acompanhar todos eles!” (App 31).

“Pare de se preocupar com a criança ou uma namorada, que não atende o telefone. Basta apertar o botão e descobrir onde eles estão!” (App 15).

Um dos poucos aplicativos que sugerem que o parceiro saiba e aceite ser monitorado (ou em caso de ser flagrado nesta prática não consentida) “ensina” o usuário a utilizar o argumento retórico da “prova de amor” como elemento de negociação e convencimento ^{13,14,33}.

“...pergunte ao seu namorado se ele te ama, se ele disser ‘sim’, então pede para baixar este (...) app de rastreamento...” (App 12).

Cabe ressaltar que daqueles aplicativos que apresentam discursos tanto de controle/monitoramento quanto de cuidado/proteção (oito), alguns esboçaram o objetivo de controle exclusivamente para parceiros e o de proteção/cuidado para filhos e pais. Outros declararam os dois objetivos indistintamente.

“Você pode controlar suas crianças, idosos e telefone do parceiro” (App 25).

“Proteger o seu amor inocente...” (App 37).

Vale ressaltar que o discurso adotado com relação aos empregados/funcionários é aquele voltado ao controle de suas ações, seja para mantê-los produtivos, seja para monitorar se estão cumprindo as tarefas determinadas pelo empregador, recorrendo para tal a um discurso que enfatiza práticas similares às desenvolvidas no modelo panóptico.

“Controle sua equipe...” (App 2).

“Você pode usar para manter seu (...) seu empregado produtivo” (App 18).

(I)legalidade da prática de monitoramento não consentida

Quanto à legalidade em baixar um aplicativo com o propósito de espionar alguém sem o seu conhecimento e consentimento, chama atenção o fato de apenas dois desenvolvedores demonstrarem preocupação em informar a pessoa rastreada que a mesma está sendo

monitorada, enviando para tal notificações constantes e solicitando inclusive a autorização por escrito de quem está sendo rastreado.

“...o proprietário do telefone estará sempre ciente de que o telefone está sendo monitorado (...). Você pode precisar de uma permissão por escrito do proprietário do telefone” (App 1).

“...uma notificação persistente será exibida no telefone celular, tornando este aplicativo não utilizável como um rastreador de cônjuge com aplicativo oculto” (App 18).

Dos 38 aplicativos restantes, 26 sequer falam da ilegalidade do ato e 12 enunciam o discurso da legalidade, mas sem criar mecanismos para garanti-la, sendo que seis destes aplicativos tinham o mesmo desenvolvedor (App 5 ao App 10).

“...pressupõe a permissão do usuário que tem instalado e ativo no seu dispositivo (...) só poderá ser instalado e utilizado em dispositivos que pertençam ao usuário ou que a pessoa portadora do dispositivo tenha conhecimento e concorde que está sendo monitorada” (App 8).

“Lembre-se este não é app espião (...) a família ou amigos devem estar cientes de que um serviço de rastreador de telefone está sendo executado em seu telefone...” (App 12).

“Queremos informá-lo de que não é um aplicativo espião! Espionagem é ilegal, e pode causar uma série de problemas” (App 22).

A maior difusão dos recursos tecnológicos, aliados à facilidade de acesso à Internet e à sua conectividade contribui para uma maior exposição ao risco de ações no meio digital, consideradas capazes de causar danos a outra pessoa. Essas ações, quando tipificadas juridicamente, são denominadas “crimes cibernéticos”. Todavia, no caso brasileiro, muitas das condutas abusivas não estão tipificadas, o que gera uma sensação coletiva de impunidade no meio digital ³⁴.

O Brasil não ratificou a Convenção de Budapeste sobre Cibercrime ³⁵, ocorrida em 2001, já assinada por 43 países, dentre eles França, Itália, Portugal, Espanha, Estados Unidos, Canadá, Japão, África do Sul, Austrália, Chile e Argentina. Entre os artigos que compõem a referida Convenção está o Artigo 6º “uso abusivo de dispositivos”, que considera infração contra a confidencialidade, integridade e disponibilidade de sistemas informáticos e dados informáticos, dentre outros, o “acesso ilegítimo” (Artigo 2º) por meio da violação de sistemas de segurança, com a intenção de obter dados informáticos ou outra intenção ilegítima; a

“interceptação ilegítima” (Artigo 3º) e intencional de dados informáticos efetuada por meios técnicos; a “interferência em dados” (Artigo 4º) com a intenção de danificar, apagar, deteriorar, alterar ou eliminar dados informáticos; e “interferência em sistemas” (Artigo 5º) por meio da obstrução grave, intencional e ilegítima, ao funcionamento de um sistema informático³⁵.

Nesse ínterim, houve diversos debates entre a sociedade civil organizada e parlamentares, culminando na aprovação da *Lei nº 12.965/2014*, ou Marco Civil da Internet³⁶, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres relativos ao uso da internet no Brasil, regulando a proteção de privacidade e o uso de dados pessoais. Essa se apresenta como uma primeira iniciativa governamental na busca por coibir os excessos cometidos no meio digital e evitar novas violações, reduzindo a sensação de inimizabilidade penal. Todavia, sua aplicação ainda é muito insipiente e, no caso do uso de aplicativos, a legislação não é clara.

Assim, o monitoramento não consentido realizado via uso de aplicativos disponibilizados pelos sistemas Android e iOS no Brasil figura num terreno ambíguo, pois ainda que considerado um “ato ilegal” segundo parâmetros jurídicos internacionais, não tem no aparato jurídico nacional uma definição clara, deslizando para a condição mais flexível e sujeita a interpretações diversas, tendo no máximo o *status* de uma conduta “moralmente reprovável”.

Considerações finais

Ao longo deste estudo buscamos pontuar como a expansão do acesso ao uso da Internet contribuiu para a promoção de novas formas de socialidade *online*, bem como para a banalização de práticas abusivas por meio do uso dessas mesmas mídias digitais, sendo justificadas por argumentos retóricos que enaltecem a perspectiva do “quem ama cuida”, logo, controla, monitora, rastreia, espiona.

O controle total passa a ser entendido como uma forma de assegurar a “paz de espírito”, e por meio deste se naturaliza, por exemplo, o uso de aplicativos que, via controle remoto e sem o consentimento do(a) parceiro(a), lhe retira o direito à liberdade e inviolabilidade de suas informações.

Tais práticas enraizadas no cotidiano dos relacionamentos afetivo-sexuais reiteram antigas violências. A relação de (des)igualdade de poder dentro do relacionamento íntimo associada a essa necessidade do “controle total” do(a) parceiro(a) está vinculada à perspectiva de gênero, conhecida pela literatura e neste estudo materializada sob a dicotomia “cuidado” e “controle”.

Todavia, não percebemos um caráter sexista explícito, pois os textos se dirigiam tanto a homens como a mulheres controladores. Não se dispõem de dados sobre quem mais usa tais

aplicativos e como são manejados nos distintos contextos relacionais. Mais estudos, analisando como tais aplicativos funcionam e como são empregados nas negociações de poder cotidianas as relações afetivo-sexuais seriam necessários. Tampouco conhecemos quais níveis de negociação são estabelecidos entre “controlador(a)” e “controlado(a)” para o uso desses aplicativos: se inteiramente sem conhecimento e sem permissão até a dimensão oposta, de ter conhecimento e dar a permissão como forma de submissão ou como ardil fazer crer ao parceiro(a) que ele(a) de fato exerce tal controle.

Da mesma forma, a ilegalidade da prática do monitoramento não consentido é tratada de forma ambígua, buscando retirar dos desenvolvedores quaisquer responsabilidades jurídicas.

Portanto, dada a natureza dessa nova socialidade digital, na qual somos convidados à superexposição e a sermos ao mesmo tempo controladores e controlados, a alta reciprocidade desses atos de abuso digital indicam a necessidade de um aprofundamento teórico e ampliação de estudos que procurem entender como essas dinâmicas interagem entre si, produzem e reproduzem práticas de violência comumente conhecidas, agora potencializadas, neste novo espaço de interação social, a Internet.

Referências

1. Lemos A. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. 7a Ed. Porto Alegre: Editora Sulina; 2015.
2. Maffesoli M. **Transfiguração do político: a tribalização do mundo**. Porto Alegre: Editora Sulina; 2011.
3. Lévy P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34; 2010.
4. Maffesoli M. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária; 2014.
5. Keen A. **Vertigem digital: por que as redes sociais estão nos dividindo, diminuindo e desorientando?** Rio de Janeiro: Editora Zahar; 2012.
6. Lima AS. **Da cultura da mídia à cibercultura: as representações do eu nas tramas do ciberespaço**. In: III Encontro de Pesquisa em Comunicação e Cidadania. Goiânia: Faculdade de Informação e Comunicação, Universidade Federal de Goiás; 2009. https://mestrado.fic.ufg.br/up/76/o/ciberespaco_representacoes_do_eu.pdf (acessado em 02/Nov/2017).
7. Martino LMS. **Teoria das mídias digitais: linguagem, ambientes e redes**. 2a Ed. Petrópolis: Editora Vozes; 2015.

8. Recuero R. **A conversação em rede: comunicação mediada pelo computador e redes sociais na internet.** Porto Alegre: Editora Sulina; 2014.
9. Bruno F. **Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade.** Ciber Cultura. Porto Alegre: Editora Sulina; 2013.
10. Twenge J, Campbell WK. **The narcissism epidemic: living in the age of entitlement.** New York: Free Press; 2009.
11. Rosa GAM, Santos BR. **Repercussões das Redes Sociais na Subjetividade de usuários: uma revisão crítica da literatura.** Temas Psicol (Online) 2015; 23:913-27.
12. Rüdiger F. **Elementos para a crítica da cibercultura: sujeito, objeto e interação na era das novas tecnologias de comunicação.** São Paulo: Hacker Editores; 2002.
13. Borrajo E, Gámez-Guadix M, Pereda N, Calvete E. **The development and validation of the cyber dating abuse questionnaire among young couples.** Comput Human Behav 2015; 48:358-65.
14. Borrajo E, Gámez-Guadix M, Calvete E. **Justification beliefs of violence, myths about love and cyber dating abuse.** Psicothema (Oviedo) 2015; 27:327-33.
15. Yahner J, Dank M, Zweig JM, Lachman P. **The co-occurrence of physical and cyber dating violence and bullying among teens.** J Interpers Violence 2015; 30:1079-89.
16. Dick RN, McCauley HL, Jones KA, Tancredi DJ, Goldstein S, Blackburn S, et al. **Cyber dating abuse among teens using school-based health centers.** Pediatrics 2014; 134:e1560-7.
17. Zweig JM, Lachman P, Yahner J, Dank M. **Correlates of cyber dating abuse among teens.** J Youth Adolesc 2014; 43:1306-21.
18. Zweig JM, Dank M, Yahner J, Lachman P. **The rate of cyber dating abuse among teens and how it relates to other forms of teen dating violence.** J Youth Adolesc 2013; 42:1063-77.
19. Flach RMD, Deslandes SF. **Abuso digital nos relacionamentos afetivo-sexuais: uma análise bibliográfica.** Cad Saúde Pública 2017; 33:e00138516.
20. Barros SC, Ribeiro PRC, Quadrado RP. **Sexting: entendendo sua condição de emergência.** EXEDRA Revista Científica ESEC 2014; 2014 Suppl:192-213.
21. Ventura MCAA. **Violência no namoro: crenças e autoconceito nas relações sociais de gênero. Modelo de intervenção em enfermagem [Tese de Doutorado].** Porto: Universidade de Porto; 2014.

22. Martsolf D, Colbert C, Draucker C. **Adolescent dating violence prevention and intervention in a community setting: perspectives of young adults and professionals.** Qual Rep 2012; 99:1- 23.
23. Martinez C. **An argument for States to outlaw “revenge porn” and for Congress to Amend 47 U.S.C § 230: how our current laws do little to protect victims.** Journal of Technology Law & Policy 2014; 14:236-52.
24. Tungate A. **Bare necessities: the argument for a “revenge porn” exception in Section 230 immunity.** Information & Communications Technology Law 2014; 13:172-88.
25. Fairclough N. Discurso e mudança social. Brasília: Editora UnB; 2001.
26. Fairclough N. **Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica.** Linha D'Água 2012; 25:307-29.
27. Minayo MCS. **O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde.** 12^a Ed. São Paulo: Editora Hucitec; 2010.
28. Barichello EMMR, Oliveira CC. **O marketing viral como estratégia publicitária nas novas ambiências midiáticas.** Em Questão 2010; 16:29-44.
29. Brei VA, Rossi CAV, Evrard Y. **As necessidades e os desejos na formação discursiva do marketing – base consistente ou retórica legitimadora?** Cadernos EBAPE.BR 2007; 5:1-21.
30. Moura CS, Gomes SHA. **Com quem andas e com quem andarás: rastros digitais na algoritimização das relações.** In: Anais do IX Simpósio Nacional da ABCiber. São Paulo: ABCiber; 2016. p. 1-16.
31. Parasier E. **O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você.** Rio de Janeiro: Editora Zahar; 2012.
32. Bauman Z. **Vida em fragmentos: sobre ética pós-moderna.** Rio de Janeiro: Editora Zahar; 2011.
33. Borrajo E, Gámez-Guadix M, Calvete E. **Cyber dating abuse: prevalence, context, and relationship with offline dating aggression.** Psychol Rep 2015; 116:565-85.
34. Barreto ET. **Crimes cibernéticos sob a égide da Lei 12.737/2012.** Conteúdo Jurídico 2017; 07 mar. <http://conteudojuridico.com.br/artigo.crimes-ciberneticos-sob-a-egide-da-lei-127372012.588644.html> (acessado em 02/ Nov/2017).
35. Council of Europe. **Convention on cybercrime.** Budapest: Council of Europe; 2001. (European Treaty Series, 185).
36. Brasil. **Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014.** Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil. Diário Oficial da União 2014; 24 abr.

4.3. REGRAS/RUPTURAS DO ‘CONTRATO’ AMOROSO ENTRE ADOLESCENTES: O PAPEL DO ABUSO DIGITAL²⁵

Introdução

O objetivo inicial de nosso estudo era o de conhecer os sentidos atribuídos por adolescentes acerca de abuso digital nos relacionamentos afetivo-sexuais. Todavia, o mergulho no campo e o contato com esses jovens nos fez mudar inteiramente o percurso. Nos diferentes grupos que entrevistamos, eles nos falavam antes de tudo de regras, acordos, implícitos ou pactuados, que definiam os contornos de um “contrato amoroso” para só então contextualizar como as diferentes práticas de abuso digital afetavam esses entendimentos.

Assim, se o mais óbvio é o de começar pelo reconhecimento de uma pluralidade semântica, de definições e práticas que dão os contornos dos relacionamentos afetivo-sexuais entre jovens e adolescentes (Bertoldo & Barbará, 2006; Scorsolini-Comin, Fontaine, Santos, 2016), entendemos ser necessária uma visada que nos coloque em perspectiva a historicidade dos seus termos definidores: afinal, de que amor falamos?

As práticas amorosas têm se transformado ao longo da história e o próprio significado do que seja ‘amor’ não é um conceito unívoco (Giddens, 1993; Louro, 2000; Bauman, 2004; Chaves, 2010). Para empreender tal percurso tomamos como referenciais, a análise feita por Giddens em sua obra “A transformação da intimidade: Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas” e a leitura do consagrado texto de Bauman (2004), “Amor líquido: Sobre a fragilidade dos laços humanos”.

Giddens (1993) ao analisar a constituição contemporânea dos sentidos da intimidade vai mostrar distintas modelagens da noção de amor que não excluem as formas históricas anteriores, instaurando-se uma polissemia e disputa de sentidos. O primeiro modelo, denominado ‘amor romântico’ inaugura, no século XVIII, uma nova forma de relacionamento amoroso visto não mais como um mero arranjo familiar financeiro, mas sim como um “encontro de almas”, uma livre escolha dos parceiros baseada no amor, desejo sexual, casamento, liberdade, auto-realização, maternidade e pela idéia de um ‘amor verdadeiro’ e eterno.

Dentre o conjunto de influências que afetaram, em particular, as mulheres no final do século XVIII, estão: a criação do lar, a chamada ‘invenção da maternidade’ e a ideia de ‘mulher respeitável’.

²⁵ Artigo a ser submetido à publicação em cumprimento ao proposto no Objetivo 3 deste estudo.

A centralidade da família até então calcada na autoridade patriarcal volta-se para a afeição maternal. “*A idealização da mãe foi parte integrante da moderna construção da maternidade, e sem dúvida alimentou diretamente alguns valores propagados sobre o amor romântico*” (Giddens, 1993, p. 53).

As mulheres que eram reconhecidas na sociedade como 'esposas e mães' reforçavam um modelo de sentimento baseado na 'mulher respeitável', heterossexual, baseada no casamento, na subordinação da mulher ao lar e ao seu isolamento do mundo exterior (Giddens, 1993).

Todavia, a partir de algumas mudanças ocorridas na sociedade capitalista industrial do século XIX, tais como: a separação entre lar e trabalho, a redução do número de filhos e o entendimento da criança como um ser vulnerável (necessitando de maior atenção e amparo a longo prazo), o próprio poder patriarcal exercido dentro do espaço do lar, se vê afetado.

Por ideologia patriarcal entende-se a manutenção e reprodução de uma estrutura de poder desigual entre os gêneros, cuja supremacia é exercida pelo homem sobre a mulher, a subordinando, e, por extensão, as identidades associadas ao feminino e aquelas que borram as fronteiras de gênero pré-definidas (Marinho, 2018). Assim, o patriarcado funciona como uma máquina de “força institucional que se capilariza nas relações sociais, impregnando práticas sociais, instituições sociais e modos de ser e de pensar, ganhando assim, naturalidade pela legitimidade que lhe é conferida” (Marinho, 2018, p. 206).

Com o processo de emancipação e autonomia sexual feminina, a partir da segunda metade do século XX para o final, os ideais de amor romântico começaram a perder espaço para a expansão de outras modelagens, como a do ‘amor confluyente’.

O amor confluyente é um amor ativo, contingente, e por isso entra em choque com as categorias “para sempre” e “único” da idéia de amor romântico (...). Quanto mais o amor confluyente consolida-se em uma possibilidade real, mais se afasta da busca da “pessoa especial” e o que mais conta é o “relacionamento especial” (Giddens, 1993, p. 72).

A busca pelo “relacionamento puro” surge da idéia do amor confluyente como um ideal, numa sociedade onde todos teriam a oportunidade de se tornar sexualmente realizados, presumindo a igualdade na doação, o recebimento emocional e o “conhecimento das peculiaridades do outro”, numa ordem amorosa negociada. Tais conceitos, portanto, divergem diretamente da idéia do amor romântico que sujeita a mulher ao âmbito doméstico, a subordina ao homem, confina sua sexualidade ao casamento e ao símbolo de ‘mulher respeitável’.

A partir dos anos 2000, a internet e suas inovações tecnológicas digitais ampliaram ainda mais as possibilidades de conexão e hiperconexão, propiciando a ruptura de barreiras geográficas e mesmo presenciais. Conhecida como segunda geração da World Wide Web, a Web 2.0, surge com a promessa de ampliar as possibilidades de trocas de informações entre as pessoas, incluindo a colaboração em sites e serviços digitais, transformando o ambiente *online* mais dinâmico, afetando mundialmente a maneira como se dão as relações íntimas e interpessoais cotidianas.

As redes sociais digitais surgem dentro deste contexto e passam a funcionar como mediadores estratégicos das relações sociais, inclusive afetivo-sexuais. Tais alterações transformaram o ‘estar conectado’ em ‘ser conectado’, modificando os comportamentos e tornando impossível separar a vida *online*, da *off-line* (Santaella, 2016).

Na cultura da conectividade é uma constante a intenção de dar-se a conhecer, com o estabelecimento de laços fracos, que podem desfazer-se e refazer-se a qualquer momento (Santaella, 2016). Resgatando o sentido dos vínculos efêmeros na ordem amorosa, Bauman (2004) vai retratar os impactos de uma cultura capitalista de consumo na ordem dos afetos amoroso-sexuais. O imediatismo, consumismo e hedonismo serão valores determinantes na produção de vínculos rasos, visando o prazer passageiro, sem contrapartidas.

A promessa de aprender a arte de amar é a oferta (falsa, enganosa, mas que se deseja ardentemente que seja verdadeira) de construir a “experiência amorosa” à semelhança de outras mercadorias, que fascinam e seduzem exibindo todas essas características e prometem desejo sem ansiedade, esforço sem suor e resultados sem esforço (Bauman, 2004, p. 21-22).

Assim, o conjunto de experiências a que se refere pela palavra ‘amor’ se expande. Os relacionamentos afetivo-sexuais contemporâneos estão fortemente vinculados à experimentação da sexualidade. “*Noites avulsas de sexo são referidas pelo codinome de “fazer amor”*” (Bauman, 2004, p. 19). A busca incessante e abundante por experiências amorosas, as mais diversas, ocupam cada vez mais o espaço do amor romântico de outrora.

Na sociedade atual, declarar amor eterno a alguém é visto como um decreto de aprisionamento. Para Bauman vivemos o modelo do “amor líquido”, uma relação instantânea e disponível. “*Nada de apaixonar-se... Nada daquela súbita torrente de emoções que nos deixa sem fôlego e com o coração aos pulos. Nem as emoções que chamamos de “amor” nem aquelas que sobriamente descrevemos como “desejo”*” (Bauman, 2004, p. 37).

No modelo típico-ideal designado como “amor líquido”, as relações íntimas se dão por conveniência, por impulso e devem ser consumidas instantaneamente, de uma única vez e

descartável. A ordem do dia é satisfazer os desejos de súbito, experimentar, sem preconceitos. O relacionamento se mantém apenas enquanto ambas as partes estiverem proporcionando prazer e satisfação suficiente a sua manutenção (Bauman, 2004).

Nesse cenário, onde as relações se tornaram mais fluidas, frágeis e com redução de vínculos duradouros, os adolescentes são também convocados a reatualizar os sentidos de suas práticas amorosas.

“(...) o adolescente se vê impelido a instituir o modo típico de relacionamento deste tempo: relações abreviadas, voltadas para a satisfação de necessidades e desejos imediatos, sem compromissos que ultrapassem o momento da relação. (...) os relacionamentos atuais são instantâneos (...). Não há lugar para relacionamentos duradouros articulados a um projeto futuro, capazes de catalisar demandas diversas e estabilizar relações (...)” (Justo, 2005, p. 70).

Dentro deste contexto relacional mais íntimo, marcado pelas disputas entre os distintos modelos de amor, há tensões constantes que visam estabelecer limites, sejam estes (in)formalmente demarcados, numa espécie de “contrato amoroso”, que estabelece o que é ou não permitido, aceito, negociado ou perdoado. *“Dentre as normas acordadas pelo casal, existem aquelas que não podem ser flexibilizadas (...), a mentira não é aceita, pois leva a quebra de confiança que é indispensável na relação* (Nascimento & Cordeiro, 2011, p. 521)”.

Os relacionamentos, agora cada vez mais mediados por tecnologias digitais, precisam também incorporar em seus “contratos amorosos” um conjunto de regras de consentimento mútuo sobre os usos dessas tecnologias, delimitando as fronteiras do que passa a ser visto como “abusivo”.

Os abusos digitais no contexto dos relacionamentos afetivo-sexuais são definidos internacionalmente como “cyber dating abuse (CDA)”. Segundo Flach & Deslandes (2017), por ser um fenômeno emergente ainda não suficientemente definido na literatura científica, o CDA pode ser caracterizado como uma nova expressão da violência entre parceiros íntimos (VPI),

“com características específicas e elementos diferenciados da violência ocorrida no namoro face a face e no *cyberbullying*, perpetrado por meio do uso da Internet e de tecnologias digitais que não têm barreiras geográficas ou temporais para sua expressão, com a intenção de causar danos ao(à) parceiro(a), e com importantes consequências à saúde mental de suas vítimas” (Flach & Deslandes, 2017, p. 5).

Os tipos de abuso digitais mais comuns são: 1. Agressão direta; 2. Controle/Monitoramento, 3. Sexting como pornografia de vingança e 4. Sextorsão.

Na *agressão direta* são realizadas ameaças, insultos, disseminação de informações privadas, incluindo fotos e vídeos pessoais, roubo de identidade por meio da criação de perfis falsos em rede social, rastreamento da última conexão, uso de senha pessoal do(a) (ex)parceiro(a) sem o consentimento para verificar e-mail, contatos telefônicos, mensagens de texto e de rede social ou até mesmo para monitorar a localização via GPS, com a intenção de o (a) humilhar e embaraçar (Flach & Deslandes, 2017; Van Ouytset et al, 2016; Borrajo et al, 2015; Stornard et al, 2014).

O *controle/monitoramento* é feito via aplicativos gratuitamente disponibilizados nos sistemas Android e iPhone, que possibilitam o controle remoto do aparelho de outra pessoa, sem o conhecimento e consentimento da mesma. Dentre as diversas funções disponibilizadas por estes aplicativos estão: o uso de “cercas eletrônicas”, controle de localização, escuta de ligações telefônicas, acesso a mensagens de texto, às redes sociais, e-mail, à galeria de imagens e vídeos, clonagem do whats app, somente para citar algumas.

A promessa de segurança e manutenção de uma “paz de espírito” são dispositivos discursivos que naturalizam o uso de aplicativos de controle e monitoramento do(a) parceiro(a). Essas práticas enraizadas no cotidiano dos relacionamentos afetivo-sexuais reiteram antigas violências e retiram dos(as) parceiros(as) o direito à liberdade e a inviolabilidade de suas informações (Flach & Deslandes, 2019).

O sexting usado como *pornografia de vingança* (Morelli et al, 2016; Borrajo et al, 2015; Lucero et al, 2014) é a ameaça em divulgar nudes e vídeos íntimos feitos e trocados voluntariamente durante a vigência do relacionamento íntimo, obrigando uma pessoa a fazer algo que ela não quer. Por ser um círculo vicioso de abuso, pode durar muito tempo e gerar danos graves à saúde, podendo levar à depressão e até ao suicídio.

A *sextorsão* se refere a ameaça de expor fotos e vídeos íntimos de alguém, caso essa pessoa não aceite pagar um valor exigido (extorsão). Mas, por ser um fenômeno ainda pouco estudado, especialmente no Brasil, há poucos dados a respeito. Contudo, a SaferNet Brasil – uma organização civil com foco na promoção e defesa dos Direitos Humanos na Internet no Brasil – recebeu só no primeiro semestre de 2018, 332 pessoas buscando ajuda porque sofreram ameaça ou tiveram seus nudes compartilhados sem autorização (SaferNet Brasil, 2019).

Dentre as consequências à saúde daqueles que sofrem tal abuso, estão: danos à identidade, autoestima, integridade e privacidade, deixando marcas psíquicas (*ansiedade, depressão, distúrbio do sono, ideação e tentativa de suicídio*) cujas extensões ainda são pouco conhecidas (Flach & Deslandes, 2017; Van Ouytsel, Ponnet, Walrave, 2016; Temple et al,

2016; Martinez, 2014; Tungate, 2014, Zweig et al, 2014; Dank et al, 2014; Stonard et al, 2014).

Essas consequências à saúde nos alertam para a importância do olhar diferenciado dos profissionais de saúde para a abordagem desses temas junto aos adolescentes e para a sua pronta identificação nos serviços de saúde, em face à vulnerabilidade dos adolescentes em sofrer e praticar tais formas de abuso.

Neste estudo tomamos por base a definição de violência nas relações afetivo-sexuais adotada pela Convenção de Belém do Pará (1994) entendendo esta como: qualquer ação ou ato seja de natureza física, psicológica, verbal, moral ou mesmo de natureza simbólica, que cause morte, dano ou sofrimento ao outro.

Todavia a ampliamos, ao considerar a definição proposta por Nascimento & Cordeiro (2011) no qual os jovens consideram violência nas relações íntimas “*qualquer ato que invada o limite do outro (...), qualquer transgressão ao espaço do outro, entendendo-se esse espaço não só em seu aspecto físico, corpóreo, mas como aquele inerente a sua subjetividade, seus desejos e ideais* (2011, p. 523)”.

Assim, o objetivo deste artigo é conhecer os sentidos atribuídos por adolescentes para o conjunto de regras e acordos, implícitos ou pactuados, que definem os contornos de um “contrato amoroso” e o papel do abuso digital nesses entendimentos estratégicos.

Metodologia

O presente artigo constitui um estudo de natureza qualitativa, com fontes orais primárias, realizado com adolescentes, utilizando a proposta de “interpretação de sentidos” de Gomes et al (2005).

“Tal proposta é um caminho de análise de significados dentro de uma perspectiva das correntes compreensivas das ciências sociais que analisa: (a) palavras; (b) ações; (c) conjunto de inter-relações; (d) grupos; (e) instituições; (f) conjunturas, dentre outros corpos analíticos” (Gomes et al, 2005, p. 202).

A opção por tomar os adolescentes, como os sujeitos do estudo, se deu em função de diversos estudos nacionais e internacionais apontarem tal segmento como o de maior vulnerabilidade para a ocorrência de violência nas relações afetivo-sexuais (Miller et al., 2015; Niolon et al., 2015; Minayo et al., 2011; Coelho & Machado, 2010; Caridade & Machado, 2006).

Adotou-se a técnica projetiva (Pinto, 2014), utilizando dois casos fictícios acerca do abuso digital nos relacionamentos íntimos para mobilizar os debates dos grupos focais, que foram gravados em MP3 e posteriormente transcritos.

No primeiro caso buscou-se debater acerca do controle/monitoramento realizado via uso de aplicativo que duplica no celular de quem está monitorando as mensagens recebidas pelo parceiro íntimo, sem o seu conhecimento e consentimento. O caso retrata dois jovens de 17 anos, heterossexuais, que namoram há 6 meses. Contudo, a moça passa a desconfiar que o namorado está se interessando por outra garota, e baixa um aplicativo que clona, no celular dela, as mensagens de Whats App do namorado, sem o consentimento e conhecimento dele, e passa a ter acesso a todas as mensagens trocadas por ele.

Já no segundo caso buscou-se refletir sobre “pornografia de vingança”, materializada na divulgação de vídeo, foto ou arquivo íntimo na internet, sem a permissão de um dos parceiros. Nesse caso, a situação retratava a história de três jovens (uma moça de 15 anos e dois rapazes de 16 anos). Na primeira parte do enredo, a menina e um dos rapazes trocam “nudes” pelo Whats App, num jogo de sedução, mas não estavam num relacionamento sério. Na segunda parte do enredo, a jovem conhece outro rapaz com quem começou a namorar e então diz ao primeiro rapaz que não trocaria mais “nudes” com ele. Então o jovem ‘rejeitado’ resolveu enviar num grupo de Whats App de amigos em comum aos dois, sem o consentimento dela, os vídeos e fotos íntimas que a jovem havia enviado para ele.

Foram realizados 4 (quatro) grupos focais com adolescentes, de ambos os sexos, com idades entre 15 e 18 anos, buscando compor uma amostra heterogênea quanto à etnia/raça e extratos sociais. Participaram do estudo um total de 26 (vinte e seis) estudantes (22 moças e 4 rapazes), sendo que com: 15 anos (3 moças e 2 rapazes), 16 anos (15 moças e Zero rapazes), 17 anos (4 moças e 2 rapazes) e 18 anos (Zero moças e rapazes).

A duração dos grupos variou entre 50 (cinquenta) minutos e 58 (cinquenta e oito) minutos e foram realizados em duas escolas cariocas (uma particular, situada na zona sul e outra pública federal, localizada no subúrbio). Os grupos focais foram conduzidos pela primeira autora e por pesquisador auxiliar na função de relator. Foram compostos grupos só por rapazes e outros somente com as moças, com no máximo 10 participantes. Foram ainda realizadas 3 entrevistas (2 meninas e 1 menino) que haviam declarado terem sofrido CDA com o propósito de aprofundamento:

Para fins de proteção dos sujeitos e melhor categorização e análise do material coletado foram adotadas as seguintes siglas, seguido da numeração ordinal: EPuMa (Escola Pública Meninas); EPuMo (Escola Pública Meninos); EPaMa (Escola Particular Meninas). Na

escola particular, não houve quantitativo mínimo necessário de meninos interessados em participar do grupo focal.

A partir de sucessivas leituras temáticas (Minayo, 2010), os depoimentos foram agrupados em três grandes blocos discursivos, para fins de análise do material qualitativo.

A pesquisa foi submetida e aprovada por Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), em cumprimento à Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

Resultados

Tomando por base, a breve reflexão acerca do ‘amor’ e da contemporaneidade apresentada neste artigo, identificamos nos resultados sentidos relacionados ao que categorizamos como: “Regras do contrato amoroso” (Bloco1), “Atos de ruptura do contrato amoroso” (Bloco 2) e “Consequências” (Bloco 3).

No Bloco 1, na enunciação das “**Regras do contrato amoroso**”, não percebemos distinção do conteúdo discursivo dos meninos e das meninas. Os enunciados convergem ao que seriam consideradas “regras da etiqueta amorosa” para um “bom” relacionamento, onde são estabelecidas – ainda que informalmente – regras que não podem ser rompida sob pena de confrontar valores considerados essenciais ao relacionamento, não raro levando à ruptura do vínculo criado.

Os discursos evocam sentidos que se fundamentam no reconhecimento da confiança, individualidade e intimidade como essenciais para a vigência de um relacionamento íntimo considerado “sério”. Tais valores foram identificados a partir de duas categorias centrais: 1. Diálogo/comunicação e 2. Privacidade (Quadro1).

QUADRO 1 – DISTRIBUIÇÃO DAS “REGRAS DO CONTRATO AMOROSO” POR CATEGORIAS, IDEIAS ASSOCIADAS (IA) E VALORES

	CATEGORIAS	REGRAS E IA	VALORES
REGRAS DO ‘CONTRATO’	Diálogo/ Comunicação	<p>Regra: Os parceiros devem expor ideias, sentimentos e resolver conflitos através do diálogo.</p> <p>IA: Ter um bom relacionamento. Se não há diálogo, não há confiança.</p> <p><i>“Qualquer tipo de relacionamento, se tem alguma coisa que a gente não gosta a gente tem que falar. A gente não pode tomar nenhuma decisão precipitada. A melhor maneira de resolver as coisas é conversando, né” (EPuMa (GF1)).</i></p> <p><i>“Geralmente num relacionamento, você tem que ter uma confiança mutua. Se os dois parassem para conversar, eu acho que seria muito melhor do que ele ficar escondendo o que está fazendo e ela tentando descobrir usando esse aplicativo” (EPuMo(GF2)).</i></p>	Confiança

AMOROSO	Privacidade	Regra: Os parceiros devem ter a sua privacidade assegurada. IA: Quebra de um vínculo pré-estabelecido de confiança. <i>“Porque um casal que vive mesmo como um casal, eles têm privacidade”</i> (EPuMa (GF1)). <i>“Se tem isso não tem confiança, se não tem confiança ... do que vale um namoro que não tem confiança”</i> (EPuMa(GF3)).	Confiança
		Regra: Os parceiros devem ter o direito de informar somente aquilo que avaliarem relevante à relação e não tudo o que acontece na sua vida privada. IA: Invasão à individualidade do outro. <i>“Cada um é o seu indivíduo”</i> (EPuMa (GF1)). <i>“A pessoa não necessariamente tem que saber da sua vida inteira, sabe?”</i> (EPuMo(GF2)). <i>“Tem as vezes que você tem a sua, você com você, as suas coisas. Você não conta tudo. Só assim, o essencial, mas não”</i> (EPuMa(GF3)).	Individualidade

Ilustrado no quadro 1, as categorias 'diálogo/comunicação' e 'privacidade' associados aos valores confiança e individualidade, são fortemente evocados entre os jovens participantes do estudo. Para estes, tais valores são vistos como algo importante à relação.

(...) *existem situações pessoais que não cabem serem discutidas com o parceiro* (EPuMa (GF1)).
 (...) *pode estar resolvendo uma questão de família, pessoal, que não diz respeito à namorada* (EPuMa (GF3)).

O valor 'individualidade' é conclamado pelos jovens como um fator essencial à garantia de confiança na relação.

Isto é, nossos entrevistados parecem esperar do relacionamento íntimo, espaço suficiente para que o mesmo 'sobreviva', separando aquilo que considero da ordem do 'meu' privado, daquilo que considero público num contexto relacional que transforma tudo o que pode do que é privado em público, por meio do convite voluntário a nos expormos nas mídias e redes digitais. Nesse interim, fatos da vida cotidiana, os mais diversos, se transformam em oportunidades de postagens e compartilhamentos, e não raro se publicizam momentos e

experiências da ordem do privado como se fossem públicas (Bauman, 2009; Bruno, 2013; Van Dijck, 2016).

A era da conectividade (Van Dijck, 2016) 'exige' de todos a vivência de relacionamentos íntimos fluidos, de laços fracos, baseados na experimentação, na quantidade, no prazer hedonista e imediato, sem estabelecimento de vínculos para não se perder nenhuma potencial possibilidade de algo melhor, o chamado “amor líquido”.

Essas novas expressões e tipos de relacionamentos íntimos (amor confluyente e amor líquido) convivem com velhas práticas de relacionamento (amor romântico) borrando as fronteiras do público e do privado (Bauman, 2009; Bruno, 2013; Van Dijck, 2016).

Ao mesmo tempo em que, os jovens buscam sustentar um relacionamento baseado no amor confluyente que, diferentemente do amor líquido e do amor romântico - centrado na figura feminina, na pessoa idealizada, na alma gêmea -, é autocentrado. Isto é, apesar da relação se manter enquanto existir prazer, o amor confluyente admite vínculo e compromisso na relação íntima estabelecida.

Em meio a este turbilhão de oportunidades de relacionamentos, vemos o reforço de comportamentos e julgamentos morais, divergentes quando se trata da expressão da sexualidade feminina e masculina. Enquanto aos rapazes é 'aceito' que vivenciem o amor confluyente e amor líquido no seu cotidiano relacional, às meninas é 'esperado' um comportamento recatado, submisso e introspectivo, baseado no ideal de amor romântico, como poderá ser verificado no segundo bloco deste artigo.

Já no Bloco 2, “**Atos de Ruptura do contrato amoroso**”, os enunciados convergem para a crítica a atos que envolvem os sentidos de desrespeito e posse/cerceamento. Por meio das categorias ‘exposição da intimidade’ e ‘monitoramento sem permissão’, os sentidos atribuídos evocavam as condutas a serem repudiadas e que contribuiriam à ruptura deste ‘contrato amoroso’ (Quadro 2).

Os malefícios advindos dessa “autonomia roubada” ecoando nas falas os sentimentos de decepção, tristeza, impotência e violação do(a) (ex)parceiro(a) em não respeitar as regras do “bom relacionamento” são enfaticamente verbalizados pelos participantes.

QUADRO 2 – DISTRIBUIÇÃO DOS “ATOS DE RUPTURA DO ‘CONTRATO’ AMOROSO” POR CATEGORIAS, IDEIAS ASSOCIADAS (IA) E VALORES

	CATEGORIAS	ATOS E IA	VALORES
--	------------	-----------	---------

<p style="text-align: center;">ATOS DE RUPTURA DO ‘CONTRATO’ AMOROSO</p>	<p style="text-align: center;">Exposição da intimidade</p>	<p>Atos de ruptura: Quebrar o vínculo de confiança. Quando um dos parceiros disponibiliza na internet, material de natureza íntima produzida enquanto mantinham o relacionamento.</p> <p>IA: Dano a intimidade, um desrespeito a sua privacidade e integridade.</p> <p><i>“Uma amiga da minha prima, teve o vídeo dela com o namorado divulgado. Ela terminou e o namorado resolveu botar...” (EPuMa (GF1)).</i></p> <p><i>“(...) eu acho muito errado, porque é uma coisa íntima, é o corpo dela” (EPuMo(GF2)).</i></p> <p><i>“Porque tipo assim, uma coisa que você faz a dois, você e sua namorada, não se compartilha a quatro” (EPuMo(GF2)).</i></p> <p><i>“No momento que você pega a nossa coisa e espalha (...) o ato de você publicar, expor para as pessoas que não tinham o consentimento de ver, isso sim é que está errado” (EPuMa(GF3)).</i></p> <p><i>“A partir do momento que as pessoas compartilham, você perde o controle. Como é o seu corpo, é você que é afetada, não a pessoa que está compartilhando” (EPaMa(GF4)).</i></p> <p><i>“(...) mesmo quando você tem uma relação boa com o seu corpo, você super se aceita, você tem ainda a questão da sua privacidade e a questão de você escolher, essa pessoa eu quero, essa pessoa eu não quero, sabe!?” (EPaMa(GF4)).</i></p>	<p style="text-align: center;">Desrespeito</p>
	<p style="text-align: center;">Monitoramento sem permissão</p>	<p>Atos de ruptura: Monitorar sem a permissão do(a) parceiro(a)</p> <p>IA: é entendido como um abuso, um controle obsessivo, um ato de possessão, que por meio da vigilância, expõe e invade a privacidade dos parceiros.</p> <p><i>“Mas eu acho que a gente não pode confundir também, uma coisa é você ter ciúmes do seu namorado, isso é provavelmente normal, outra coisa é você (...) baixar num celular (...) é você ter, entre aspas, abusar da pessoa, você ser invasivo e tal” (EPuMa (GF1)).</i></p> <p><i>“Uma amiga (...) teve um dia que ela me falou que descobriu que o namorado dela tinha colocado esse aplicativo de mensagem no celular dela (...) o namorado dela, sempre foi muito possessivo com ela (...) então eles terminaram (...)” (EPuMo(GF2)).</i></p> <p><i>“(...) um ato de possessão colocar o aplicativo pra ver o que ele estava fazendo com as mensagens e tal” (EPuMo(GF2)).</i></p> <p><i>“É um controle obsessivo, isso é obsessão” (EPuMa(GF3)).</i></p> <p><i>“Porque o aplicativo já está errado por existir. Onde já se viu um aplicativo pra botar no celular da outra pessoa saber tudo” (EPuMa(GF3)).</i></p> <p><i>“Que é uma parada dela, não é sua. Você não tem o direito de mexer no celular de outra pessoa” (EPaMa(GF4)).</i></p>	<p style="text-align: center;">Posse/ cerceamento</p>

Houve um consenso nas opiniões tanto dos meninos quanto das meninas, que entendem a exposição de vídeos e fotos de natureza íntima sem consentimento, como algo que viola a privacidade e ‘expõe a intimidade’ do parceiro.

A divulgação na internet de fotos, vídeos íntimos e “nudes” é relatada por esses jovens como algo que ocorre com muita frequência para ambos os sexos. Apesar disso, quando a divulgação da foto íntima é de um jovem, esta publicização ainda ganha um status de “propaganda positiva”, o que não ocorre para as jovens, que experienciam o reforço de velhas práticas culturais patriarcalistas, que denigrem a imagem feminina e põe em cheque sua conduta moral (EPuMa (GF1)).

Tais atitudes podem ser entendidas a partir da construção da ideia de ‘mulher respeitável’ de um lado, “mulheres de conduta duvidosa” de outro. Enraizado no cotidiano das relações sociais, tais ideários permanecem em constante disputa com outros mais emancipatórios, liberais, de igualdade sexual e de gênero.

A diferenciação dos ‘papeis tradicionais’ de gênero naturalizam práticas de abuso e violência, gerando consequências diferentes para os gêneros. Aquelas ‘moças’ que tentam romper com os esses estereótipos ‘tradicionais’ são estigmatizadas e julgadas, pela sua condição biológica de ser mulher, não ocorrendo o mesmo com os ‘rapazes’.

*“Tipo assim, no meu caso. (...) eu estava só conversando com um outro menino (...) alguém, não sei quem é, veio falar pra ele que eu estava conversando com um outro menino (...) enfim, por causa disso ele foi lá e **clonou o meu WhatsApp**” (EPuMa (GF1)).*

*“(...) acho que **não é só uma questão de exposição, é todo um problema social que você tem sobre o corpo da mulher. Quando eu falo isso, eu falo especificamente da mulher, porque eu notei que o homem não passa por isso, pela mesma situação**” (EPuMa(GF3)).*

*“(...) Aí você para e pensa, cara pra um menino, ele mesmo publicar (...) ele fala pra fulano, dei mesmo e tal, olha só como é grande, é bonito... **tipo é (...) a questão social mesmo** (...)” (EPuMa(GF3)).*

*“(...) **quando era menino, nude sabe!?! Ninguém liga muito, mas quando era menina, sabe!?! A menina é taxada tipo: puta, vadia, de piranha, esse monte de coisa**” (EPuMa(GF4)).*

Vale ressaltar que a sexualidade é historicamente produzida a partir de múltiplos discursos sobre sexo que não só regulam, normatizam e instauram saberes como também produzem “verdades” A mulher aprende desde muito jovem que as questões relativas à sua sexualidade são da ordem do privado, desassociando a mesma de suas raízes sociais e políticas de cerceamento, controle, censura e intimidação (Louro, 2000).

As jovens são socialmente ‘educadas’ a agir dentro de determinados padrões ‘moralmente aceitáveis’, que incluem: o disciplinamento e controle de seus desejos sexuais, a ‘se darem o respeito’, a cuidar a forma ‘como se sentam’, ou como ‘se vestem’ para ‘não chamar a atenção masculina’. Ao mesmo tempo em que, é também educada para se vestir para o ‘homem’, para ficar ‘bonita’ para ele, para ‘atrair o olhar masculino’, para ser ‘feminina’.

Contudo, quando essa mulher 'chama atenção do público masculino' e um ato abusivo sexual ocorre com a mesma, são culpabilizadas pelo assédio ou violência sofrida. Serão ainda questionadas quanto 'ao horário que estavam transitando sozinhas', o 'tipo de roupa que vestiam' e 'se tinham ingerido bebida alcóolica' (Peixoto & Nobre, 2015; IPEA, 2014).

E, é justamente por conta da forma como o 'corpo' da mulher é visto e de como ela é julgada social e moralmente, que encontramos alguns discursos das meninas enfatizando o quanto é difícil confiar numa outra pessoa, a ponto de expor a sua sexualidade de forma plena, sem receio de julgamento, retaliações ou de que situações de abuso ocorram, como quando o 'sexting' vira 'sextorsão' ou 'pornografia de vingança'.

A mediação por parte do Estado no que se entende por CDA surge como um apelo ao reordenamento moral daquilo que o senso comunitário não é mais capaz de coibir por si só. Assim torna-se compreensível que alguns jovens enfatizem a necessidade da criação de uma lei que pudesse coibir este tipo de comportamento abusivo nos meios digitais, tendo em vista que os mecanismos de controle de comportamentos acionados pelos agentes familiares ou educacionais nem sempre são suficientes.

“É, então, ainda essa coisa, a internet parece algo sem lei” (EPuMo (GF2).

“Então, eu acho que devia ter uma medida pra proibir, ou algo assim, uma lei pra acabar com isso” (EPuMo (GF2).

A judicialização das relações interpessoais têm sido uma prática recorrente adotada, como mediador de conflitos pessoais e íntimos (Oliveira & Brito, 2016; Rifiotis, 2015).

Outrossim, cabe ressaltar que no momento da realização dos grupos focais, entre os meses de Abril/18 e Agosto/18, estavam tramitando no Congresso Nacional brasileiro, diversos projetos de lei com o propósito de coibir a prática do abuso digital nos relacionamentos afetivo-sexuais, porém ainda sem aprovação. Todavia, no mês de Setembro/18, entrou em vigor a Lei 13.718/18 (que tipifica o crime conhecido como vingança pornográfica) que por ser uma recente, ainda não há fontes de registros estatísticos oficiais que nos informem se a vigência da lei já promoveu alguma redução desse tipo de prática na internet.

No Bloco 3, “**Consequências**” (quadro 3), por meio das categorias ‘Danos à saúde mental/física’ e ‘Danos à inserção social/socialização’, é possível refletir sobre a importância que os adolescentes conferem às consequências do abuso digital nos relacionamentos íntimos juvenis.

Os danos à saúde relacionados às práticas de CDA foram espontaneamente informados pelos jovens durante os grupos focais. Esse dado demarca a importância de se ter um olhar atento a esse fenômeno emergente cujas consequências ainda são de difícil mensuração.

O abuso digital nos relacionamentos íntimos juvenis demonstra o quanto se faz necessário um trabalho multidisciplinar e interinstitucional visando ampliar as possibilidades de acesso ao apoio e identificação pelas equipes de saúde, ensino e demais instituições da sociedade civil do fenômeno do abuso digital dentro dos relacionamentos afetivos-sexuais juvenis.

QUADRO 3 – DISTRIBUIÇÃO DAS “CONSEQUÊNCIAS PERCEBIDAS” POR CATEGORIAS E SENTIDOS ATRIBUÍDOS

	CATEGORIAS	SENTIDOS ATRIBUÍDOS
CONSEQUÊNCIAS PERCEBIDAS	Danos à Saúde Mental/Física	<p>Sentido atribuído: A pessoa que vivencia o abuso online no relacionamento íntimo entra em um sofrimento profundo, podendo sofrer “depressão”, “paranoia”, práticas de automutilação e ideação suicida</p> <p><i>“Então a pessoa fica extremamente deprimida, a ponto de chegar a depressão, com certeza, porque isso, com certeza é... se mantém por muito tempo” (EPuMo(GF2)).</i></p> <p><i>“Eu acho que a pessoa fica realmente em estado mental, que chega... é...depressão, paranóia” (EPuMo(GF2)).</i></p> <p><i>“A garota entrou em depressão com isso. É um sentimento que... tipo assim, pior que for” (EPuMo(GF2)).</i></p> <p><i>“(…) Tipo, ela entrou numa depressão muito grave” (EPuMa(GF3)).</i></p> <p><i>Uma coisa que é tão íntima vir a público. A garota queria se matar, porque todo mundo falando, vendo. É horrível” (EPuMo(GF2)).</i></p> <p><i>“Eu conheço um caso, este é pesado, porque a menina depois que isso aconteceu ela começou a se mutilar (...)” (EPuMa(GF3)).</i></p>
	Inserção social/Socialização	<p>Sentido atribuído: O dano gerado pode contribuir para a reclusão, afetando diretamente o processo de inserção social.</p> <p><i>“Uma amiga da minha prima teve o vídeo dela com o namorado divulgado. Ela terminou o namoro e o namorado resolveu botar...(…) ela se mudou de escola (...) ela ficou muito chateada. Ela ficou muito tempo sem sair de casa” (EPuMa (GF1)).</i></p> <p><i>“E aí todo mundo ficou sabendo, aí ela se sentiu muito humilhada. Como estava no final do ano, ela esperou completar o ano e saiu da escola. Mas foi uma situação bem braba, até hoje na escola falam disso (...)” (EPuMa(GF3)).</i></p> <p><i>“Sendo adolescente, sendo vítima de uma coisa assim é (...) fora o julgamento social que tem em cima disso, tem o julgamento da família também, porque pode ter uma resposta tipo, mudar a relação com você, te decepcionar” (EPuMa(GF3)).</i></p> <p><i>“Pode ter gente do outro lado do mundo vendo... me vendo pelada. Aí eu acho que isso, sei lá, eu acho que a minha vontade seria de ir embora. Acho que nunca mais ver ninguém (...) com certeza eu ia pedir pra minha mãe me tirar da escola (...) mudar de Estado, mudar de país” (EPaMa(GF4)).</i></p>

Os depoimentos apresentados no Quadro 3 vêm ratificar que sem apoio profissional adequado se torna muito penoso a este jovem superar o abuso sofrido, sendo cotidianamente revitimizado, seja na escola, por meio das redes sociais digitais, e-mail, ou mensagens eletrônicas. Esse ciclo quase que infindável de sofrimento pode, e na maioria das vezes é, um fator determinante para o desenvolvimento de consequências à saúde mental, física e ao próprio processo de socialização juvenil.

Como já nos mostra a literatura, não raro esses jovens expostos a tal abuso no relacionamento afetivo-sexual desenvolvem quadros de baixa auto-estima, isolamento, depressão, crise do pânico, ansiedade, podendo levar a automutilação e até mesmo a tentativa de suicídio (Temple et al, 2016; Borrajo et al, 2015; Zweig et al 2014; Dank et al, 2014; Stonard et al, 2014).

Considerações Finais

Ao longo deste estudo refletimos acerca das regras, acordos - implícitos ou pactuados - que definem os contornos de um “contrato amoroso” e o papel das diferentes práticas de abuso digital ocorridas nas relações afetivo-sexuais adolescentes nesses pactos amorosos.

Identificamos que concomitantes ao desejo de privacidade e individualidade se alinhavam demandas de exposição e liberdade, próprias da “cultura da conectividade” (Van Dijck, 2016). Parece contraditório que desejos antagônicos sejam tão fortemente conclamados por esses jovens mas acreditamos que tais manifestações têm íntima relação com os modelos amorosos em voga e sua expressão nas mídias digitais. Expor fatos e eventos relativos a vida privada é algo naturalizado e faz parte do cotidiano digital. Apesar disso, algumas atitudes 'ferem' aquilo que os adolescentes entendem por uma 'autonomia do indivíduo' em decidir o que deve ser publicizado, quando e, principalmente, para quem.

A questão da decisão de 'para quem eu envio' um conteúdo de natureza íntima, ou seja, para qual audiência decido expor a minha intimidade, foi um dado importante e fortemente declarado pelos jovens no momento da pesquisa. Trata-se da prerrogativa de escolha da mídia e da audiência a se expor.

Observamos neste estudo, que os jovens têm expectativas e balizam relacionamentos pela ideia de um amor confluyente (Giddens, 1993) mas inseridos num cenário social onde se desenvolve, com intensidade, o amor líquido (Bauman, 2004) e, não raro, num recorte de gênero é imposto às meninas os ditames do amor romântico. Esses distintos modelos de amor

convivem e disputam os sentidos dos limites e demarcação de fronteiras de um “contrato amoroso”.

Outro dado relevante identificado foi o fato desses jovens tentarem proteger os mais jovens que eles, no uso da internet. Isso pode ter relação com o entendimento ainda que precoce, das consequências que uma exposição na internet pode acarretar na vida de quem vivencia tal abuso. Ainda que os resultados não permitam generalizações, estudos recentes apontam danos à saúde mental e a inserção social daqueles que sofrem tais abusos digitais.

Sendo assim, levar em consideração tais práticas abusivas e (des)naturalizá-las são movimentos essenciais e urgentes a serem providos nos diversos espaços de reprodução social tais como: família, comunidade, escolas, unidades de saúde, dentre outros.

Referências Bibliográficas

Bauman Z. **Amor líquido: Sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

Bauman Z. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

Bertoldo RB; Barbara A. **Representação social do namoro: a intimidade na visão dos jovens**. Psico-USF, v.11, n.2, p.229-237, jul./dez. 2006.

Borrajo E, Gaméz-Guadix M, Calvete E. **Justification beliefs of violence, myths about love and cyber dating abuse: prevalence, contexto, and relationship with off-line dating aggression**. Psychological Reports: Relationships & Communications 2015; 116: 565-85.

Bruno F. **Maquinas de Ver, Modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

Caridade S, Machado C. **Violência na intimidade juvenil: da vitimização à perpetração**. Análise Psicológica 2006, 4 (XXVI): 485-493.

Chaves, JC. **As percepções de jovens sobre os relacionamentos amorosos na atualidade**. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v.16, n.1, p.28-46, 2010.

Coelho C, Machado C. **Violência entre jovens: Prevenção através da Educação por Pares**. Actas do VI Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia. Universidade de Minho, Portugal, 4 a 6 de fevereiro de 2010.

Dank M, Lachman P, Zweig JM, Yahner J. Dating violence experiences of lesbian, gay, bisexual, and transgender youth. J. Youth Adolesc 2014; 43:846-57.

Flach, R; Deslandes, SF. **Abuso digital nos relacionamentos afetivo-sexuais: uma análise bibliográfica**. Cad. Saúde Pública 2017, 33 (7): e 00138516.

Flach, R; Deslandes, SF. **Abuso digital ou prova de amor? O uso de aplicativos de controle/monitoramento nos relacionamentos afetivo-sexuais.** Cad. Saúde Pública 2019, 35 (1): e 00060118.

Giddens, A. **A transformação da intimidade: Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas.** São Paulo: Editora UNESP, 1993.

Gomes, R; Souza, ER; Minayo, MCS; Malaquias, JV; Silva, CFR. *Organização, processamento, análise e interpretação de dados: o desafio da triangulação.* In: Minayo, MCS (organizadora). **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, p.185-221.

IPEA. **Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada.** Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde (versão preliminar). Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2014/03/IPEA_estupronobrasil_dadosdasaude_marco2014.pdf>. Acesso em: 25/11/2014.

Justo, JS. **O “ficar” na adolescência e paradigmas de relacionamento amoroso da contemporaneidade.** Revista do Departamento de Psicologia, UFF, V. 17, nº 1, p. 61-77, Jan-jun, 2005.

Louro, GL. *Pedagogia da Sexualidade.* In: Louro, GL (Organizadora). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

Lucero JL, Weisz AN, Smith-Darden J, Lucero SM. **Exploring gender differences: socially interactive technology use/abuse among dating teens.** Affilia 2014, 29:478-91.

Marinho S. **Diversidade de gênero na sociabilidade capitalista patriarcal: as identidades trans em perspectiva.** Rev. *katálysis*, Dez 2018, vol.21, no.3, p.602-610.

Martinez C. **Na argument for States to outlaw ‘revenge porn’ and for Congress to Amend 47 U.S.C 230: How our current laws do little to protect victims.** Journal of Technology Law & Policy 2014; 14:236-52.

Miller E, Goldstein S, McCauley HL, Jones KA, Dick RN, Jetton J, et al. **A school health center intervention for abusive adolescent relationships: a cluster RCT.** Pediatrics 2015; 135:76- 85.

Minayo MCS, Assis SG, Njaine K (Orgs.). **Amor e violência: Um paradoxo das relações de namoro e do ‘ficar’ entre jovens brasileiros.** Editora Fiocruz, 2011.

Minayo MCS. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde.** 12ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2010.

Morelli M, Bianchi D, Baiocco R, Pezzuti L, Chiumbolo A. **Sexting, psychological distress and dating violence among adolescents and young adults.** Psicothema 2016; 28: 137-42.

Nascimento FS; Cordeiro RLM. **Violência no namoro para jovens moradores de Recife.** Psicologia & Sociedade, v. 23, n. 3, p. 516-525, 2011.

Niolon PH, Vivolo-Kantor AM, Latzman NE, Valle AL, Kuoh H, Burton T, Taylor BG, Tharp, AT. **Prevalence of teen dating violence and co-occurring risk factors among middle school youth in high-risk urban communities.** *J Adolesc Health* 2015; 56: S5-S13.

Oliveira CFB, Brito LMT. **Humanização da justiça ou judicialização do humano?** *Psicologia Clínica* (28), n2, 2016:149-172.

Peixoto AF; Nobre BPR. **A responsabilização da mulher vítima de estupro.** *Revista Transgressões. Ciências criminais em debate.* Natal, vol 3, n1, maio/2015.

Pinto, ER. **Conceitos fundamentais dos métodos projetivos.** *Agora* (Rio de Janeiro), v. XVII, n.1, jan/jun 2014: 135-153.

Rifiotis T. **Violência, justiça e direitos humanos: reflexões sobre a judicialização das relações sociais no campo da violência de gênero.** *Cadernos Pagu* (45), 2015: 261-295.

SaferNetBrasil (2019). **Institucional/SaferNet.** <http://new.safernet.org.br> (Acessado em 26/01/2019).

Santaella L. *Intersubjetividade nas redes digitais: repercussões na educação. Nó2.* In: Primo, A (Organizador). **Interações em rede.** Porto Alegre: Sulina, 2016.

Scorsolini-Comin F; Fontaine AMGV; Santos MA. **Satisfação no namoro e bem-estar subjetivo: associações com conjugalidade dos pais.** *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 32, n. 3, p. 1-8, jul./set. 2016.

Stonard KE, Bowen E, Lawrence TR, Price AS. **The relevance of technology to the nature, prevalence and impact of adolescent dating violence and abuse: a research synthesis.** *Aggress Violence Behav* 2014; 19:390-417.

Temple JR, Choi HJ, Brem M, Wolford-Clevenger C, Stuart GL, Peskin MF, et al. **The temporal association between traditional and cyber dating abuse among adolescents.** *J. Youth Adolesc* 2016;45: 340-9.

Tungate A. **Bare necessities: the argument for a ‘revenge porn’ exception in Section 230 immunity.** *Information & Communications Technology Law* 2014; 13: 172-88.

Van Dijck J. **La cultura de la conectividade: Uma historia crítica de las redes sociales.** 1ª ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2016.

Van Ouytsel J, Ponnet K, Walrave M. **Cyber dating abuse victimization among secondary school students from a lifestyle-routine activities theory perspective.** *J. Interpers Violence* 2016; pii;0886260516629390. [Epub ahead of print].

Zweig JM, Lachman P, Yahner J, Dank M. **Correlates of cyber dating abuse among teens.** *J. Youth Adolesc* 2014; 43: 1306-21.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo foi possível sustentar a argumentação de que o *Cyber Dating Abuse* (CDA) é uma expressão da violência perpetrada por parceiro íntimo (VPI) e não *Cyberbullying*. Algumas características importantes se colocam para que tal afirmativa seja aceita tais como: quem monitora, rastreia, vigia e cerceia não quer ser descoberto (ao contrário do *cyberbullying*, que se dá a partir de *performance* diante de uma audiência); pode ser praticado (a) por parceiros(as) com diferentes faixas etárias e sempre há o envolvimento amoroso, que legitima a prática abusiva sob o viés do amor, cuidado e proteção do(a) amado(a).

Se no contexto das trocas sexuais e afetivas o desejo pelo controle/monitoramento dos parceiros sempre existiu, todavia não havia – até cerca de uns dez anos atrás – meios tecnológicos para que tal ferramenta se desenvolvesse. Outro dado relevante levantado por este estudo refere-se ao levantamento de ferramentas digitais gratuitas de controle/monitoramento dos(as) parceiros(as) íntimos (as). Tais avanços tecnológicos vêm associados a um discurso que naturaliza e banaliza a prática do controle/monitoramento, sem consentimento, e/ou conhecimento do parceiro(a) vigiado (a), garante a ‘proteção e segurança’ daquele(a) que se ama, e ‘vende’ a ‘paz de espírito’ para quem quer vigiar.

Envoltos a um grande palinóptico, a idéia de segurança e a prática do controle são disseminadas natural e amplamente, em escala exponencial, sem grandes questionamentos sociais, morais ou jurídicos, reiterando com novas roupagens – tão somente – antigas violências.

É bem verdade que não podemos generalizar, não conhecemos ainda como tais aplicativos funcionam, que relações de poder são estabelecidas nestes ‘contratos amorosos’, se são inteiramente desconhecidos por aqueles que são controlados ou se são ‘aceitos’ em nome deste ‘mito do amor’ que controla, cerceia e subjulga. Nem mesmo sabemos se os desenvolvedores desses aplicativos sofrem quaisquer sanções legais quanto à disponibilização de aplicativos que executam um monitoramento, por vezes, não consentido.

Da mesma forma, realizar estudos cujo público-alvo seja adolescentes menores de 18 anos é uma tarefa de fôlego, pois muitas barreiras se impõem entre o cumprimento de prazos acadêmicos e as incontáveis exigências feitas pelo Comitê de Ética para aprovação da pesquisa de campo. Soma-se a isso as idas e vindas das declarações institucionais, assinaturas dos termos tanto pelos alunos quanto por seus responsáveis, o próprio acesso às instituições de ensino, *locus* deste estudo, para agendamento dos grupos, as paralisações por feriados,

eventos locais, férias, datas festivas, necessitando muita persistência para a efetivação com êxito da pesquisa de campo.

Todavia, quando nos reportamos aos dados obtidos por meio da pesquisa de campo, com grupos focais, salta aos olhos, o fato de todos terem histórias de abuso digital ocorrido nos relacionamentos íntimos para contar, fossem situações ocorridas com os próprios, fossem com conhecidos, amigos e/ou familiares.

Estes resultados demonstram o quanto este tipo de prática é recorrente no cotidiano relacional dos jovens, que buscam vivenciar relacionamentos amorosos a partir do estabelecimento de um contrato amoroso cheio de contradições. Ao mesmo tempo em que desejam a exposição e a liberdade, querem privacidade e respeito à individualidade. Desejam a audiência, mas, querem ter autonomia para decidir quem deve receber suas imagens, vídeos e produções íntimas.

Diante disso, cabem algumas reflexões: De que ‘modelo de amor’ estamos falando? É possível generalizarmos e assumimos que só há uma forma de amar? Ou estamos falando de formas de amar? Como tais formas de vivenciar a sexualidade repercutem no dia a dia dos jovens? Que contrato de amor é esse pré-estabelecido? Como são demarcadas essas fronteiras? O entendimento é assimilado de forma igual por todos os jovens? Certos estamos que não podemos criar generalizações com tão poucos estudos produzidos que reflitam sobre o fenômeno do abuso digital nos relacionamentos íntimos.

Sim, o tema é recente na literatura científica, mas, não é menos danoso que outras violências, tão amplamente debatidas na sociedade e amparadas por legislações. Pelo contrário, o dano causado por este tipo de abuso é imensurável, uma imagem ou vídeo disponibilizado numa mídia digital jamais poderá ser removido completamente da rede, a exposição de um abuso digital gera um dano exponencial, chega do outro lado do mundo em frações de milésimos de segundo e basta um único ‘print + salvar’, para nunca mais ser retirado da rede digital. Não irá adiantar mudar de bairro, escola, cidade, estado ou país. Não haverá nenhum local onde poderá se ocultar de tão exposição, gerando danos emocionais ainda não conhecidos em sua plenitude. Diante de tudo o que foi até o momento exposto, a saúde básica, a educação e os movimentos sociais podem ter um papel fundamental na prática preventiva ao abuso digital nos relacionamentos juvenis.

Tivemos ainda limitações em estabelecer um diálogo mais intenso com outros estudos, dado que esse objeto despontou há poucos anos. Assim, podemos apontar a ausência de estudos que: 1. Abordem questões de gênero relativas ao abuso digital nos relacionamentos íntimos juvenis, bem como que possibilitem comparações entre o abuso ocorrido em relações

heterossexuais e entre as relações homossexuais; 2. Permita-nos discernir se o controle/monitoramento por meio de aplicativos é um ato de dominação puramente masculina ou é adotado de forma mais equitativa 3. Permita-nos refletir se a invisibilidade da audiência de quem controla o (a) parceiro(a) daria maior espaço para que as mulheres exercessem tal controle.

Por fim, acreditamos que ações podem ser pensadas visando alertar os jovens quanto ao uso da *internet*, salientar os danos decorrentes de uma exposição da intimidade não consentida na *internet*, problematizar que com a ruptura do ‘contrato’ amoroso, o abuso digital poderá ser uma de suas expressões, sensibilizá-los para o fato de que um material compartilhado na *internet* jamais poderá ser retirado completamente, devido à capilaridade das redes digitais de informação. E, empoderá-los a buscar apoio nas instituições de ensino, na família e nos profissionais de saúde.

Muitos jovens estão ficando emocionalmente adoecidos, se sentem desamparados, frustrados, temerosos e receosos em expor a situação de abuso aos pais e educadores. Por medo dos julgamentos reagem de forma retraída e introspectiva, aumentando o fosso entre eles e os adultos. Se sentem incompreendidos, (re)vitimizados e não sabem – nem deveriam – lidar sozinhos com as violências digitais e suas consequências.

Como apontam os estudos e também nossos entrevistados, existe uma conexão entre sofrer práticas de abuso digital nos relacionamentos e estas repercutirem na saúde de suas vítimas. Sendo assim, que desafios esse problema aponta para a saúde? Cabe ainda questionar como se posicionam os profissionais de saúde no trato das seqüelas psíquicas e físicas resultantes deste abuso?

Sim, a compreensão desse tema diz respeito a diversos campos do conhecimento, como a sociologia, comunicação, mas também à saúde, à educação e se configura um “problema social”. Todos são *co-partícipes* deste processo, podemos e devemos atuar na defesa, prevenção de futuros casos de abuso digital nos relacionamentos afetivo-sexuais juvenis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

(Citadas na Introdução, Marco Teórico e Metodologia)

Almeida, Ana MO; Almeida, Angela MO; Santos MFS; Porto MSG. **Juventude na mídia: violência e distinção social**. Educação e Cidadania 2008, 10 (1): 116.

APAV. Associação Portuguesa de Apoio a Vítima. Manual Crianças e Jovens Vítimas de Violência: **Compreender, intervir e prevenir**. ISBN: 978972-8852-50-4. Portugal, 2011.

Ball B, Holland KM, Marshall KJ, Lippy C, Jain S, Souders K, Westby RP. **Implementing a targeted teen dating abuse prevention program: challenges and successes experienced by expert respect facilitators**. J Adolesc Health 2015; 56: S40-S46.

Barros SC, Ribeiro PRC, Quadrado RP. **Sexting: entendendo sua condição de emergência**. EXEDRA Revista Científica ESEC 2014; (Su- pl):192-213.

Bauman Z. **Amor líquido: Sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

Bonomi AE, Anderson ML, Nemeth J, Bartle-Haring S, Buettner C, Schipper D. **Dating violence victimization across the teen years: abuse frequency, number of abusive partners, and age at first occurrence**. BMC Public Health 2012, 12:637, 1-10.

Borges ALV; Latorre MRDO, Schor N. **Fatores associados ao início da vida sexual de adolescentes matriculados em uma unidade de saúde da família da zona leste do município de São Paulo, Brasil**. Cad. Saúde Pública, 23 (7): 1583-1594, 2007.

Botelho LLR, Cunha CCA, Macedo M. **O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais**. Gestão e Sociedade 2011; 5:121-36.

Bourdieu P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

Bourdieu P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010a.

Borrajo E; Gámez-Guadix M; Calvete E. **Justification beliefs of violence, myths about love and cyber dating abuse**. Psicothema; 27 (4), 2015a: 327-33.

Borrajo E, Gámez-Guadix M, Calvete E. **Cyber dating abuse: prevalence, contexto, and relationship with off-line dating aggression**. Psychological Reports: Relationships & Communications, 116 (2), 2015b: 565-585.

Borrajo E, Gámez-Guadix M, Pereda N, Calvete E. **The development and validation of the cyber dating abuse questionnaire among young couples**. Computers in Human Behavior, 48, 2015: 358-365.

Bozon M, Heilborn ML. **Iniciação à sexualidade: modos de socialização, interações de gênero e trajetórias individuais**. In: Heilborn ML, Aquino EML, Bozon M, Knauth DR

(Orgs.). O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros. Rio de Janeiro: Garamond e Fiocruz, 2006.

Bruno F. **Máquinas de ver, Modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

Butler JP. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 3ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

Caridade S, Machado C. **Violência na intimidade juvenil: da vitimização à perpetração**. *Análise Psicológica* 2006, 4 (XXVI): 485-493.

Caridade S, Machado C. **Violência nas relações juvenis de intimidade: uma revisão da teoria, da investigação e da prática**. *Psicologia*, Vol. XXVII (1). Edições Colibri, Lisboa, Portugal 2013: 91-113.

Castells, M. Lições da história da internet. In: **A galáxia da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003, p. 13-33.

Coelho C, Machado C. **Violência entre jovens: Prevenção através da Educação por Pares**. Actas do VI Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia. Universidade de Minho, Portugal, 4 a 6 de fevereiro de 2010.

Connel RW, Messerschmidt JW. **Masculinidade hegemônica: repensando o conceito**. *Estudos Feministas*. Florianópolis, 21 (1), 2013: 241-282.

Debord G. **A sociedade do espetáculo (1931-1994)**. eBooksBrasil.com; 2003. Disponível em: URL: <http://www.cisc.org.br/porta/biblioteca/socespetaculo.pdf>

Dick RN, McCauley H, Jones KA, Tancredi DJ, Goldstein S, Blackburn S, Monasterio E, James L, Silverman JG, Miller E. **Cyber dating abuse among teens using school-based health centers**. *Pediatrics*, 134, n.6, 2014: e1560-e1567.

Doutor C. **Um olhar sociológico sobre os conceitos de juventude e de práticas culturais: perspectivas e reflexões**. *Última Década*, nº45, 2016, p. 159-174. Centro de Estudos Sociais, Valparaíso, Chile.

ECA (1990). **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal 8.069, de 13 de Junho de 1990.

Fairclough N. **Análise Crítica do Discurso como método em pesquisa social científica**. Versão para o português: Iran Ferreira de Melo. *Linha d'Água*, n.25 (2), p. 307-329, 2012.

Fairclough N. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

Foucault P. **História da sexualidade – A vontade de saber**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1988.

Foshee VA, Reyes HLM, Ennett ST, Cance JD, Bauman KE, Bowling JM. **Assessing the effects of families for safe dates, a Family-based teen dating abuse prevention program.** Journal of Adolescent Health 2012, 51: 349-356.

Freitas KKN. **A pornografia de vingança e a culpabilização das vítimas pela mídia.** In: Intercom. XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. Natal: Universidade Potiguar; 2015. p. 1-12.

Giddens, A. **A transformação da intimidade: Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas.** São Paulo: Editora UNESP, 1993.

Goffman, E. **La mise en scène de lavie quotidienne.** Paris: Minuit, 1973.

Gomes R. **Invisibilidade da violência nas relações afetivo-sexuais.** In: Minayo MCS, Assis SG, Njaine K (Orgs.). Amor e violência: um paradoxo das relações de namoro e do ‘ficar’ entre jovens brasileiros. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011. 236 p. p. 141-151.

Gomes, R; Souza, ER; Minayo, MCS; Malaquias, JV; Silva, CFR. **Organização, processamento, análise e interpretação de dados: o desafio da triangulação.** In: Minayo, MCS (organizadora). **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, p.185-221.

González-Ortega I, Echeburúa E, Corral P. **Variables significativas en las relaciones violentas enparejas jóvenes: una revisión.** Behavioral Psychology/ Psicología Conductual. Vol. 16, nº 2, p. 207-225, 2008.

González Méndez R, Santana Hernández JD. **La violencia em parejas jóvenes.** Psichotema 2001, Vol.13 (1), p. 127-131.

Gropo LA. **Teorias críticas da juventude: geração, moratória social e subculturas juvenis.** Em Tese, Florianópolis, v12, n1, 2015, ISSN: 1806-5023.

Heilborn ML. **Experiência da sexualidade, reprodução e trajetórias biográficas juvenis.** In: Heilborn ML, Aquino EML, Bozon M, Knauth DR (Orgs.). O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros. Rio de Janeiro: Garamond e Fiocruz, 2006.

Jackson J, Randell KA, Miller MK. **Adolescent relationship abuse: how to identify and assist at-risk youth in the emergency department.** Clin Pediatr Emerg Med 2016; 16:113-8.

Keen, A. **Vertigem Digital. Por que as redes sociais estão nos dividindo, diminuindo e desorientando.** Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

Kian A. **Erving Goffman da produção social do gênero à objetivação social das diferenças biológicas.** In: Chabaud-Rychter D, Descoutures V, Devreux A, Varikas E (Org.). O gênero nas Ciências Sociais: releituras críticas de Marx Weber a Bruno Latour. 1ª ed. – São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2014, p. 313-326.

Kinsman SB, Romer D, Furstenberg FF, Schwarz DF. **Early sexual initiation: the role of peer norms.** Pediatrics 1998; 102:1185-92.

Lemos, A. **Cibercultura: Tecnologia e Vida Social na Cultura Contemporânea**. Porto Alegre: Sulina, 7ª ed: 2015.

Leviton LC, Herrera D, Miller S. **Intervention to prevent and reduce teen dating abuse. [Editorial], S1-S2**. In: Prevention of teen dating violence. Journal of Adolescent Health, Vol 56 (2), Sup 2, S1-S46, fev 2015.

Lévy P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 3ª ed: 2010.

Lucero JL, Weisz AN, Smith-Darden J, Lucero SM. **Exploring gender differences: socially interactive technology use/abuse among dating teens**. Affilia 2014, 29:478-91.

Lyra, J; Medrado, B. **Masculinidades na perspectiva de gênero: tensões, desafios e possibilidade**. In: Congreso Iberoamericano de Masculinidades y Equidad: Investigación y Activismo. Barcelona: Asociación Homes Igualitaris – Ahige Catalunya (HI), 2011.

Maffesoli, M. *Au creux des apparences. Pour une éthique de l'esthétique*. Paris: Plon, 1990.

Martinez C. **An argument for States to outlaw “revenge porn” and for Congress to Amend 47 U.S.C § 230: How our current laws do little to protect victims**. Journal of Techonology Law & Policy 2014, Vol. XIV, 236-252.

Martino, LMS. **Teoria das mídias digitais: Linguagens, ambientes e redes**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2ª ed: 2015.

Matos M. **Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências**. Estudos feministas, Florianópolis, 16 (2):440, maio-agosto/2008: 333-357.

Medrado B, Lyra J. **Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades**. Estudos feministas, Florianópolis, 16 (3): 809-840, 2008.

Miller S, Williams J, Cutbush S, Gibbs D, Clinton-Sherrod M, Jones S. **Evaluation of the Start Strong initiative: Preventing Teen Dating Violence and Promoting Healthy relationships Among Middle School Students**. J Adolesc Health 2015; 56: S14-S19.

Minayo MCS. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. 12ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2010.

Minayo MCS, Assis SG, Njaine K (Orgs.). **Amor e violência: Um paradoxo das relações de namoro e do ‘ficar’ entre jovens brasileiros**. Editora Fiocruz, 2011.

Minayo MCS, Souza ER, Constantino P, Santos NC. **Métodos, técnicas e relações em triangulação**. In: Minayo MCS, Assis SG, Souza ER (Orgs.) Avaliação por triangulação de métodos. Editora Fiocruz, 2005.

Mott FL, Fondell MM, Hu PN, Kowaleski-jones L, Menegham EG. **The determinants of first sex by age 14 in a high-risk adolescent population**. FamPlannPerspect 1996; 28:13-8.

Nascimento FS, Cordeiro RLM. **Violência no namoro para jovens moradores de Recife.** *Psicologia & Sociedade* 2011, 23 (3): 516-525.

Navarro MF. **Amor, adolescentes y violencia de género**, 2004.

Niolon PH, Vivolo-Kantor AM, Latzman NE, Valle AL, Kuoh H, Burton T, Taylor BG, Tharp, AT. **Prevalence of teen dating violence and co-occurring risk factors among middle school youth in high-risk urban communities.** *J Adolesc Health* 2015; 56: S5-S13.

Oikawa E. *Dinâmicas relacionais contemporâneas: visibilidade, performances e interações nas redes sociais da internet.* In: Primo, A. **Interações em Rede.** Nó 5. Porto Alegre: Sulina, 2016.

Oliveira QBM, Assis SG, Njaine K, Oliveira RVC. *Violência nas relações afetivo-sexuais.* In: Minayo MCS, Assis SG, Njaine K (Orgs.). **Amor e violência: Um paradoxo das relações de namoro e do ‘ficar’ entre jovens brasileiros.** Editora Fiocruz, 2011.

Pazos Gómez M, Oliva Delgado A, Hernando Gómez A. **Violencia em relaciones de pareja de jóvenes y adolescentes.** *Ver. Latinoam Psicol.* 2014; 46 (3): 148-159.

Petrosillo IR. **Sexualidade feminina na internet: novas plataformas e velhos paradigmas.** (sem ano)

Pinto, ER. **Conceitos fundamentais dos métodos projetivos.** *Agora* (Rio de Janeiro), v. XVII, n.1, jan/jun 2014: 135-153.

Rogers R. **O fim do virtual: os métodos digitais.** *LUMINA*, Vol 10, n 3, 2016 – ISSN: 1981-4070.

Romer D, Black M, Ricardo I, Feigelman S, Kaljee L, Galbraith J. **Social influences on the sexual behavior of youth at risk of HIV exposure.** *Am J Public Health* 1994; 84:977-85.

Sá MC, Ventura MC, Verissimo C. **Intervenções de prevenção primária da violência no namoro. Saúde, Prevenir a violência no namoro, N(amor)o (im) perfeito: Fazer diferente para fazer a diferença.** Coimbra: Série monográfica educação e investigação em saúde, v.5, 2013: 43-69.

SaferNetBrasil (2019). **Institucional/SaferNet.** <http://new.safernet.org.br> (Acessado em 26/01/2019).

Saffioti HIB. **Gênero, patriarcado e violência.** Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

Santaella L. **Intersubjetividade nas redes digitais: repercussões na educação.** Porto Alegre: Sulina, 2016.

Santos E, Nicolau M. **Web do futuro: a cibercultura e os caminhos trilhados rumo a uma Web semântica ou Web 3.0.** *Revista Temática*, ano VIII, 10, 2012.

Schraiber LB, D'Oliveira AFPL, Falcão MTC, Figueiredo WS. **Violência dói e não é direito: a violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos.** São Paulo: Unesp, 2005.

Scott J. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica.** Gênero e História política. Nova Iorque, Universidade Press Columbia, 1988.

Taylor BG, Mumford EA e Stein ND. **Effectiveness of "shifting boundaries" teen dating violence prevention program for subgroups of middle school students.** J Adolesc Health. 2015 Feb;56(2 Suppl 2):S20-6. doi: 10.1016/j.jadohealth.2014.07.004.

Tungate A. Bare necessities: **The argument for a "revenge porn" exception in Section 230 immunity.** Information & Communications Technology Law 2014, Vol.13 (2), 172-188.

Van Dijck J. **La cultura de la conectividad: una historia critica de las redes sociales,** 2016.

Vasconcellos MD. **Pierre Bourdieu: a herança sociológica.** Educação e Sociedade, 23 (78): 77-87, 2002.

Wanzinack C, Scremin SF. **Sexting: comportamento e imagem do corpo.** Revista Eletrônica Interdisciplinar 2014; 7 (2).

Wenner-Wilson R. **Gender Differences in adolescent sexual attitudes: The influence of individual and family factors.** Adolescence, 33 (131), 519-532, 1998.

Wolford-Clevenger C, Zapor H, Brasfield H, Febres J, Elmquist J, Brem M, et al. **An examination of the partner cyber abuse questionnaire in a college student sample.** Psychol Violence 2016; 6:156-62.

Wykes M. **Constructing crime: Culture, stalking, celebrity and cyber.** Crime Media Culture 2007, 3 (2), 158-174.

Yahner J, Dank M, Zweig JM, Lachman P. **The Co-occurrence of physical and cyber dating violence and bullying among teens.** J. Youth Adolescence, 43, 2015: 1306-1321.

Zarzalejos JA. **Cidadania Digital.** In: Llorete & Cuenca. D+I UNO. **A transformação digital,** nº 24, 2016.

Zweig JM, Dank M, Yahner J, Lachman P. **The rate of cyber dating abuse among teens and how it relates to other forms of teen dating violence.** J. Youth Adolescence, 42, 2013: 1063-1077.

Zweig JM, Lachman P, Yahner J, Dank M. **Correlates of cyber dating abuse among teens.** J. Youth Adolescence, 43, 2014: 1306-1321.

ANEXOS

ANEXO 1 – REGISTRO DE PROJETO



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



IFF

INSTITUTO NACIONAL | FERNANDES FIGUEIRA
DE SAÚDE DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

REGISTRO DE PROJETO

Informamos que o projeto “Violência digital nas relações afetivo-sexuais adolescentes” desenvolvido por **Roberta Matassoli Duran Flach** sob a responsabilidade da pesquisadora Suely Ferreira Deslandes foi devidamente protocolado neste Departamento sob o nº 1830/Dpq/2017.

O projeto de pesquisa só poderá ser desenvolvido após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos.

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 2017.


Dr.ª Kátia Sydrônio
Vice-Diretora de Pesquisa

Dr. Carlos Maurício de P. Maciel
Diretor IFF/FIOCRUZ
SIAPE 0462767

ANEXO 2 – SUBMISSÃO DO PROJETO CEP

26/02/2017
Plataforma Brasil

Público
Pesquisador
Alterar Meus Dados

Cadastros
SUELY FERREIRA DESLANDES - Pesquisador | V.2.0

DETALHAR PROJETO DE PESQUISA

— DADOS DA VERSÃO DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: VIOLÊNCIA DIGITAL NAS RELAÇÕES AFETIVO-SEXUAIS ADOLESCENTES
Pesquisador Responsável: SUELY FERREIRA DESLANDES
Área Temática:
Versão: 1
CAAE:
 Submetido em: 26/02/2017
 Instituição Proponente: Instituto Fernandes Figueira - IFF/ FIOCRUZ - RJ/ MS
 Situação da Versão do Projeto: Em Recepção e Validação Documental
 Localização atual da Versão do Projeto: Instituto Fernandes Figueira - IFF/ FIOCRUZ - RJ/ MS
 Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

— DOCUMENTOS DO PROJETO DE PESQUISA

Tipo de Documento	Situação	Arquivo	Postagem	Ações
<ul style="list-style-type: none"> ↳ Versão em Tramitação (PO) - Versão 1 <ul style="list-style-type: none"> ↳ Projeto Original (PO) - Versão 1 <ul style="list-style-type: none"> ↳ Currículo dos Assistentes ↳ Documentos do Projeto <ul style="list-style-type: none"> ↳ Declaração de Instituição e Infraestrutura ↳ Folha de Rosto - Submissão 1 ↳ Informações Básicas do Projeto - Subm ↳ Outros - Submissão 1 ↳ Projeto Detalhado / Brochura Investiqd ↳ TCLE / Termos de Assentimento / Justif ↳ Apreciação 1 - Instituto Fernandes Figueira ↳ Projeto Completo 				

— LISTA DE CENTROS PARTICIPANTES E COPARTICIPANTES

Apreciação *	CAAE *	Pesquisador Responsável *	Comitê de Ética *	Instituição *	Situação *	Tipo *
POc		Marcela Pronko		Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/FIOCRUZ		

— HISTÓRICO DE TRÂMITES

Apreciação	Data/Hora	Tipo Trâmite	Versão	Perfil	Origem	Destino	Informações
PO	26/02/2017 09:30:19	Submetido para avaliação do CEP	1	Pesquisador Principal	PESQUISADOR	Instituto Fernandes Figueira - IFF/ FIOCRUZ - RJ/ MS	

LEGENDA:

(*) Apreciação

PO = Projeto Original de Centro Coordenador	POp = Projeto Original de Centro Participante	POc = Projeto Original de Centro Coparticipante
E = Emenda de Centro Coordenador	Ep = Emenda de Centro Participante	Ec = Emenda de Centro Coparticipante
NI = Notificação de Centro Coordenador	NIp = Notificação de Centro Participante	

(*) Tipo

P = Projeto de Centro Coordenador Pp = Projeto de Centro Participante Pc = Projeto de Centro Coparticipante

(*) Formação do CAAE

Ano de submissão do Projeto										Tipo do centro		Código do Comitê que está analisando o projeto								
n	n	n	n	n	n	n	a	a	.	dv	.	t	x	x	x	.	l	l	l	l
Sequencial para todos os Projetos submetidos para apreciação										Dígito verificador		Sequencial quando estudo possui Centro(s) Participante(s) e/ou Coparticipante(s)								

Voltar
Gerar Interface Rebec

ANEXO 3 – APROVAÇÃO CEP

INSTITUTO FERNANDES
FIGUEIRA - IFF/ FIOCRUZ - RJ/
MS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: VIOLÊNCIA DIGITAL NAS RELAÇÕES AFETIVO-SEXUAIS ADOLESCENTES

Pesquisador: SUELY FERREIRA DESLANDES

Área Temática:

Versão: 4

CAAE: 65679817.7.0000.5269

Instituição Proponente: Instituto Fernandes Figueira - IFF/ FIOCRUZ - RJ/ MS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.133.805

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um projeto de doutorado, sobre a questão do abuso digital no namoro entre 15 e 18 anos de idade.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Geral - Analisar as dinâmicas, dispositivos tecnológicos de suporte, sentidos e discursos atribuídos às diferentes formas de violência digital ocorridas nas relações afetivo-sexuais adolescentes, também conhecido na literatura científica internacional por cyber dating abuse (CDA).
Objetivos Específicos

1. Analisar o estado da arte da produção científica nacional e internacional acerca do fenômeno do CDA discutindo sua construção conceitual, definições, descrições do fenômeno, associações com a saúde e formas de intervenção propostas;
2. Mapear e analisar as produções discursivas das ferramentas de controle e monitoramento do parceiro, ofertadas pelo sistema Android e iPhone, disponíveis nos aplicativos de telefonia móvel;
3. Analisar as concepções e as experiências dos adolescentes sobre o fenômeno da violência online nas relações afetivo-sexuais explorando suas dinâmicas e eventuais desigualdades e assimetrias de gênero.

Endereço: RUI BARBOSA, 716

Bairro: FLAMENGO

CEP: 22.250-020

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)2554-1730

Fax: (21)2552-8491

E-mail: cepiff@iff.fiocruz.br

**INSTITUTO FERNANDES
FIGUEIRA - IFF/ FIOCRUZ - RJ/
MS**



Continuação do Parecer: 2.133.805

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: desconforto em razão do tema de estudo.

Benefícios: diminuição da lacuna de estudos acerca da violência digital ocorrida no namoro adolescente.*

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

As questões apontadas nos pareceres anteriores foram atendidas pela pesquisadora.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os procedimentos em relação a aplicação do TCLE foram atendidas.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências. Todas as questões foram devidamente respondidas pela pesquisadora e o projeto está aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_868615.pdf	02/06/2017 09:33:15		Aceito
Outros	CartaResposta4.pdf	02/06/2017 09:32:29	SUELY FERREIRA DESLANDES	Aceito
Outros	DeclaracaoParticipacaoPsi.pdf	02/06/2017 09:31:42	SUELY FERREIRA DESLANDES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoDoutoradoRobertaFlachJunho.pdf	02/06/2017 09:29:07	SUELY FERREIRA DESLANDES	Aceito
Outros	AnexoPsicologia.pdf	02/05/2017 18:20:55	SUELY FERREIRA DESLANDES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	03/04/2017 22:27:29	SUELY FERREIRA DESLANDES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE.pdf	03/04/2017 22:27:04	SUELY FERREIRA DESLANDES	Aceito
Outros	SubmissaoCSP.pdf	13/03/2017 19:06:42	SUELY FERREIRA DESLANDES	Aceito
Declaração de Instituição e	CartaAutorizacaoInstitucionalQiBotafogo.pdf	13/03/2017 19:06:02	SUELY FERREIRA DESLANDES	Aceito

Endereço: RUI BARBOSA, 716
Bairro: FLAMENGO CEP: 22.250-020
UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2554-1730 Fax: (21)2552-8491 E-mail: cepiff@iff.fiocruz.br

**INSTITUTO FERNANDES
FIGUEIRA - IFF/ FIOCRUZ - RJ/
MS**



Continuação do Parecer: 2.133.805

Infraestrutura	CartaAutorizacaoInstitucionalQiBotafogo.pdf	13/03/2017 19:06:02	SUELY FERREIRA DESLANDES	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	CartaAutorizacaoInstitucionalEPSJV.pdf	13/03/2017 19:05:45	SUELY FERREIRA DESLANDES	Aceito
Outros	RoteiroAplicativos.pdf	13/03/2017 19:01:05	SUELY FERREIRA DESLANDES	Aceito
Outros	RoteiroGrupoFocal.pdf	13/03/2017 19:00:32	SUELY FERREIRA DESLANDES	Aceito
Outros	RoteiroEntrevista.pdf	13/03/2017 19:00:01	SUELY FERREIRA DESLANDES	Aceito
Outros	RegistroProjetoIFF.pdf	13/03/2017 18:59:19	SUELY FERREIRA DESLANDES	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	23/02/2017 14:55:07	SUELY FERREIRA DESLANDES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Avaliação da CONEP:

Não

RIO DE JANEIRO, 22 de Junho de 2017

Assinado por:

**Ana Maria Aranha Magalhães Costa
(Coordenador)**

Endereço: RUI BARBOSA, 716

Bairro: FLAMENGO

CEP: 22.250-020

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)2554-1730

Fax: (21)2552-8491

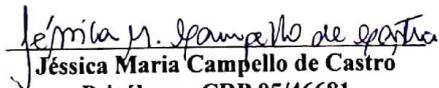
E-mail: cepiff@iff.fiocruz.br

ANEXO 4 – DECLARAÇÃO PSICÓLOGA

Declaração

Eu, Jéssica Maria Campello de Castro, CRP 05/46681, venho por meio desta ratificar a participação na pesquisa intitulada “*Violência digital nas relações afetivo-sexuais adolescentes*”, tendo em vista a possibilidade de no decorrer do estudo ser identificado alguma situação em que seja necessário lançar mão da *expertise* do profissional da psicologia, a fim de garantir as medidas visando o acompanhamento terapêutico ao(a) adolescente participante da mesma.

Atenciosamente,


Jéssica Maria Campello de Castro
Psicóloga - CRP 05/46681

Jessica Campello
Psicóloga
CRP 05/46681

ANEXO 5 – AUTORIZAÇÃO Qi

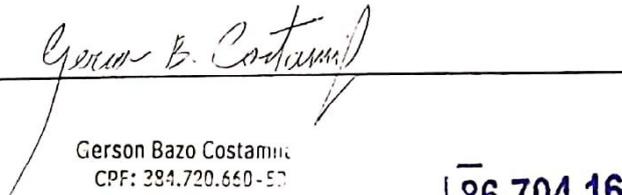
Rio de Janeiro, 31 de Janeiro de 2017.

Declaração

Eu Gerson Bazo Costamini,
na função de diretor do Colégio Qi - Unidade Botafogo,
concedo permissão para a realização da pesquisa de doutorado **“Violência digital nas relações afetivo-sexuais adolescentes”**, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Suely Ferreira Deslandes, ambos vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Saúde da Criança e da Mulher do Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira, da Fundação Oswaldo Cruz.

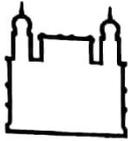
A pesquisa só deverá ter início após sua devida aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira e, mediante a apresentação do seu número de concessão.

Atenciosamente,


Gerson Bazo Costamini
CPF: 394.720.660-50

186.704.160 / 0003-071
QI - QUALIDADE INTEGRAL DE
ENSINO LTDA.
Rua da Matriz, 63
BOTAFOGO - CEP 22260-100
RIO DE JANEIRO - RJ

ANEXO 6 – AUTORIZAÇÃO EPSJV



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Número	
045/2016-DIR/EPSJV	
Folha	De
01	01
Entrada em vigor	
30/12/2016	

Portaria da EPSJV

**O Diretor da Escola Politécnica
de Saúde Joaquim Venâncio, no
uso de suas atribuições,**

RESOLVE:

Designar a servidora **Marcela Alejandra Pronko**, Vice-diretora de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico para responder, interinamente, pela Direção da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, no período de 02 a 19 de janeiro de 2017.

Paulo César de Castro Ribeiro

Diretor

EPSJV/FIOCRUZ

Cancela	Altera	Distribuição	Data
-----	-----	Geral	30/12/2016

Rio de Janeiro, 03 de Janeiro de 2017.

Declaração

Eu Marcela Alejandra Pronko,
na função de Diretora Substituta Eventual da EPSJV,
concedo permissão para a realização da pesquisa de doutorado "**Violência digital nas relações afetivo-sexuais adolescentes**", sob orientação da Prof.^a Dr.^a Suely Ferreira Deslandes, ambos vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Saúde da Criança e da Mulher do Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira, da Fundação Oswaldo Cruz.

A pesquisa só deverá ter início após sua devida aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira e, mediante a apresentação do seu número de concessão.

Atenciosamente,



Marcela Pronko
Diretora Substituta Eventual
EPSJV / Fiocruz
Matrícula SIAPE: 1984176

ANEXO 8 – ROTEIRO DO GRUPO FOCAL

Caso 1:

Cristina e João, ambos com 17 anos, namoram há 6 meses. Nas últimas semanas João tem se mostrado mais distante, cheio de “segredinhos”, ficando mais tempo do que o de costume mexendo no celular e por vezes, quando Cristina chegava perto, imediatamente travava o celular para que ela não visse o que ele estava fazendo. Cristina então, desconfiada que João estava se interessando por outra menina, um dia, aproveitou um momento de distração de João e, sem o seu consentimento, baixou um aplicativo de monitoramento de mensagens de *WhatsApp* no celular de João. A partir daquele momento, Cristina passava a monitorar e a ter acesso a todas as mensagens de *WhatsApp* que João recebia e enviava.

O que vocês pensam sobre essa situação?

Vocês ou alguém que vocês conheçam já tiveram o celular monitorado pelo(a) parceiro(a), sem o consentimento? Pode contar como foi?

Como vocês acham que a pessoa se sentiu após ter conhecimento de que teve as mensagens do celular monitoradas, sem consentimento? Aprofundar a resposta (teve alguma consequência para sua saúde?)

Caso 2:

Dani, uma jovem de 15 anos, num jogo de sedução com Carlos, um jovem de 16 anos, resolvem trocar “nudes” por meio de mensagem privada no *WhatsApp*. Durante dois meses os dois jovens tinham constantemente a prática de troca de fotos sensuais, vídeos e “nudes”. Durante este período os dois estavam ficando, saiam e se divertiam juntos, mas não chegava a ser um “relacionamento sério”.

Mas, durante um passeio num sítio, Dani conheceu Rafael, de 16 anos, com quem passou a se relacionar e em pouco tempo, passou de uma paquera para um “relacionamento sério”. Então, Dani resolveu falar com Carlos que não teria mais nada com ele, pois estava gostando de outro rapaz. Carlos indignado com o fato, resolveu divulgar, sem o consentimento dela, no grupo de *WhatsApp* dos amigos em comum, os vídeos íntimos e “nudes” que Dani enviou para ele durante o período que estavam juntos.

O que vocês pensam sobre essa situação?

Você ou alguém que você conheça já teve disponibilizado na internet algum vídeo, foto ou arquivo íntimo sem consentimento? Pode contar como foi?

Como vocês acham que a pessoa se sentiu após ter conhecimento de que uma foto/vídeo íntimo foi divulgado, sem consentimento? Aprofundar a resposta (teve alguma consequência para sua saúde?)

Caso 3:

Andreia e Cláudia, ambas com 17 anos, estavam se relacionando mais intimamente há cerca de 4 meses, mas como Andreia ainda não tinha assumido diante da família e amigos seu desejo sexual por pessoas do mesmo sexo, o relacionamento delas se dava em segredo. Andreia está bastante confusa, quanto ao exercício de sua sexualidade, já que se interessa sexualmente tanto por meninas quanto por meninos. Andreia chegou a ter um relacionamento anterior ao de Cláudia, com um rapaz chamado Antonio, também da mesma escola dela, por 6 meses, mas que não deu certo e terminaram.

Porém, durante uma festa de confraternização da escola onde estudam, Antonio viu Andreia e Cláudia namorando, indignado com o fato de ver a ex-namorada se relacionando com outra menina, resolveu fazer uma filmagem ao vivo pelo “live” da rede de relacionamento pessoal do *Facebook*.

O que vocês pensam sobre essa situação?

Você ou alguém que você conheça já foi humilhado, perseguido, assediado por algum ex-parceiro(a) por meio do uso de alguma mídia digital? Pode contar como foi?

Como vocês acham que a pessoa se sentiu após ter conhecimento de que teve uma filmagem sua disponibilizada ao vivo numa rede de relacionamento pessoal, sem consentimento? Aprofundar a resposta (teve alguma consequência para sua saúde?)

ANEXO 9 – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

() Qi – Unidade Botafogo () EPSJV/Fiocruz				
Data: _____	Número da entrevista: _____	Sexo: _____	Raça/Etnia: _____	Idade: _____

Sobre "Revenge Porn" (Pornografia de vingança)

- Você ou alguém que você conhece já teve alguma foto ou vídeo íntimo seu exposto, sem a sua permissão, na internet? Pode contar como foi?

Sobre "Controle/Monitoramento"

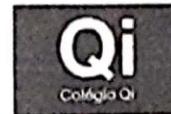
- Você ou alguém que você conhece já passou por alguma situação onde seu celular estava sendo espionado(a) por outra pessoa? Como se deu essa descoberta? O que você fez?
- Você ou alguém que você conhece já teve alguma conta de *whatsapp*, *facebook* ou e-mail clonada num perfil falso? Como foi passar por essa experiência?

Sobre "Perseguição"

- Você ou alguém que você conhece já teve que fornecer suas senhas de acesso às redes sociais e e-mail para seu(a) namorado(a)? Por quê?
- Você ou alguém que você conhece já se sentiu humilhado(a), ameaçado(a) ou perseguido(a) pela internet por um ex-namorado(a)? Como você se sentiu?

ANEXO 10 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Cópia do(a) Responsável



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) Responsável,

Este Termo de Consentimento tem por objetivo assegurar a autorização de seu(ua) filho(a) à participação da pesquisa intitulada “**Violência Digital nas Relações Afetivo-sexuais Adolescentes**”, uma vez que para participar desta pesquisa seu(ua) filho(a) deve ser adolescente, com idade entre 15 e 18 anos, estudante matriculado(a) em escola integrante do estudo, concordar em participar mediante aceite através da assinatura deste Termo. Estão sendo admitidos neste estudo estudantes de ambos os sexos, orientação sexual e etnia/raça.

A pesquisa tem por **objetivo geral** analisar as dinâmicas, os dispositivos tecnológicos de suporte, sentidos e discursos atribuídos às diferentes formas de violência digital ocorridas nas relações afetivo-sexuais adolescentes.

Seu(ua) filho(a) **participará de grupos focais e/ou entrevistas semi-estruturadas** baseadas em roteiro, que serão gravadas em MP4, para posterior transcrição, tabulação e análise. Do ponto de vista operacional, os debates nos grupos focais serão realizados por meio de grupos distintos compostos só por rapazes e outro somente por moças, em agrupamentos que não passem de 10 (dez) participantes. Num segundo momento, alguns dos adolescentes participantes dos grupos focais poderão ser convidados a participar da entrevista semi-estruturada. Os grupos focais terão duração entre 60 e 90 minutos e as entrevistas entre 30 e 40 minutos.

Os **riscos do estudo** podem estar relacionados ao seu desconforto em razão do tema de estudo, por isso asseguro que a participação de seu(ua) filho(a) será inteiramente voluntária e que a qualquer momento da participação seja no grupo focal seja na entrevista, ele(a) poderá recusar-se a responder as perguntas ou desistir de participar da pesquisa. A recusa de seu(ua) filho(a) não terá nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição de ensino. O investigador deste estudo também poderá retirá-lo(a) do estudo a qualquer momento, se julgar que seja necessário para o bem estar do participante.

O **benefício da pesquisa** consiste em diminuir a lacuna de estudos acerca da violência digital ocorrida no namoro adolescente.

Assinando esse Consentimento, seu(ua) filho(a) não desiste de nenhum de seus direitos. Além disso, você não libera os investigadores de suas responsabilidades legais e profissionais no caso de alguma situação que lhe prejudique, incluindo a garantia de indenização diante eventuais danos decorrentes da pesquisa.

A **participação de seu(ua) filho(a) no estudo não implicará em custos adicionais**, não terá qualquer despesa com realização dos procedimentos previstos neste estudo. Também não haverá nenhuma forma de pagamento pela sua participação. Não serão publicados dados ou informações que possibilitem sua identificação.

Caso surja alguma dúvida quanto à ética do estudo, você deverá se reportar ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto Fernandes Figueiras, que se encontra a disposição para eventuais esclarecimentos éticos e outras providências que se façam necessária (e-mail: cepiff@iff.fiocruz.br; Telefones: 2554-1730/Fax: 2552-8491).

Diante do exposto nos parágrafos anteriores, na qualidade de responsável legal, eu, _____
 _____ (Nome Completo), como _____ (Grau de Parentesco)
 autorizo voluntariamente a participação do meu (inha) filho(a) _____
 _____ (Nome Completo) no estudo intitulado “Violência digital nas relações afetivo-sexuais adolescentes”.

Declaro que fui completamente orientado(a) pela pesquisadora Roberta Matassoli Duran Flach que está realizando o estudo, de acordo com sua natureza, propósito e duração. Eu pude questioná-la sobre os aspectos do estudo. Além disto, ela me entregou uma cópia deste termo, a qual li, compreendi e me deu plena liberdade para decidir acerca da espontânea participação de meu(inha) filho(a) nesta pesquisa.

Estou ciente que meu (inha) filho(a) é livre para sair do estudo a qualquer momento, se assim desejar. Que sua identidade jamais será publicada e que os dados colhidos poderão ser examinados por pessoas envolvidas no estudo com autorização delegada do investigador.

Estou recebendo uma cópia assinada deste Termo. Declaro que li e entendi todo o conteúdo deste documento.

Nome Completo (Responsável Legal): _____

Assinatura: _____ Data: _____ Telefone: _____

Nome Completo (Pesquisadora): Roberta Matassoli Duran Flach

Assinatura: _____ Data: _____ Telefone: _____

ANEXO 11 – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) Estudante,

Você está convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “**Violência Digital nas Relações Afetivo-sexuais Adolescentes**”, pois você apresenta os critérios necessários a participação, tais como: ser adolescente, com idade entre 15 e 18 anos, estudante matriculado(a) em escola pública ou privada, de ambos os sexos, orientação sexual, etnia/raça o que concorde em participar mediante aceite através da assinatura deste Termo.

A pesquisa tem por **objetivo geral** analisar as dinâmicas, os dispositivos tecnológicos de suporte, sentidos e discursos atribuídos às diferentes formas de violência digital ocorridas nas relações afetivo-sexuais adolescentes.

Você **participará de grupos focais e/ou entrevistas semi-estruturadas** baseadas em roteiro, que serão gravadas em MP4, para posterior transcrição, tabulação e análise. Do ponto de vista operacional, os debates nos grupos focais serão realizados por meio de grupos distintos compostos só por rapazes e outro somente por moças, em agrupamentos que não passem de 10 (dez) participantes. Num segundo momento, alguns dos adolescentes participantes dos grupos focais poderão ser convidados a participar da entrevista semi-estruturada. Os grupos focais terão duração entre 60 e 90 minutos e as entrevistas entre 30 e 40 minutos.

Os **riscos do estudo** podem estar relacionados ao seu desconforto em razão do tema de estudo, por isso asseguro que sua participação é inteiramente voluntária e que a qualquer momento da participação seja no grupo focal seja na entrevista, você poderá recusar-se a responder as perguntas ou desistir de participar da pesquisa. Sua recusa não terá nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição de ensino. O investigador deste estudo também poderá retirá-lo(a) do estudo a qualquer momento, se julgar que seja necessário para o bem estar do participante.

O **benefício da pesquisa** consiste em diminuir a lacuna de estudos acerca da violência digital ocorrida no namoro adolescente.

Assinando esse Assentimento, você não desiste de nenhum de seus direitos. Além disso, você não libera os investigadores de suas responsabilidades legais e profissionais no caso de alguma situação que lhe prejudique, incluindo a garantia de indenização diante eventuais danos decorrentes da pesquisa.

Sua **participação no estudo não implica custos adicionais**, não terá qualquer despesa com realização dos procedimentos previstos neste estudo. Também não haverá nenhuma forma de pagamento pela sua participação. Não serão publicados dados ou informações que possibilitem sua identificação.

Caso surja alguma dúvida quanto à ética do estudo, você deverá se reportar ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto Fernandes Figueiras, que se encontra a disposição para eventuais esclarecimentos éticos e outras providências que se façam necessária (e-mail: cepiff@iff.fiocruz.br; Telefones: 2554-1730/Fax: 2552-8491).

Diante do exposto nos parágrafos anteriores eu, _____ (Nome Completo), concordo em participar do estudo intitulado “Violência digital nas relações afetivo-sexuais adolescentes”.

Declaro que fui completamente orientado(a) pela pesquisadora Roberta Matassoli Duran Flach que está realizando o estudo, de acordo com sua natureza, propósito e duração. Eu pude questioná-la sobre os aspectos do estudo. Além disto, ela me entregou uma cópia deste termo, a qual li, compreendi e me deu plena liberdade para decidir acerca da minha espontânea participação nesta pesquisa.

Estou ciente que sou livre para sair do estudo a qualquer momento, se assim desejar. Que minha identidade jamais será publicada e que os dados colhidos poderão ser examinados por pessoas envolvidas no estudo com **autorização delegada do investigador**.

Estou recebendo uma cópia assinada deste Termo. Declaro que li e entendi todo o conteúdo deste documento.

Nome Completo (Participante): _____

Assinatura: _____ Data: _____ Telefone: _____

Nome Completo (Pesquisadora): Roberta Matassoli Duran Flach

Assinatura: _____ Data: _____ Telefone: _____